

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
Laboratório Nacional Agropecuário – Lanagro-SP

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Campinas/SP

2015

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA
Coordenação Geral de Apoio Laboratorial – CGAL
Laboratório Nacional Agropecuário – Lanagro-SP

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014, apresentado aos órgãos de controle interno e externo, como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e de acordo com as disposições do art. 16 da Lei no. 8443/1992. Segue as orientações do órgão de controle interno, segundo Portaria CGU Nº 650, publicada no D.O.U. em 28 de março de 2014, e também conforme as disposições da Instrução Normativa TCU Nº 63/2010 de 01 de setembro de 2010, alterada pela Instrução Normativa TCU No. 72/2010 de 15 de maio de 2013, também seguindo a Decisão Normativa TCU No 134/2013, de 4 de dezembro de 2013, alterada pela DN TCU 139/2014, de 24 de setembro de 2014 e a Portaria TCU No. 90/2014, de 16 de abril de 2014.

Campinas-SP, 27/04/2015

INDICE

Lista de Abreviaturas e Siglas	**3**
Lista de Quadros	**6**
Lista de Figuras	**8**
SUMÁRIO	**9**
INTRODUÇÃO	**12**
CONSIDERAÇÕES FINAIS	**93**
ANEXOS	**94**

Lista de Abreviaturas e Siglas

A3P	-	Agenda Ambiental na Administração Pública
ABIEC	-	Associação brasileira dos Exportadores de Carnes
ABNT NBR	-	Norma Brasileira Associação Brasileira de Normas Técnicas ISO/IEC 17025
ABPA	-	Associação Brasileira de Proteína Animal
ADMj	-	Unidade de Apoio Administrativo de Jundiaí-SP
AGU	-	Advocacia Geral da União
ALA	-	Análise Físico-química de Alimentos para animais
ASI	-	Sistema informatizado do almoxarifado
AVCB	-	Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros
AVI	-	Unidade de Sanidade Aviária de Campinas-SP
BEB	-	Unidade de Análises Físico-químicas de Bebidas e Vinagres de Jundiaí-SP
BIT	-	Unidade Biotério
BRI	-	Comissão de Brigada de Incêndio
CAD	-	Comitê de Assessoramento à Alta Direção
CAMS	-	Comissão de Avaliação de Solicitação, Aquisição e Recebimento de Material e Serviços
CBS	-	Comissão de Biossegurança
CCOM	-	Comissão de Comunicação
CCONT/MAPA	-	Coordenação Geral de Contabilidade
CETESB	-	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, ligada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
CEUA	-	Comissão de Ética no Uso de Animais
CGAL	-	Coordenação Geral de Apoio Laboratorial
CGC	-	Coordenadoria Geral de Contabilidade
CGE	-	Comissão de Gestão Estratégica
CG-ORG-01	-	Cromatógrafo Gasoso
CGPAD/SE	-	Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares
CGPE	-	Coordenação Geral de Programas Especiais – DIPOA
CGSG	-	Coordenação Geral de Logística e Serviços Gerais
CGTI	-	Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação
CGU	-	Coordenadoria Geral da União
CGU-PAD		Sistema de Gestão de Processos Disciplinares
PAD	-	Sistema de registro das informações referentes ao processo administrativo
Ciec	-	Centro Científico Internacional de Fertilizantes
CIEE	-	Centro de Integração Empresa Escola
CJU/SP	-	Consultoria Jurídica no Estado de São Paulo
CNAE	-	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	-	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CNPq	-	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONCONFCOM	-	Consulta conformidade contábil
COI	-	Unidade de Contaminantes Inorgânicos
COOR	-	Coordenação do Lanagro-SP

(continua)

(continuação) Lista de Abreviaturas e Siglas

CPV	-	Coordenação de Fiscalização de produtos Veterinários
CRC	-	Coordenação de Resíduos e Contaminantes
CTEC	-	Coordenação Técnica
CVR	-	Unidade de Controle de vacinas antirrábicas
DAD	-	Divisão de Apoio Administrativo
DES	-	Dietilestilbestrol
DFIA	-	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DFIP	-	Departamento de Fiscalização de Insumos Agropecuários
DIPOA	-	Decisão Normativa
DIPOV	-	Departamento de Inspeção de Produtos Vegetais
DN	-	Decisão Normativa
DOU	-	Diário Oficial da União
DPVAT	-	Seguro para Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre
DSA	-	Departamento de Sanidade Animal
DSV	-	Departamento de Sanidade Vegetal
EDQM	-	European Directorate for the Quality of Medicines & Health Care
ELISA	-	Ensaio imuno enzimático
EMBRAPA	-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EQC	-	Estação Quarentenária de Cananéia-SP
FACTI	-	Fundação de Apoio a Capacitação em Tecnologia da Informação
FET	-	Unidade de Análises Físico-químicas de Fertilizantes e Corretivos
FFA	-	Fiscal Federal Agropecuário
FIOCRUZ	-	Fundação Oswaldo Cruz
FORM	-	Formulário
FUNED	-	Fundação Ezequiel Dias
HCl	-	Àcido clorídrico
HPLC	-	Cromatografía de líquidos de alta resolucão
IEC	-	International Electrotechnical Commission
IN	-	Instrução Normativa
INF	-	Unidade de Informática
INMETRO	-	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
ISO	-	International Standards Organization
IT	-	Instrução de Trabalho
IU	-	Instruções de uso
ITAL	-	Instituto de Tecnologia de Alimentos
LOA	-	Lei Orçamentária Anual
MAG	-	Unidade de Microbiologia Agrícola
MAN	-	Unidade de Manutenção
MAPA	-	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MET	-	Método de uso
Mg (NO3)2	-	Nitrato de Magnésio
MIC	-	Unidade de Microbiologia em Alimentos e Água
MPOG	-	Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
MVA	-	Unidade de Medicamentos Veterinários e Agrotóxicos
NBC	-	Normas Brasileiras de Contabilidade
NBR	-	Norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas

(continua)

(continuação) Lista de Abreviaturas e Siglas

NC	-	Não conformidade
NIH	-	National Institutes of Health
NIRS	-	Espectroscopia Infravermelho próximo
NVLS/USDA	-	Sigla em Inglês do Serviço Veterinário Nacional do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América
OCI	-	Órgão de Controle Interno
OFSS	-	Orçamento Fiscal e de Seguridade Social
OIE	-	Organização Mundial de Saúde Animal
ORG	-	Unidade de Contaminantes Orgânicos
PAEC	-	Plano de Educação Continuada
PCB	-	Bifenilos policlorados
PDTI	-	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PMH	-	Unidade de Produção de Meios de Cultura e Histocultura
PNCRC	-	Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PNSA	-	Programa Nacional de Sanidade Avícola
POA	-	Unidade de Análise Físico-química de Alimentos de Origem Animal e Água
POP	-	Procedimento operacional padrão
PPA	-	Plano Plurianual do Governo
PVS	-	Performance of Veterinary Service)
RDV	-	Unidade de Resíduos de Drogas Veterinárias
REC	-	Unidade de recepção de amostras de Campinas-SP
RECj	-	Unidade de recepção de amostras de Jundiaí-SP
ROA	-	Requisição Oficial de Análise
SANASA	-	Serviço de Defesa Sanitária do Ministério da Agricultura da Argentina
SCVA	-	Sistema informatizado para controle de veículos
SDA	-	Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA
SE	-	Secretaria Executiva
SFA	-	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SGP	-	Serviço de Gestão de Pessoas
SGQ	-	Sistema de Gestão da Qualidade
SIAFI	-	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC	-	Serviço de Informações ao Cidadão
SICAF	-	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
SIF	-	Serviço de Inspeção Federal
SINDAN	-	Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Animais
SIORG	-	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SLAV-PR	-	Serviço Laboratorial Avançado de Curitiba-PR
SPEO	-	Serviço de Programação e Execução Orçamentária – DAD/Lanagro-SP
SPOA	-	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SPU/SP	-	Superintendência do Patrimônio da União no Estado de São Paulo
SRI	-	Secretaria de Relações Internacionais
SPIUNET	-	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SSA	-	Serviço de Saúde Animal
SSO	-	Serviço de Suporte Operacional da CGAL
TCU	-	Tribunal de Contas da União
TI	-	Tecnologia da Informação
TRA	-	Termo de rejeição de amostra

(continua)

(continuação) Lista de Abreviaturas e Siglas

UGQ	-	Unidade de Gestão da Qualidade
UJ	-	Unidade Jurisdicionada
UNESP	-	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP	-	Universidade Estadual de Campinas- SP
USP	-	Universidade de São Paulo
UO	-	Unidade Orçamentária
VIGIAGRO	-	Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional do MAPA

Lista de Quadros

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL 13

QUADRO A.1.3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS 16

QUADRO A.1.4 – MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS 20

QUADRO A.4.2 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ 33

QUADRO A.5.2.3.2 – AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS (CONTINUA) 47

QUADRO A.5.2.3.2 – (CONTINUAÇÃO) AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS 48

QUADRO A.5.2.3.4 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 49

QUADRO A.5.4 – INDICADORES DE DESEMPENHO 51

QUADRO A.6.1.2.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA (CONTINUA) 53

QUADRO A.6.1.2.1 – (CONTINUAÇÃO)MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA 54

QUADRO A.6.1.3.5 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO 55

QUADRO A.6.1.3.6 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO 56

QUADRO A.6.2 – DESPESAS COM PUBLICIDADE 58

QUADRO A.6.4 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES 59

QUADRO A.6.6.1 – CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS 59

QUADRO A.6.6.2 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS 60

QUADRO A.6.6.3 – CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA 60

QUADRO A.7.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ 62

QUADRO A.7.1.1.2 – DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA62

QUADRO A.7.1.1.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ63

QUADRO A.7.1.4.2 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA66

QUADRO A.7.2.1 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA 68

QUADRO A.7.2.2 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA. 69

QUADRO A.8.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO 73

QUADRO A.8.2.2.1 - IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL 74

QUADRO A.8.2.2.2 – CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ 75

QUADRO A.9.1 – CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014 76

QUADRO A.10.1 – ASPECTOS DA GESTÃO AMBIENTAL 78

QUADRO A.11.1.1 – CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (CONTINUA) 79

QUADRO A.11.1.1 – (CONTINUAÇÃO) CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO

EXERCÍCIO 80

QUADRO A.11.2.1 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (CONTINUA) 81

QUADRO A.11.2.1 – (CONTINUAÇÃO) RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO 82

QUADRO A.11.2.1 – (CONTINUAÇÃO) RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO 83

QUADRO A.11.2.1 – (CONTINUAÇÃO) RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO 84

QUADRO A.11.2.2 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO (CONTINUA) 85

QUADRO A.11.2.2 – (CONTINUAÇÃO) SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO 86

QUADRO A.11.2.2 – (CONTINUAÇÃO) SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO 87

QUADRO A.11.2.1 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA. 91

Lista de Figuras

Figura A.1. Funcionograma do Lanagro-SP 15
Figura A.2 - Mapa estratégico da CGAL e Lanagros 38
Figura A.3. Interação entre o Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal (ação 2132), o Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal (ação 2136) e as outras Ações-Iniciativa/Objetivos do Programa Temático 2028 - Defesa Agropecuária/MAPA. PPA 2012-2015. 41
Figura A.4. Metas físicas recebidas, rejeitadas e realizadas, por Processo finalístico. Lanagro-SP. 92

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO. 13

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA. 13
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE 14
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL 15
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS 19

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA 22

2.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA 22
2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA 23
2.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO 33
2.4 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS 33
2.5 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES 34

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE 35

3.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO 35
3.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO 35
3.3 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS 35
3.4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA 36
3.5 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA UNIDADE JURISDICIONADA 36
3.6 MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE 36

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS 37

5.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE 37
a) Plano estratégico *37*
b) Plano Tático *39*
c) Plano Operacional *40*
d) Vinculação ao PPA *40*
e) Realizações *42*
f) Riscos *44*
5.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS. 46
5.2.1 Programa Temático *46*
5.2.2 Objetivo *46*
5.2.3 Ações *46*
5.2.3.1 Ações OFSS 46
5.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS 47
5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS 49
5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI 49
5.2.3.5 Análise Situacional 49
5.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO 50
5.4 INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL 51
5.5 INFORMAÇÕES SOBRE CUSTOS DE PRODUTOS E SERVIÇOS 52
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA *53*
6.1 Execução das despesas *53*
6.1.1 Programação de Despesas *53*
6.1.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa *53*
6.1.3 Realização da Despesa *55*
6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total 55
6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ 55
6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total 55
6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ 55
6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação 55
6.1.3.7 Análise Crítica da realização da despesa 57
6.2 DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA 58
6.3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS 58

6.4 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 59
6.4.1 Análise crítica *59*
6.5 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS 59
6.6 SUPRIMENTO DE FUNDOS 59
6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos *59*
6.6.2 Utilização do suprimento de fundos *60*
6.6.3 Classificação dos Gastos de Suprimento de Fundos *60*
6.6.4 Análise Crítica *61*
6.7 RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ 61
6.8 GESTÃO DE PRECATÓRIOS 61

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS 62

7.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE 62
7.1.1 Demonstração e distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada *62*
Análise Crítica 63
7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho *64*
7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada *65*
7.1.4 Irregularidades na área de pessoal *66*
7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos *66*
7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos 66
7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas *66*
7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos *67*
7.2 CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS 68
7.2.1 Contratação de serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância *68*
7.2.2 Locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão *69*
7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2 *70*
7.2.4 Contração de Estagiários *70*

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO 71

8.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS 71
8.1.1 Legislação *71*
8.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ *71*
8.1.3 Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos *71*
8.1.4 Média anual de quilômetros rodados *72*
8.1.5 Idade Média da frota *72*
8.1.6 Custos associados à manutenção da frota *72*
8.1.7 Plano de substituição da frota *73*
8.1.8 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação *73*
8.1.9 Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte *73*
8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO 73
8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial *73*
8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional *74*
8.2.3 Imóveis Funcionais da União Sob a Responsabilidade da UJ *75*
8.3 BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS 75

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 76

9.1 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI) 76

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 78

10.1 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 78

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE 79

11.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU 79
11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício *79*
11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento do Exercício *80*
11.2TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI) 80
11.2.1 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício *81*
11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento do Exercício *85*
11.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI N° 8.730/93 87
11.4 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO 87

11.5 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV 88

12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013. 90

12.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO 90
12.2 APURAÇÃO DOS CUSTOS DOS PROGRAMA E DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS 90
12.3 CONFORMIDADE CONTÁBIL 90
12.4 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 91
12.4.1 Declaração Plena *91*

13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO 92

13. 1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ 92

INTRODUÇÃO

O Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas, Lanagro-SP, é uma unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA, sendo um dos seis laboratórios oficiais da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, subordinado à Secretaria Executiva deste Ministério consoante orientações técnicas da Secretaria de Defesa Agropecuária, SDA.

Neste relatório o Lanagro-SP apresenta a gestão do exercício de 2014, como Unidade Jurisdicionada Individual, conforme classificação definida no anexo I da DN TCU No 134, de 04 de dezembro de 2013. Mais especificamente, a estrutura deste Relatório segue as orientações, quanto ao preenchimento dos conteúdos, da Portaria TCU Nº 90, de 16 de abril de 2014.

No corpo do relatório são apresentados os itens que se aplicam ao Lanagro-SP, seguindo a enumeração apresentada no anexo único da referida Portaria. Os itens não aplicáveis são os seguintes: 2.5 (o Lanagro-SP não possui contrato com administradores de empresas estatais e tampouco diretoria estatutária, conselho de administração ou conselho fiscal); 3.5 (o Lanagro-SP presta serviços exclusivamente ao MAPA, ou seja, não atende diretamente ao cidadão); 5.2.1 (só devem elaborar as informações referentes a programa temático, as unidades jurisdicionadas que abranjam secretaria-executiva ou secretaria geral de ministério ou de secretaria com status de ministério no âmbito da Presidência da República, o que não é o caso do Lanagro-SP); 5.2.2 (As informações relativas ao PPA são de responsabilidade da CGAL); 5.2.3.1 (o Lanagro-SP não tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados à determinada ação); 5.2.3.3 (o Lanagro-SP não executou em 2014 e a título de restos a pagar não processados, ações não mais previstas na LOA 2014); 5.5 (o Lanagro-SP não faz uso do Sistema de Custos do Governo Federal); 6.1.1 (o Lanagro-SP não é unidade orçamentária e não possui unidades consolidadas ou agregadas); 6.1.3.1 a 6.1.3.4 (itens aplicáveis somente as UJ que tenham recebido créditos originários, por serem UO, ou terem UO entre as unidades consolidadas, o que não é o caso do Lanagro-SP); 6.3 (o Lanagro-SP não possui reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos); 6.5 (não houve transferência de recursos no período, seja mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições); 6.7 (o Lanagro-SP não possui receita própria); 6.8 (o Lanagro-SP não possui precatórios); 8.2.3 (o Lanagro-SP não possui imóveis funcionais da União sob sua responsabilidade); 8.3 (o Lanagro-SP não possui bens imóveis de uso especial locados de terceiros.); 12.2 (o Lanagro-SP não faz uso do Sistema de Custos do Governo Federal).

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.

Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 000014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas			
Denominação Abreviada: Lanagro-SP			
Código SIORG: 72142	Código LOA: 22101		Código SIAFI: 130102
Natureza Jurídica: Órgão público (Unidade descentralizada do MAPA)			CNPJ: 00.396.895/0047-08
Principal Atividade: Regulação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura			Código CNAE: 8413-2
Telefones/Fax de contato:	(019) 3252-3764	(019) 3252-0155	(019) 3252-4835
Endereço Eletrônico: coor.lanagrosp@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br/laboratorios/lanagros			
Endereço Postal: Rua Raul Ferrari s/n, CEP: 13100-105, Jardim Santa Marcelina, Campinas-SP			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto Presidencial nº 7.127, de 04 de março de 2010, publicado no DOU de 05 de março de 2010; Decreto Presidencial nº 5741, de 30 de março de 2006, publicado do DOU de 31 de março de 2006; Portaria MAPA nº 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril 2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei 8.666/93 e outras legislações relacionadas a compras e licitações Norma NBR ISO/IEC 17.025 Portarias de designação de cargos em comissão e funções gratificadas Portarias de designação de responsáveis por unidades e responsáveis substitutos			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Manual operacional de Bebidas e Vinagres Manual de necropsia e colheita de amostras para diagnóstico laboratorial Métodos oficiais para análises físico-químicas de alimentos de origem animal e água Métodos oficiais para análises microbiológicas em alimentos de origem animal e água Manual de procedimentos do PNCRC – para laboratórios – área vegetal Manual de procedimentos do PNCRC – para laboratórios – área animal Manual da Qualidade analítica – Resíduos e Contaminantes em alimentos Guia de validação e Controle da Qualidade analítica – Fármacos em Produtos para alimentação animal e Medicamentos Veterinários Manual de validação, verificação/confirmação de desempenho, estimativa da incerteza de medição e controle de qualidade intralaboratorial Manual de métodos analíticos oficiais para fertilizante e corretivos Manual da Qualidade do Lanagro-SP e demais documentos do Sistema de Gestão da Qualidade (Procedimentos Operacionais Padrão, Instruções de Trabalho, Instruções de Uso, Métodos, Formulários etc.) Legislação específica afeta a cada unidade laboratorial			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
Não se aplica	Não se aplica		

1.2. Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O MAPA tem como missão “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”. O desenvolvimento sustentável do agronegócio com estímulo a produtividade, sanidade e qualidade, objetivo inexorável do MAPA, justifica a atenção governamental dispensada às políticas de proteção à saúde pública e sanidade fitozoosanitárias.

Visando garantir a segurança alimentar dos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, e ainda da qualidade de insumos agropecuários e para promover a sanidade animal e vegetal, o MAPA conta, em sua estrutura funcional, com a Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) que mantém sob sua responsabilidade, unidades descentralizadas denominadas Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros). O Lanagro-SP é um dos seis Lanagros existentes na estrutura atual do MAPA.

De acordo com o Decreto 5741, de 30 de março de 2006, os Lanagros são os Laboratórios oficiais do MAPA (Art. 42, § 1o) e constituem juntamente com os laboratórios credenciados, a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Art. 42, § 2o).

De acordo com o Decreto 7127, de 04 de março de 2010, os Lanagros são unidades descentralizadas do MAPA (Art. 3, inciso III, alínea a), com a competência de promover o suporte laboratorial aos programas e ações de competência da SDA, consoante orientações técnicas desta mesma Secretaria.

De acordo com a Portaria 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril de 2006, aos Laboratórios Nacionais Agropecuários, compete promover o suporte laboratorial aos programas e ações de competência da Secretaria de Defesa Agropecuária, em especial:

- Realizar estudos, ensaios, desenvolver e atualizar metodologias, bem como produzir e manter materiais de referência;

- Realizar análises fiscais, periciais, de monitoramento e de diagnóstico;

- Garantir a implantação e implementação:

a) do sistema da garantia da qualidade, por meio de Unidades de Garantia da Qualidade - UGQ; e

b) da gestão integrada de biossegurança em laboratórios;

- Promover ações de divulgação das atividades laboratoriais e de realização de eventos;

- Implementar, em consonância com a Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial, da Secretaria de Defesa Agropecuária - CGAL/SDA, observadas as orientações específicas da Secretaria - Executiva, do Ministério:

a) elaboração de propostas para termos de parceria e de cooperação técnica com entidades públicas e privadas;

b) formulação e execução de programações operacionais, orçamentárias e financeiras; e

c) execução de atividades de administração geral.

Aos Laboratórios Nacionais Agropecuários compete, ainda, a prestação de suporte laboratorial às atividades de competência da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, da Secretaria de Produção e Agroenergia, bem como das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Para cumprir com suas competências institucionais o Lanagro-SP possui um Sistema de

Gestão da Qualidade baseado no atendimento à Norma NBR ABNT ISO/IEC 17.025, sendo que alguns ensaios foram acreditados pelo INMETRO em 2009, com ampliação de escopo em 2011, 2012 e 2014 (a confirmar). O Lanagro-SP tem como política de qualidade assegurar a melhoria contínua do sistema de gestão e a excelência das atividades de suporte laboratorial a programas e ações de competência da Secretaria de Defesa Agropecuária, em conformidade com a NBR ABNT ISO/IEC 17.025. Como visão de futuro, o Lanagro-SP almeja ser reconhecido como laboratório de referência em suas áreas de atuação até 2023, e estar sempre atualizado com as mais modernas técnicas e métodos.

1.3 Organograma Funcional

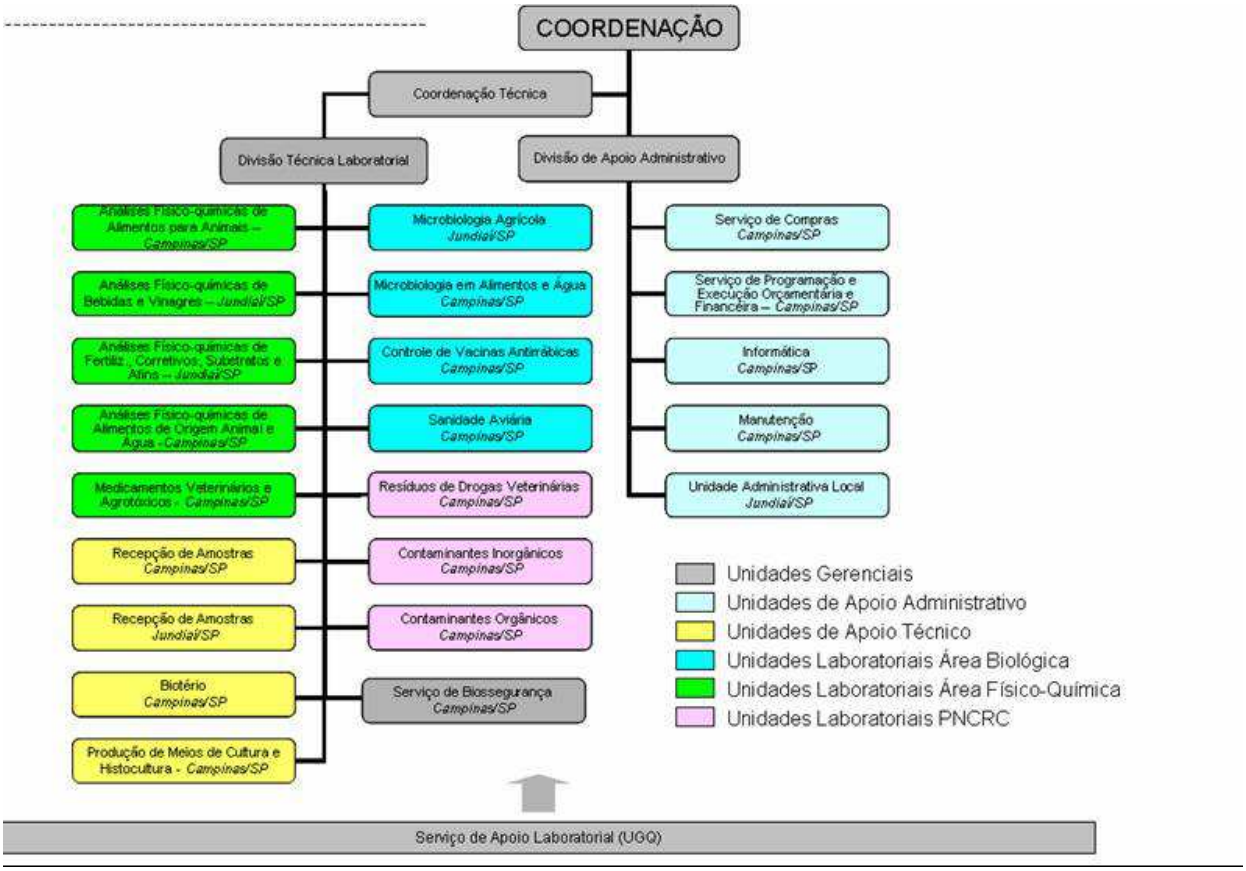


Figura A.1. Funcionograma do Lanagro-SP

Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Coordenação	Planejar e coordenar a execução das atividades dos Laboratórios Nacionais; aprovar e submeter à apreciação do órgão competente as propostas consolidadas relativas ao Plano Plurianual e programações orçamentárias e operacionais; elaborar normas complementares ao desenvolvimento das atividades laboratoriais para as unidades organizacionais hierarquicamente subordinadas; apresentar, ao órgão competente, relatório anual das atividades desenvolvidas; emitir parecer técnico conclusivo sobre a celebração de convênio, ajuste, acordo, protocolo ou contrato, que envolvem matérias de competência, consoante normas específicas do órgão setorial; autorizar viagens de servidores, em objeto de serviço; instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, para apuração de irregularidades, aplicando as penalidades previstas na legislação pertinente; praticar os atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial relativos aos créditos orçamentários disponibilizados; autorizar e homologar licitações, bem como ratificar dispensas e inexigibilidades de licitações; praticar os demais atos de administração necessários ao cumprimento das competências dos Laboratórios Nacionais Agropecuários, observadas disposições da legislação pertinente.	André de O. Mendonça	Coordenador	JAN-DEZ
Coordenação Técnica	Promover a execução e acompanhar projetos de implantação de Laboratório Nacional Agropecuário, consoante orientações específicas do Coordenador-Geral de Apoio Laboratorial; elaborar relatórios operacionais relativos à implantação de projetos, na forma e periodicidade determinadas, encaminhando-os ao Coordenador-Geral de Apoio Laboratorial; exercer outras atribuições que lhes forem delegadas pelos Coordenadores dos Lanagro's/MAPA em que estiverem localizados.	Maria de Fátima M. Pinhel	Coordenadora Técnica	JAN-DEZ
Divisão de Apoio Administrativo	Elaborar a proposta relacionada ao Plano Plurianual e a programação operacional, em articulação com as demais unidades organizacionais; acompanhar o desenvolvimento da programação operacional; efetuar o controle administrativo e financeiro de convênios, contratos, ajustes, acordos e protocolos; promover e controlar as atividades de: administração de material, patrimônio e de recursos da informação e informática; comunicações administrativas, em especial de protocolo; administração de pessoal e de desenvolvimento de recursos humanos; execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados; transporte, zeladoria, vigilância, reprografia e telefonia.	Márcia O. Parreira	Chefe de Divisão	JAN-DEZ
Divisão Técnica Laboratorial	Planejar, acompanhar e avaliar o desempenho analítico, o domínio tecnológico e a incorporação de novas tecnologias nas atividades de controle laboratorial de produtos e insumos agropecuários, materiais de multiplicação e de propagação, bem	Amaury dos Santos	Chefe de Divisão	JAN-DEZ

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	como de diagnóstico de doenças e pragas, gerando relatórios técnicos para subsidiar o processo decisório; realizar análises físico-químicas, microbiológicas, diagnósticos e promover apoio laboratorial; assessorar na elaboração de normas de credenciamento e de monitoramento de laboratórios; manter inter-relacionamento técnico com as unidades organizacionais da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial, da Secretaria de Defesa Agropecuária, do MAPA; orientar e acompanhar a execução dos programas de controles intralaboratorial e interlaboratorial, a produção de material de referência, bem como a validação de métodos analíticos, mantendo registros específicos.			
Serviço de Apoio Laboratorial	Produzir e manter animais e vegetais de experimentação laboratorial e meios de cultura, soluções e reagentes, de acordo com a demanda; efetuar a produção de cultivo celular, realizando a seleção de linhagens pertinentes; promover tratamento e controle da água utilizada nas unidades organizacionais de execução laboratorial; manutenção das instalações e equipamentos laboratoriais; atividades de biossegurança nos diversos ambientes laboratoriais, bem como de manutenção; lavagem, embalagem e esterilização de material e vidraria; recepção de amostras e emissão de resultados laboratoriais. Considerando que no caso do Lanagro-SP as atribuições da Unidade de Gestão da Qualidade foram incorporadas a este Serviço, constituem responsabilidades adicionais: orientar, controlar e avaliar os sistemas de gestão da qualidade; elaborar, orientar aplicar e divulgar o manual da qualidade e normas de referência dos sistemas de gestão da qualidade; participar da elaboração, acompanhar e avaliar indicadores de desempenho; planejar e gerenciar a execução de auditorias internas e análises críticas; conduzir os processos de certificação e de acreditação do Lanagro-SP; orientar e acompanhar: implantação de ações corretivas e preventivas; formação de avaliadores de laboratórios; execução dos programas de controle interlaboratorial e intralaboratorial; produção de material de referência; validação de métodos analíticos; tratamento de não-conformidades e reclamações; realizar pesquisas de satisfação de clientes; elaborar proposições e subsidiar o processo de aquisição de produtos e serviços necessários aos sistemas de gestão da qualidade; acompanhar as auditorias externas realizadas no âmbito do Lanagro-SP.	Fernando J. P. de Souza	Chefe de Serviço	JAN-DEZ
Serviço de Compras	Elaborar e acompanhar os processos de compras de material, de equipamento e de contratação de prestação de serviço; executar os procedimentos de licitação de acordo com as modalidades legalmente previstas.	Terezinha B. da Silva	Chefe de Serviço	JAN-DEZ
Serviço de Programação e Execução	Executar as atividades de programação, bem como de execução orçamentária e financeira dos créditos orçamentários disponibilizados; proceder à conformidade documental; controlar e acompanhar a execução orçamentária e financeira de termos	Dulce R. F. Lima	Chefe de Serviço	JAN-DEZ

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Orçamentária e Financeira	de parcerias e de cooperação técnica.			
Serviço de Biossegurança	Promover e acompanhar as atividades de biossegurança, bioproteção e biosseguridade quanto a: produção, manutenção e manipulação de animais e vegetais de experimentação laboratorial, materiais genéticos e microrganismos; procedimentos de recepção, transporte, manuseio e descarte de amostras; descarte de resíduos sólidos e líquidos; definição e manutenção do nível de biossegurança exigido para manipulação dos agentes biológicos; riscos físicos, químicos e ambientais; controle de acesso; utilização de equipamentos; elaborar, orientar, aplicar e divulgar: normas de referência; Manual da biossegurança, bioproteção e biosseguridade; elaborar proposições e subsidiar o processo de aquisição de produtos e serviços relativos à biossegurança e à biosseguridade.	Yuri F. Feltrin	Chefe de Serviço	JAN-DEZ

Observação: O Serviço Laboratorial Avançado em Curitiba (SLAV-PR) foi extinto em novembro de 2013 devido à aposentadoria de praticamente todos os servidores ali lotados, sendo que aqueles da ativa foram absorvidos pela SFA/PR. O imóvel pertence à SFA/PR e desde então o Lanagro-SP não repassa mais recursos referentes à manutenção deste laboratório àquela superintendência. Parte das análises foi absorvida pelo Lanagro-RS (SLAV-SC) e as demais pelo próprio Lanagro-SP.

1.4 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos do Lanagro-SP correspondem basicamente à realização de ensaios laboratoriais em atendimento às demandas da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do MAPA. Algumas Unidades também realizam auditorias para credenciamento ou monitoramento de laboratórios. Baseado na classificação de atividades proposta pela CGAL e no mapeamento de processos realizado em 2008, os seguintes macroprocessos finalísticos são aplicáveis ao Lanagro-SP:

De uma forma geral, a execução dos processos finalísticos é supervisionada por Fiscais Federais Agropecuários, porém as atividades vinham sendo executadas em grande parte por pessoal terceirizado até novembro de 2014, devido à carência de servidores nas áreas técnicas. Para tanto, existia um contrato de prestação de serviços firmado no âmbito da CGAL (contrato MAPA x FUNDEPAG), viabilizando a lotação de analistas, assistentes e auxiliares de laboratório, entre outros cargos. Sem este contrato seria impossível atender às demandas dos clientes por análises laboratoriais. Este contrato foi extinto após a realização de concurso público para técnicos e auxiliares de laboratório e também para Fiscais Federais Agropecuários, conforme Edital no 001/2014 – Secretaria Executiva MAPA e Portarias MAPA no 973/2014 e 1.117/2014.

As demandas por análises são geradas pelos diversos serviços do MAPA para os quais o Lanagro-SP presta apoio laboratorial. Tal demanda é discutida em reuniões periódicas realizadas com os mesmos, geralmente gerenciadas em nível da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial (CGAL). Além disso, existe um procedimento interno para análises críticas dos pedidos, propostas e contratos, sempre que há surgimento de novas demandas pelos departamentos da SDA e pelos serviços clientes nas SFAs.

Com relação às auditorias para credenciamento e monitoramento de laboratórios, as mesmas são realizadas para atendimento ao Serviço de Auditoria e Credenciamento (SAC) da CGAL. A CGAL mantém um rol de laboratórios públicos e privados credenciados para realizar análises de caráter oficial, uma vez que a capacidade operacional dos Lanagros não é suficiente para suprir toda a demanda. Além disso, cabe aos Lanagros exercer o papel de referência para essa rede credenciada, a partir da produção de materiais de referência, oferecimento de treinamentos, repasse de metodologias e organização de ensaios interlaboratoriais.

No âmbito interno, todos os departamentos da SDA interagem com o Lanagro-SP, pois são considerados como clientes dos serviços prestados. São eles: DIPOV (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal), DIPOA (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal), DFIP (Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários), DFIA (Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas), DSV (Departamento de Sanidade Vegetal) e DSA (Departamento de Sanidade Animal). Além destes, o Lanagro-SP também presta serviços ao VIGIAGRO (Coordenação-Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária) e à CRC (Coordenação de Resíduos e Contaminantes). Obviamente que todos os serviços relacionados a estes departamentos e coordenações localizados nas Superintendências Federais de Agricultura também se relacionam de forma importante com o Lanagro-SP, bem como a Estação Quarentenária de Cananéia-SP (EQC).

O Lanagro-SP mantém relação de parceria com a EMBRAPA e com todos os demais Lanagros (RS, GO, MG, PA e PE), o que inclui intercâmbio de informações e também de amostras, além da realização de algumas aquisições por adesão a ata de registro de preços.

Dentre os outros órgãos públicos com os quais o Lanagro-SP se relaciona, destacam-se: SPU/SP (Superintendência do Patrimônio da União no Estado de São Paulo), CJU/SP (Consultoria Jurídica no Estado de São Paulo), AGU/SP (Advocacia Geral da União no Estado de São Paulo), Universidades (UNICAMP, UNESP e USP, principalmente), INMETRO, Instituto Biológico, Instituto Butantã, Instituto Pasteur, Instituto Agronômico de Campinas, ITAL e FIOCRUZ.

Quadro A.1.4 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Realização de ensaios físico-químicos em alimentos de origem animal e água	Realização de análises laboratoriais conforme demandado pelo cliente	Relatórios de ensaio e atas de análises periciais	DIPOA	POA
Realização de ensaios físico-químicos em alimentos para animais	Realização de análises laboratoriais conforme demandado pelo cliente	Relatórios de ensaio e atas de análises periciais	DFIP	ALA
Realização de ensaios físico-químicos em bebidas e vinagres	Realização de análises laboratoriais conforme demandado pelo cliente	Relatórios de ensaio e atas de análises periciais	DIPOV	BEB
Realização de ensaios para diagnóstico animal	Realização de análises laboratoriais conforme demandado pelo cliente	Relatórios de ensaio	DSA VIGIAGRO EQC	AVI
Realização de ensaios físico-químicos em fertilizantes, corretivos e substratos	Realização de análises laboratoriais conforme demandado pelo cliente	Relatórios de ensaio e atas de análises periciais	DFIA	FET
Realização de ensaios para controle de produtos biológico e veterinários	Realização de análises laboratoriais conforme demandado pelo cliente	Relatórios de ensaio	DFIP	AVI, MVA, CVR
Realização de ensaios microbiológicos em alimentos e água	Realização de análises laboratoriais conforme demandado pelo cliente	Relatórios de ensaio e atas de análises periciais	DIPOA DIPOV DFIP	MIC
Realização de ensaios para determinação de resíduos e contaminantes em alimentos	Realização de análises laboratoriais conforme demandado pelo cliente	Relatórios de ensaio e atas de análises periciais	DIPOA CRC	COI ORG RDV
Realização de ensaios em produtos biológicos de uso agronômico *	Realização de análises laboratoriais	Relatórios de ensaio	DFIA	MAG
Realização de ensaios físico-químicos em produtos agrotóxicos e afins*	Realização de análises laboratoriais	Relatórios de ensaio	DFIA	MVA
Realização de auditorias	Auditorias realizadas em laboratórios credenciados pelo MAPA	Relatórios de auditoria	SAC/CGAL	POA, BEB, AVI, FET, MIC, MAG, COI, ORG e RDV
Desenvolvimento de métodos	Desenvolvimento de novas metodologias e validação/avaliação de desempenho de metodologias existentes	Relatórios de validação/avaliação de desempenho e publicação de métodos	CGAL	ALA, CVR, POA, BEB, MVA, AVI, FET, MIC, MAG, COI, ORG e RDV

*Atividades em fase de implantação

O Lanagro-SP também mantém relações de parcerias com instituições privadas, tais como: ABPA, ABIEC, SINDAN, entre outras, porém não há qualquer convênio ou termo de cooperação firmado. Nestes casos as parceiras se dão, por exemplo, através de apoio na realização de eventos no Lanagro-SP (viabilização de palestrantes internacionais, coffee-break etc.), aquisição emergencial de reagentes e isenção no pagamento de taxas de inscrição em eventos promovidos por estas instituições.

É importante destacar a participação da CGAL na identificação das fontes de recursos financeiros necessários para a aquisição de materiais de consumo (ex.: materiais e insumos de uso laboratorial) e de investimento (principalmente para execução de obras, reformas e aquisição de equipamentos de laboratório), imprescindíveis para o atendimento às demandas por análises laboratoriais. No caso da realização de auditorias, os recursos necessários referem-se essencialmente a pagamento de diárias e aquisição de passagens aéreas.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

2.1 Estrutura de Governança

O Lanagro-SP não possui uma estrutura definida de controle interno, tais como conselhos e comitês. O planejamento orçamentário é submetido à CGAL para avaliação e aprovação. As avaliações dos lançamentos financeiros são realizadas via SICAFI tanto pela CCONT/MAPA como pela Secretaria do Tesouro Nacional.

No âmbito interno é realizada a tarefa de verificação de conformidade documental por servidor designado, o qual registra no SICAFI a realização das conferências dos documentos fiscais.

O artigo 16 da Portaria 104, de 18 de abril de 2006 (Regimento Interno dos Lanagros), menciona em seu item VII que compete aos Coordenadores dos Lanagros instaurar sindicância e processo administrativo disciplinar, para apuração de irregularidades, aplicando as penalidades conforme artigos 148 a 182 da Lei nº 8.112/1990. Os processos são cadastrados no sistema CGU-PAD por um dos dois servidores nomeados para esta função.

Cabe mencionar que existe uma Coordenação ligada diretamente à Secretaria Executiva do MAPA (Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE) responsável pelo sistema de correição do âmbito desta Secretaria e que atende aos Lanagros no tocante a orientações técnicas e capacitação sobre o tema, mas não tem a responsabilidade de instaurar processos no âmbito das unidades descentralizadas.

A fiscalização dos contratos é realizada por servidores designados em Portarias assinadas pelo Coordenador do Lanagro-SP. Devido à grande carência por servidores públicos na Unidade, o Coordenador tem nomeado servidores da área técnica, especialmente Fiscais Federais Agropecuários, como fiscais de contrato, inclusive os que envolvem alocação de mão-de-obra. Tal situação é provisória e paliativa, uma vez que com a nomeação de servidores administrativos ingressos em 2014 por meio de concurso público e com a contratação de pessoal terceirizado para dar suporte às ações de fiscalização de contratos (início do contrato em fevereiro de 2015), será possível criar uma equipe dedicada exclusivamente a esta atividade.

Como parte da estrutura do Sistema de Gestão da Qualidade, o Lanagro-SP realiza auditorias internas com foco no atendimento aos requisitos da Norma ISO 17.025. Tais auditorias são planejadas pela Unidade de Gestão da Qualidade e abrangem tanto as unidades técnicas como as de Apoio, como o Serviço de Compras. Todas as não-conformidades identificadas, seja em auditoria interna, em rotina (as próprias unidades podem e devem registrar suas não-conformidades como parte da abordagem da ISO 17.025), em Análise Crítica da Alta Direção ou em auditoria externa são registradas em sistema informatizado denominado “Sistema Gerenciador de Trabalhos Não-Conformes e Oportunidade de Melhorias”. A UGQ avalia as ações de correção propostas e monitora os prazos estipulados para sua implementação. A relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas é mensurada pelo indicador “Implementação de ações corretivas”. Este indicador avalia se as ações foram implementadas dentro do prazo estipulado.

O desempenho técnico e administrativo do Lanagro-SP é monitorado continuamente pela Coordenação através do recebimento de relatórios gerenciais mensais encaminhados por cada unidade técnica e de apoio, conforme modelo de Formulário estabelecido pelo Sistema de Gestão da Qualidade (FORM UGQ/046).

Pelo menos uma vez por ano é realizada a “Reunião de Análise Crítica da Alta Direção”, que tem como objetivo discutir a adequação do Sistema de Gestão da Qualidade do Lanagro-SP e suas múltiplas interfaces considerando, entre outros assuntos: a adequação das políticas e

procedimentos; relatórios gerenciais; resultados de auditorias internas recentes; ações corretivas e preventivas; resultados de avaliações realizadas por organizações externas; resultados de comparações interlaboratoriais ou ensaios de proficiência; mudanças no volume e tipo de trabalho; reclamações e realimentação de clientes; recomendações para melhorias; indicadores da qualidade e da gestão estratégica; infraestrutura e equipamentos; aquisições de serviços e suprimentos; metas a curto, médio e longo prazos; outros fatores relevantes, tais como atividades de controle da qualidade, recursos financeiros e humanos e treinamento de pessoal. A partir desta reunião são geradas ações com definição de três níveis de prioridade (importantes, urgentes ou prioritárias), as quais são acompanhadas mensalmente, através do FORM UGQ/046.

Os processos de aquisição, bem como aditivos relacionados à repactuações e reajustes de contratos são encaminhados à Consultoria Jurídica da União no Estado de São Paulo (CJU-SP), conforme artigo 11 da Lei Complementar no 73/1993, e artigo 38, parágrafo único da Lei 8.666/1993 sendo os pareceres avaliados pela equipe da DAD e as adequações necessárias aprovadas pelo Coordenador antes da finalização do processo.

O Lanagro-SP não está atrelado a qualquer estrutura de governança externa, tais como auditorias independentes ou conselhos externos, com exceção das auditorias realizadas pelo INMETRO (órgão ao qual o Lanagro-SP é acreditado na Norma ISO 17.025 desde 2009) para avaliação do Sistema de Gestão da Qualidade e eventuais auditorias da própria CGAL. Em ambos os casos o foco das auditorias recai sobre os aspectos técnicos das atividades finalísticas da Unidade e não sobre aspectos administrativos, como, por exemplo, a gestão orçamentária e financeira.

Eventualmente o Lanagro-SP recebe missões internacionais para avaliar a equivalência de seus procedimentos com aqueles adotados pelos países importadores de produtos de origem animal e vegetal. Via de regra, estas auditorias também avaliam de forma mais profunda o atendimento aos requisitos da Norma ISO 17.025.

2.2 Atuação da unidade de auditoria interna

No ano de 2014 foram realizadas nove auditorias internas, uma “Reunião de Análise Crítica da Alta Direção” (no período de 28 a 31 de janeiro), foram recebidas quatro missões internacionais (Chile, China, Bolívia e Estados Unidos) e uma auditoria da CGAL.

Quanto às missões internacionais, foram apontadas apenas três não-conformidades, todas pela missão norte-americana. NC-01: Um lote do reagente Mg (NO3)2 preparado para uso em testes de cádmio em carne havia expirado o prazo de validade há 30 dias e não tinha sido descartado; NC-02: Uma solução de HCl não estava identificada com o número de lote ou data de validade; NC-03: A geladeira de recepção de amostras estava desprovida de termômetro para monitoramento da temperatura e deveria estar identificada como "Fora de Uso". Todas elas já foram devidamente tratadas.

A auditoria da CGAL apontou as seguintes não-conformidades:

1	Nos TRAs das ROAs 15385 e 14881 apresentados não foram evidenciados o procedimento descrito no item 4.1.3 da IT REC 004_004 Manuseio de amostras e encaminhamento de resultados de analises do PNCRC – que determina que se deve indicar atrás da via do TRA quem realizou a conferência da assinatura e carimbo.
2	Não foi evidenciado análise crítica do controle de verificação antes do uso do equipamento CG-ORG-01 conforme descrito no item 4.1 da IT CTEC/012/003.

3	A pasta de arquivo contendo os formulários e dados brutos referentes ao relatório RV/01 relativo ao MET RDV/003 não garante proteção dos dados contra perdas por permitirem destaque dos registros. Não foi observada a numeração das páginas dos registros de dados brutos. O mesmo foi observado para os formulários FORM CTEC 011/03 de 26/09/12 e FORM RDV/044/001 e 18/05/11 (data de conclusão) relativo ao MET RDV/006.
4	Não foi observada assinatura do responsável nas folhas dos FORM RDV 044 relativos ao relatório RV/01/2013. Não sendo evidenciada a identificação do responsável pela conferência dos resultados.
5	Não foi evidenciado o cálculo da diferença de concentrações entre as repetições da amostra 6202/14 em desacordo com o item 4.7 Controle de qualidade do MET/RDV/004/006.
6	Campo em branco do registro de "temperatura da sala de injeções" no FORM ORG 003/008 – Controle de Clean up do dia 10/11/2014.
7	Documento obsoleto: FORM/UGQ/014/001 – Escopo da Unidade de Organoclorados do Lanagro-SP para realizar análises na Área de Resíduos e Contaminantes em Alimentos.
8	Não foram estabelecidos critérios objetivos para avaliar a solução nova quando comparada com a solução anterior do MET ORG/001/011.
9	Não foi evidenciado que as validações são uma atividade planejada com designação de pessoal qualificado. Falta o registro do planejamento das validações.
10	No relatório de validação do MET ORG/001 não foi evidenciado a determinação do parâmetro do "limite de detecção de equipamento" conforme preconizado no Manual – triplicata de injeção e utilizar o valor médio.

Conforme já mencionado, o Lanagro-SP adota os procedimentos do Sistema de Gestão da Qualidade para avaliação contínua do atendimento aos objetivos da Unidade. Um dos procedimentos refere-se à mensuração de indicadores da qualidade, conforme definido no POP UGQ/020. Foram definidos indicadores para as áreas técnicas e para as áreas de apoio, incluindo a área administrativa. A mensuração é realizada a cada seis meses e os resultados são discutidos na "Reunião de Análise Crítica da Alta Direção". Seguem abaixo as ponderações referentes às últimas avaliações:

a) Indicadores com resultados indesejáveis – Área técnica

• Oportunidades de Melhorias (na última avaliação este indicador sofreu uma alteração, passando a incorporar as ações preventivas e melhorias num único indicador): foi evidenciado que nem a implementação do sistema informatizado para registro de trabalhos não conformes e oportunidades de melhorias, nem as reuniões periódicas mais frequentes com os supervisores da qualidade e nem mesmo a implementação dos indicadores da qualidade contribuíram para aumentar o registro de oportunidades de melhoria. Como nova ação, a UGQ providenciou treinamento específico sobre o tema no dia 06/01/2015. A contratação de analistas da qualidade, prevista para ocorrer em março/15, também poderá contribuir positivamente.

• Auditorias internas: no período de julho a dezembro de 2013 o resultado do indicador foi de 55,0, enquanto que no período de janeiro a junho de 2014 foi zero (considerando apenas a área técnica). Na verdade houve apenas uma programação de auditoria interna neste último período

(Unidade MIC), que não foi realizada a pedido do responsável pela Unidade. Tal situação foi decorrente da remoção do FFA Wanderson C. P. Silva em dezembro de 2013. O mesmo atuava como supervisor da qualidade e somente com a apresentação dos novos servidores em outubro de 2014 foi possível identificar uma substituta para esta função. Esta situação acabou por prejudicar imensamente a implementação do SGQ na Unidade MIC, culminando com a desistência de submissão de acreditação de parte do escopo da Unidade junto ao INMETRO. Espera-se que com a nomeação de novos servidores, incluindo a FFA que irá atuar de forma mais direta no atendimento ao SGQ, a situação seja revertida o mais rápido possível, o que deverá ser avaliado criteriosamente na próxima auditoria interna e na próxima reunião de análise crítica. A última auditoria interna na Unidade MIC ocorreu em outubro de 2011, ou seja, há três anos, evidenciando o quão crítica é a situação. A UGQ deverá oferecer uma assessoria especial à Unidade MIC no decorrer do primeiro semestre de 2015, a fim de contribuir com a regularização do SGQ na Unidade. Com relação ao número de auditores internos, a UGQ informou que o quantitativo é suficiente (n = 26). Com a substituição dos funcionários terceirizados, provavelmente a UGQ terá mais dificuldade para montar as equipes de auditoria interna, até que os novos servidores sejam devidamente capacitados. Por isso, é de se esperar uma queda neste indicador para pelo menos os dois próximos ciclos de avaliação. De qualquer forma, a UGQ já providenciou um primeiro treinamento para capacitação de auditores no último dia 06/01/2015, mas ainda será necessário um tempo maior de experiência para que os novos servidores estejam aptos a realizar auditorias internas. Continua pendente a revisão do POP UGQ/018 - Auditoria Interna, tendo em vista a necessidade de incluir a obrigatoriedade da UGQ comunicar a COOR e CTEC quando da identificação de não conformidades sistêmicas graves.

• Escopos acreditados: houve uma redução no resultado deste indicador de 36,4% para 24,2%, em função da mudança da sistemática de cálculo. Anteriormente se atribuía pontuação para cada ensaio acreditado, porém desde a última avaliação passou-se a considerar o percentual do escopo acreditado em relação ao total de ensaios em rotina para cada unidade. Com isso, as unidades AVI e ORG deixaram de ter a pontuação máxima, impactando no resultado final do indicador. Considerando a relevância do tema, a CGE estará acompanhando sistematicamente a evolução deste indicador através de procedimentos definidos em IT específica (em fase final de elaboração). O documento prevê que as unidades estabeleçam metas para acreditação ano após ano, culminando com acreditação de 100% do escopo do Lanagro-SP até 2023. Em novembro de 2014 o Lanagro-SP recebeu auditoria de monitoramento do INMETRO, aproveitando a oportunidade para submeter ampliação do escopo de acreditação para os seguintes ensaios: Unidade CVR - Teste de Potência pelo Método NIH; Unidade AVI - Imunodifusão em gel de ágar para pesquisa de anticorpos para o vírus da laringotraqueíte infecciosa das aves; PCR em tempo real para detecção dos subtipos H5 e H7 do vírus da influenza aviária; Isolamento e identificação de salmonelas em amostras aviárias. Também foi solicitada atualização (inclusão da matriz fígado para as espécies avestruz e coelho) do seguinte escopo da Unidade COI: Determinação de arsênio, cádmio e chumbo por GF AAS. Os auditores recomendaram a manutenção e ampliação do escopo conforme solicitado pelo Lanagro-SP desde que atendidas as não-conformidades apontadas. Também foi solicitado, junto ao INMETRO, a acreditação de alguns ensaios para as unidades BEB e FET. Por se tratar de outra base física (Jundiaí-SP), o INMETRO tratou como uma nova acreditação, razão pela qual não foi possível aproveitar esta auditoria de novembro/14. Houve atraso no agendamento desta auditoria em função da exigência do INMETRO quanto à apresentação de alvará de funcionamento e certidões negativas na Receita Federal. Quanto ao alvará, o Lanagro-SP contratou serviço especializado para regularização da documentação do laboratório junto à Prefeitura de Jundiaí. Já foi protocolado o pedido do “habite-se”, porém para liberação do alvará é necessária a obtenção do AVCB (Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros). Para tanto, já foi entregue o serviço contratado para diagnóstico da situação bem como projeto para adequação às normas dos Bombeiros. Resta agora contratar o serviço para execução das adequações. Quanto às certidões negativas, foram feitas gestões junto à CGAL, uma vez que a documentação precisa ser obtida em

Brasília (algumas certidões dependem da consulta do CNPJ geral do MAPA), mas até o presente momento a CGAL não logrou êxito em obter a documentação necessária. Quanto à obtenção do alvará junto à Prefeitura de Campinas, foi providenciada recentemente a contratação de empresa especializada para realização do diagnóstico da situação.

b) Indicadores com resultados indesejáveis – Área de apoio

• Registro de trabalho não conforme em rotina (3,33% no segundo semestre de 2013 e 36,11% no primeiro semestre de 2014): no primeiro período apenas a unidade BIT havia registrado não-conformidades em rotina, enquanto que para o período subsequente outras unidades passaram a registrar trabalhos não conformes (UGQ, INF, PMH, RECj, REC, COOR e CTEC). Por outro lado as seguintes unidades não fizeram qualquer registro considerando os dois períodos: DAD, MAG, MAN e ADMj. Ficou evidente que para estas unidades, especialmente para a DAD, a implementação do SGQ ainda está em fase de amadurecimento, o que impactou neste indicador. De uma forma geral, acreditamos que a contratação de analistas da qualidade (processo em curso) trará benefícios significativos, incluindo a evolução mais rápida das áreas de apoio, assim como a prorrogação do contrato com o bolsista Vitor Pacces, com foco em treinamentos no SGQ (plano de trabalho em análise na CGAL).

• Oportunidades de melhoria: a situação é similar à descrita acima para as unidades técnicas e as ações propostas também deverão beneficiar as unidades de apoio. Cabe ressaltar, no entanto, que para as unidades de apoio já houve uma melhora significativa neste indicador no último período avaliado (de 5,0% para ações preventivas e 22,5% para melhorias no segundo semestre de 2013 para 42,7% para oportunidades de melhorias no primeiro semestre de 2014). Esta evolução, porém, pode ser atribuída principalmente à grande quantidade de melhorias e ações preventivas geradas na última reunião de análise crítica para as unidades de apoio e não necessariamente ao incremento de registros pelas próprias unidades.

• Produção científica e transferência de conhecimento: este indicador tem apresentado resultados muito ruins especialmente para as unidades de apoio (23,3% e 15,2% nas duas últimas avaliações). A CTEC constitui exceção, na medida em que teve pontuação máxima neste quesito nestas últimas avaliações. Podemos listar algumas razões para os resultados ruins obtidos recentemente: exigência da CGAL da aprovação de trabalhos científicos para participação em congressos (estes trabalhos são mais comuns nas unidades técnicas finalísticas); pouca quantidade de bolsistas CNPq nas unidades de apoio em comparação com as unidades técnicas; poucas oportunidades para desenvolvimento científico-tecnológico nas unidades administrativas e na REC e RECj; baixo nível de interação das unidades de apoio com o meio acadêmico, especialmente no caso das unidades administrativas; ausência de convites para ministrar palestras externas (com exceção da CTEC, UGQ e COOR). Algumas unidades como BIT, PMH e DAD deverão ser estimuladas a incrementar atividades de cunho científico, se utilizando de dados da própria rotina do Lanagro-SP. Para tanto, a CTEC deverá agendar reunião com os colaboradores destas unidades para realização de “Brainstorm” sobre o tema. Para as unidades REC, RECj, ADMj, MAN e INF o indicador deverá ser considerado não aplicável quando não houver produção científica ou transferência de conhecimento.

• Não conformidades em auditorias: o valor obtido no segundo semestre de 2013 foi de 24,7%, porém houve uma recuperação significativa no período subsequente (50%). Das três unidades com pontuação “zero” no segundo semestre de 2013 (MAN, BIT e PMH), apenas a unidade MAN foi auditada no primeiro semestre de 2014. Neste caso houve uma recuperação total, pois a unidade obteve pontuação máxima neste período. Quanto às unidades BIT e PMH, o quesito deverá ser analisado criteriosamente no próximo ciclo de avaliação.

c) Indicadores com resultados satisfatórios – Área técnica:

• “Documentação do sistema de gestão da qualidade (documentos exigidos)” e “Documentação do sistema de gestão da qualidade (documentos revisados no prazo)”: os valores têm se mantido historicamente em níveis aceitáveis, o que reflete o nível de maturidade obtido pelo SGQ do Lanagro-SP. As unidades MIC e POA representam exceções e são justamente as unidades técnicas que necessitam de maior atenção quanto à implementação do SGQ. Quanto à Unidade MIC, as razões desta fragilidade já foram detalhadas na análise do indicador “auditorias internas recebidas”. Já em relação à Unidade POA, a memória da última reunião de análise crítica já apontava dificuldade na dedicação ao SGQ devido ao excesso de demanda e à necessidade da COOR e CTEC se reunirem com a responsável pela Unidade para cobrar maior empenho e compromisso (maior agilidade nas respostas às demandas geradas pela CGAL, COOR, CTEC, DAD e UGQ). Continua pendente a elaboração de METs para as Unidades POA e MIC. A UGQ deverá dedicar especial atenção às Unidades POA e MIC para o próximo ciclo.

• “Ferramentas da garantia da qualidade (exclusivo para unidades técnicas)”: os resultados também têm se mantido em nível satisfatório ao longo dos últimos ciclos. Mais uma vez a Unidade POA se destaca negativamente. Foi a única unidade a “zerar” este indicador nos dois últimos ciclos. O plano de trabalho do bolsista Igor Olivares para 2015 contempla atendimento in loco visando a implementação destas ferramentas, com ênfase nas unidades POA e ALA, o que deverá contribuir significativamente para melhoria dos resultados para este indicador.

• “Reclamações pertinentes”: persistem os resultados altamente satisfatórios com distribuição homogênea dos resultados entre as unidades técnicas;

• “Amostras realizadas/adequadas”: os resultados têm se mantido acima de 70%. A unidade AVI, porém, “zerou” nos dois últimos ciclos e a Unidade COI não pontuou neste indicador no último ciclo. No caso da Unidade AVI o problema já havia sido identificado na análise anterior (acúmulo de resultados para inserir no sistema informatizado, acarretando em atraso no envio de resultados aos clientes). A situação já foi sanada e se espera que para o próximo ciclo os resultados sejam refletidos no cálculo deste indicador. Quanto à Unidade COI, de 170 amostras adequadas foram processadas apenas 93 no período devido a problema com equipamento. No entanto, o problema foi solucionado e as análises foram concluídas ainda em 2014, permitindo o cumprimento do previsto no PNCRC para a Unidade COI.

• “Implementação de ações corretivas” (58,9% para o segundo semestre de 2013 e 82,2% para o primeiro semestre de 2014): De uma forma geral, as reuniões periódicas dos supervisores da qualidade com a UGQ são fundamentais para que as ações corretivas sejam implementadas de forma eficaz e dentro do prazo. No caso das unidades da base física de Jundiaí estas reuniões não ocorrem com a mesma periodicidade. A partir da contratação de um analista da qualidade sênior a ser lotado em Jundiaí (a partir de março/15), as reuniões poderão ocorrer com a frequência desejada, sendo gerenciadas por este colaborador. Este mesmo contrato deve contribuir para melhorar ainda mais os resultados para este indicador para as demais unidades. Atualmente o sistema informatizado não envia mensagens automáticas de alerta quanto a necessidade de aprovações, análises de eficácia ou com relação ao vencimento de prazos. Esta possibilidade deverá ser analisada junto à Unidade INF, pois caso seja viável poderá contribuir para um acompanhamento mais eficaz da implementação das ações corretivas;

d) Indicadores com resultados satisfatórios – Área de apoio

• “Documentação do sistema de gestão da qualidade (documentos exigidos)” e “Documentação do sistema de gestão da qualidade (documentos revisados no prazo)”: da mesma forma que para as unidades técnicas os valores têm se mantido historicamente em níveis aceitáveis, com exceção do indicador “documentos revisados no prazo” no ciclo referente ao segundo semestre

de 2013 (60%), quando tanto a DAD como a REC “zeraram” neste quesito. De uma forma geral, a DAD tem apresentado um nível de maturidade no SGQ aquém do desejado, o que é evidenciado claramente na estrutura de documentos da Unidade. O assunto vem sendo tratado sistematicamente em todas as reuniões recentes de análise crítica. Na última reunião foram propostas as seguintes ações: “que a DAD dedique um dia por semana para a avaliação dos documentos (neste dia a área envolvida e a chefe da DAD não farão atendimento interno ou externo) e que a UGQ trate o assunto com total prioridade na medida em que receber os documentos. Deverão ser considerados como prioritárias as seguintes ITs: compras, pessoal e almoxarifado.” Com o apoio do bolsista CNPq da UGQ foi possível concluir a elaboração/revisão das ITs de compras e almoxarifado. A IT de pessoal encontra-se em fase final de elaboração. Está prevista a contratação de um analista da qualidade para dedicação exclusiva à DAD, o que deverá aprimorar ainda mais a estrutura de documentos do SGQ. Quanto à REC, as mudanças no sistema informatizado de registro de amostras e emissão de resultados acabou por comprometer a revisão dos documentos no prazo adequado;

• “Treinamentos externos planejados”: houve uma evolução muito importante nos resultados deste indicador nos últimos dois ciclos para as unidades de apoio (70,0% para o segundo semestre de 2013 e 83,3% para o primeiro semestre de 2014), provavelmente como fruto de uma alteração na periodicidade do preenchimento do FORM UGQ/042 – Metas de Capacitação – de quatro para seis meses e também devido a uma previsão de treinamentos mais realista por parte dos responsáveis;

• “Auditorias internas”: todas as oito auditorias programadas para as unidades de apoio para o segundo semestre de 2013 foram realizadas. Neste período apenas as unidades DAD e ADMj não receberam auditorias. Para o primeiro semestre de 2014 foram programadas três auditorias, sendo duas realizadas. Devem ser agendadas de forma prioritária auditorias na DAD (última auditoria na área de compras em julho de 2012) e RECj (última auditoria em novembro de 2013);

• “Reclamações pertinentes”: da mesma forma que para as áreas técnicas persistem os resultados altamente satisfatórios com distribuição homogênea dos resultados entre as unidades.

• “Produção por demanda interna”: os resultados vem se mantendo excelentes ao longo do tempo, o que significa que as unidades de apoio técnico têm atendido a contento as demandas das unidades finalísticas. Tanto a DAD como a RECj consideraram este indicador como não aplicável. No caso da RECj e da REC deverá ser utilizado o seguinte critério: envio de resultados no prazo máximo de dois dias úteis. Este critério deverá ser considerado a partir do próximo ciclo, uma vez que até o presente momento a REC não considerava nenhum prazo para o cálculo do indicador. Quanto à DAD, considerando o volume e complexidade do trabalho, esta mensuração somente será possível após a implantação de sistema informatizado para registro e acompanhamento de todas as atividades desenvolvidas, especialmente na área de compras. Para as demais atividades realizadas no âmbito da DAD, deverão ser estabelecidos critérios de mensuração junto a cada uma.

e) Indicadores com resultados medianos – Área técnica

• “Não conformidades em auditorias” (28,6% para o segundo semestre de 2013 e 43,8% para o primeiro semestre de 2014): no ciclo referente ao segundo semestre de 2013, das unidades auditadas, apenas a unidade RDV teve uma pontuação satisfatória. As unidades POA, MIC, MVA e COI não foram auditadas no período. Já no ciclo subsequente, o resultado do indicador, embora superior, teve sua avaliação comprometida devido ao baixo número de auditorias (realizadas apenas nas unidades BEB e AVI). É de se esperar que com o amadurecimento do SGQ e a ampliação do escopo de acreditação junto ao INMETRO o quantitativo de não conformidades em auditorias (internas e externas) venha a reduzir. Porém, os dados históricos ainda são insuficientes para avaliar tendências neste quesito.

• “Registro de trabalho não-conforme em rotina” (52,3% para o segundo semestre de 2013 e 47,0% para o primeiro semestre de 2014): mais uma vez as unidades POA e MIC foram as que

apresentaram os piores resultados na análise conjunta dos dois últimos ciclos, além da Unidade MVA (pontuação "zero" para ambos os períodos). No caso das Unidades POA e MIC, o resultado parece refletir a imaturidade/fragilidade do SGQ, conforme já registrado. No caso da Unidade MVA, o resultado pode estar relacionado ao fato da Unidade ter iniciado sua rotina de análises somente em maio de 2014. O resultado deste indicador deverá ser reavaliado com mais critério para a Unidade MVA no próximo ciclo.

• "Treinamentos internos" (59,1% para o segundo semestre de 2013 e 54,6% para o primeiro semestre de 2014): na avaliação conjunta dos dois períodos, as unidades POA, MIC e ALA apresentaram os piores desempenhos para este indicador. Espera-se que com a atuação mais presente do supervisor da qualidade nestas unidades haja uma evolução para os próximos ciclos.

• "Treinamentos externos planejados" (54,6% para o segundo semestre de 2013 e 45,5% para o primeiro semestre de 2014): cinco unidades tiveram pontuação "zero" nos dois últimos ciclos: POA, CVR, COI, ORG e RDV. Este indicador refere-se ao preenchimento dentro do prazo do FORM UGQ/042 – Metas de Capacitação, ou seja, não há justificativa para o não atendimento. A fim de aprimorar os resultados para este indicador, a UGQ deverá notificar por email todas as unidades quando da necessidade de preenchimento deste formulário alertando quanto aos prazos e o impacto do não cumprimento no índice da qualidade.

• "Porcentagem de ensaios com métodos validados" (39,4% para o segundo semestre de 2013 e 51,5% para o primeiro semestre de 2014): embora os resultados estejam abaixo do ideal, é possível identificar uma evolução significativa ao longo dos ciclos. As unidades técnicas estão providenciando as validações/avaliações de desempenho dos métodos paulatinamente. Além disso, a implementação de novos métodos somente é realizada após a validação/avaliação de desempenho estar concluída. Os piores resultados são observados em unidades que apresentam uma quantidade muito grande de métodos (POA, ALA, FET e AVI). As ferramentas estatísticas para a realização das validações/avaliações de desempenho para as unidades POA, ALA, BEB e FET já foram providenciadas pela CTEC, através da IT CTEC/026. Está previsto a realização de um treinamento específico para estas quatro unidades além da MVA, com a participação de colaboradores de outros lanagros em fevereiro/15. Também deverá contribuir para a melhoria do resultado deste indicador nas unidades ALA e POA, o trabalho a ser desenvolvido pelo bolsista Igor Olivares, conforme plano previsto para execução em 2015. Observação: O indicador de porcentagem de ensaios com métodos validados é calculado no âmbito do SGQ a partir de uma ponderação que leva em conta o desempenho em cinco parâmetros registrados no FORM UGQ/047. Tal forma de cálculo possibilita acompanhar a evolução histórica nestes parâmetros, o que está relacionado de certo modo com o indicador estratégico PEV (% de ensaios validados). Como este último considera apenas a razão entre o nº de métodos validados e o nº total de métodos seus valores não são os mesmos daqueles considerados no âmbito do indicador do SGQ. O valores do indicador PEV constam do item 5.4 deste relatório de gestão.

• "Produção científica e transferência de conhecimento" (54,6% para o segundo semestre de 2013 e 39,4% para o primeiro semestre de 2014): conforme previsto na última reunião de análise crítica houve uma melhora importante no resultado deste indicador para a área técnica (24,2% no primeiro semestre de 2013), porém a dificuldade em obtenção de recursos financeiros para participação em congressos, continua sendo um fator determinante para que o resultado permaneça aquém do ideal. Além disso, as unidades que não possuem bolsistas CNPq tendem a apresentar os piores resultados. Neste sentido, é desejável estimular que as unidades tenham pelo menos um bolsista em seu quadro. Atualmente as unidades que não possuem bolsistas são: POA, CVR, MIC, ALA, FET e COI. Recentemente foi aprovada a bolsa de um pesquisador para a Unidade BEB e há perspectiva para indicação de bolsistas nas Unidades ALA e CVR para fevereiro de 2015. Quanto às demais unidades, a CTEC deverá fazer as devidas gestões junto aos responsáveis para estimular as indicações, caso o projeto junto ao CNPq seja renovado. O projeto atual expira em outubro/15.

• “Amostras” (62,5% para o segundo semestre de 2013 e 36,4% para o primeiro semestre de 2014): na análise anterior foi diagnosticado que as Unidades BEB, MIC, RDV e ALA estavam recebendo uma quantidade de amostras muito aquém da capacidade ofertada, a despeito dos contatos realizados com alguns dos clientes. Nesta mesma ocasião avaliou-se que o assunto deveria ser tratado junto à CGAL, dentro de um contexto de avaliação geral das atividades distribuídas entre os Lanagros, a fim de otimizar as capacidades operacionais dos Lanagros como um todo. Nos últimos dois ciclos, a situação das unidades ALA, MIC e RDV se regularizou, conforme esperado. No entanto, para a Unidade BEB se manteve, o que representa uma grande preocupação, na medida em que as reuniões com os clientes não estão surtindo o efeito esperado. A alocação de bolsista CNPq para validação do método para determinação de carbamato de etila em cachaça poderá trazer bons resultados num futuro próximo, uma vez que esta é uma demanda importante relatada pelo DIPOV no documento “matriz de competências”. Além disso, a chegada dos novos servidores poderá contribuir para a validação de outros métodos demandados. Caso o número de amostras encaminhadas pela fiscalização não aumente mesmo com a oferta de novos métodos, a COOR e CTEC deverão cobrar uma ação mais efetiva por parte da CGAL junto ao DIPOV, a fim de alinhar melhor a capacidade ofertada x demandas. No último ciclo, outras unidades apresentaram resultado “zero”: POA, FET, COI e MVA. No caso do MVA, trata-se de unidade recém implantada e ainda em fase de ajustes com o cliente. Para as outras três unidades o número de amostras analisadas esteve muito abaixo do programado (POA = 46,0%; FET = 8,3%; COI = 31,3%). A Unidade POA relatou que houve uma programação não cumprida pela CGPE (Coordenação Geral de Programas Especiais – DIPOA), o que culminou com a subutilização da capacidade ofertada pela Unidade. Esta situação tende a se regularizar tendo em vista a reestruturação da CGPE em 2014. Recentemente o DIPOA convidou os Coordenadores dos Lanagros para reunião em Brasília exatamente para tratar do alinhamento entre as demandas e a capacidade dos Lanagros. Além disso, têm sido realizadas inúmeras reuniões por videoconferência ou mesmo presenciais envolvendo as equipes técnicas da MIC e POA e representantes da CGAL e CGPE para tratar do tema. Os resultados deverão ser avaliados na próxima análise crítica. A Unidade FET relatou falta de coleta de amostras pela fiscalização (possivelmente por falta de recursos financeiros para deslocamento dos servidores). A situação deverá ser reavaliada criteriosamente na próxima reunião e, caso o problema persista, deverão ser tomadas ações gerenciais para otimizar os recursos humanos e materiais da Unidade. A Unidade COI apresentou uma série de problemas com equipamentos e falta de insumos, os quais foram solucionados após o período em análise, permitindo o cumprimento do programado para o ano de 2014, concentrando as análises no segundo semestre.

f) Indicadores com resultados medianos – Área de apoio

• “Implementação de ações corretivas” (45,5% para o segundo semestre de 2013 e 67,1% para o primeiro semestre de 2014): A unidade MAN foi a única que apresentou resultado “zero” nos dois últimos ciclos. A UGQ deverá dedicar atenção especial nas reuniões com o supervisor da qualidade desta unidade para o atendimento deste quesito. De qualquer forma o resultado em geral para as unidades de apoio no último ciclo está dentro do aceitável.

• “Treinamentos internos” (50,0% para o segundo semestre de 2013 e 63,5% para o primeiro semestre de 2014): os resultados não estiveram muito abaixo do aceitável, especialmente no último ciclo. De qualquer forma, observa-se que na avaliação conjunta dos dois últimos ciclos as Unidades DAD, BIT e INF foram as que apresentaram os piores resultados. Espera-se que com a contratação dos analistas da qualidade os resultados melhorem.

• “Treinamentos externos” (33,3% para o segundo semestre de 2013 e 36,4% para o primeiro semestre de 2014): os resultados são similares àqueles obtidos para as unidades técnicas e os comentários registrados acima são válidos também para as unidades de apoio, especialmente quanto à impossibilidade de capacitação externa por parte da maioria dos terceirizados.

A análise do desempenho individual de cada Unidade permitiu as conclusões a seguir relatadas para as unidades técnicas:

Duas unidades têm apresentado uma evolução contínua e considerável nas últimas avaliações: CVR e MVA. A Unidade MVA foi criada em março de 2013, quando o SGQ já estava consolidado no Lanagro-SP. Com isso a Unidade iniciou seus trabalhos com o SGQ já incorporado à rotina, facilitando sua assimilação pela equipe.

Quanto à Unidade CVR, é louvável a dedicação da equipe na busca pela melhoria dos resultados dos indicadores da qualidade. Se no segundo semestre de 2012 a unidade obteve um índice de 15,0% (segundo pior resultado no período) no primeiro semestre de 2014 obteve o melhor resultado dentre as unidades técnicas (74,1%). Este resultado demonstra que a unidade se sentiu desafiada a incrementar o SGQ após os resultados negativos obtidos especialmente nos dois primeiros ciclos de avaliação e conseguiu rapidamente reverter a situação a ponto de obter a recomendação para acreditação junto ao INMETRO após auditoria realizada em novembro de 2014. Trata-se, portanto, de um exemplo claro do benefício da mensuração dos indicadores da qualidade para a instituição.

Dentre as unidades acreditadas junto ao INMETRO, a AVI manteve o índice próximo a 55%. É motivo de alerta, porém, os resultados obtidos pelas Unidades COI, ORG e RDV no último ciclo. As três apresentaram uma queda considerável no índice. Enquanto nas avaliações anteriores todas elas apresentaram resultado próximo a 70%, no último ciclo o índice esteve entre 56,1% e 64,6%. Embora as quatro unidades tenham sido auditadas pelo INMETRO em novembro de 2014 com recomendação de manutenção da acreditação, é preciso estar atento aos resultados dos próximos ciclos a fim de avaliar se não há uma tendência de afrouxamento no comprometimento com o SGQ.

As unidades FET e BEB (candidatas a acreditação junto ao INMETRO em auditoria a ser realizada possivelmente em 2015), têm mantido o índice próximo a 50%, com discreta tendência de queda para a Unidade FET.

As unidades POA, ALA e MIC apresentaram resultados bastante insatisfatórios, especialmente no último ciclo.

Na análise anterior foi comentado que a Unidade POA relatou dificuldade na dedicação ao SGQ devido ao excesso de demanda. A COOR e especialmente a CTEC tem cobrado de forma mais veemente o atendimento às demandas externas represadas nesta Unidade e os resultados tem sido positivos, mas em relação ao atendimento ao SGQ, a situação persiste altamente insatisfatória. Recentemente foi alocada uma FFA na Unidade, ingressa por concurso público, além da reposição dos terceirizados com técnicos e auxiliar de laboratório. Os resultados da substituição de praticamente todos os colaboradores da unidade com relação ao incremento no atendimento ao SGQ poderão levar alguns ciclos.

A Unidade ALA passou por uma fase de mudança do responsável técnico. O FFA Marcus Gouvea foi removido, tendo sido nomeado o FFA Henrique Horta em maio de 2014. Antes disso, a Unidade sofreu com a perda de uma técnica de laboratório que foi transferida para a Unidade POA. A vaga não foi reposta considerando a iminência do término do contrato com a FUNDEPAG, prejudicando o atendimento ao SGQ pela sobrecarga de trabalho dos demais colaboradores, incluindo a supervisora da qualidade.

Na última análise a Unidade MIC tinha apresentado o maior índice da qualidade dentre as unidades técnicas, superando inclusive as unidades acreditadas. Por esta razão, a Unidade foi identificada como candidata à submissão de acreditação junto ao INMETRO. Porém, nesta mesma ocasião foi registrado o alerta com relação ao possível prejuízo ao SGQ pela remoção do FFA Wanderson C. P Silva (concretizada em janeiro de 2014), que atuava como supervisor da qualidade. Outro fator complicador foi a mudança de métodos de ensaio sem tempo hábil para implementação

dos mesmos. De fato, o prejuízo foi imenso, a ponto do Lanagro-SP desistir de submeter o escopo da Unidade MIC para acreditação no ano de 2014. A situação tende a ser revertida a partir da locação de uma FFA ingressa por concurso público e que atuará fortemente no atendimento ao SGQ.

Quanto às unidades de apoio, a CTEC e COOR apresentaram resultados altamente satisfatórios, especialmente no último ciclo, ultrapassando a marca dos 90,0% pela primeira vez desde o início da mensuração do índice da qualidade.

As Unidades REC, BIT, RECj, ADMj, PMH, INF e MAN apresentaram resultados satisfatórios (entre 55,9% e 64% no primeiro semestre de 2014). Dentre estas, a unidade RECj já vinha apresentando uma série histórica bastante positiva. Todas as demais apresentaram uma grande evolução no último ciclo, com destaque para a Unidade BIT, que vem evoluindo paulatinamente, atingindo na última avaliação seu melhor índice histórico (62,2%) depois de apresentar o menor índice dentre todas as unidades no primeiro semestre de 2012 (16,7%).

Na análise anterior destacou-se a necessidade de uma atenção especial às Unidades INF e MAN, tendo em vista a celebração de novos contratos para prestação desses serviços e a consequente substituição dos responsáveis. Os resultados apresentados no último ciclo revelam um impacto positivo destes novos contratos no atendimento ao SGQ.

O resultado obtido pela UGQ no último ciclo (55,0%), embora não tenha sido ruim, deve ser tratado como um alerta, considerando a redução significativa em relação às duas avaliações anteriores e considerando que a UGQ comanda as ações do SGQ no Lanagro-SP. Os indicadores que apresentaram os piores resultados no último ciclo, no caso específico da UGQ, foram os seguintes: registro de trabalhos não-conformes em rotina, oportunidades de melhoria, treinamentos externos planejados e produção científica e transferência de conhecimento. O responsável pela UGQ deverá estar mais atento a estes quesitos.

A Unidade MAG foi incluída pela primeira vez na análise dos indicadores no último ciclo. Trata-se de unidade ainda em fase de implantação, uma vez que o início da validação dos ensaios depende de adequação da infraestrutura. A licitação para contratação de empresa especializada para realização da obra se deu em dezembro de 2014 e a mesma deve ser iniciada em março/15. Considerando que a Unidade ainda não realiza ensaios e concentra suas atividades na realização de auditorias, deliberou-se pela sua classificação como unidade de apoio, a fim de que o resultado fosse mais fidedigno. O resultado obtido (41,7%) pode ser considerado razoável por se tratar de uma primeira avaliação.

A DAD obteve os piores resultados dentre as unidades de apoio para os dois últimos ciclos, indicando um problema sistêmico. A partir da reestruturação do quadro de pessoal da unidade, com o ingresso de doze novos servidores e mais um analista da qualidade, o atendimento ao SGQ deverá ser visto como prioritário pela chefia da Divisão. A publicação de diversas ITs posteriormente ao último ciclo pode ser considerada uma evolução, porém há outros aspectos a aprimorar relacionados aos demais quesitos.

É importante mencionar o papel fundamental da bolsista CNPq Raquel Catini não apenas na mensuração dos indicadores, como também no assessoramento às unidades para a melhoria contínua do atendimento ao SGQ.

De uma forma geral, há uma expectativa de melhoria nos índices para todas as unidades técnicas e de apoio a partir da contratação dos analistas da qualidade prevista para o final de fevereiro/15. Serão contratados 13 analistas da qualidade júnior que atuarão como supervisores da qualidade (11 em Campinas e dois em Jundiaí).

Na próxima reunião de Análise Crítica da Alta Direção (ou em reunião extraordinária da Alta Direção) deverá ser deliberado o escopo a ser submetido para ampliação da acreditação junto

ao INMETRO, a ser encaminhado em 2016. Para o ano de 2015, aguarda-se agendamento de auditoria para acreditação da base física de Jundiaí (escopo envolvendo as Unidades BEB e FET). Por se tratar de um ano de transição, o treinamento dos novos servidores e a retomada da rotina conforme capacidade operacional instalada serão prioritários em detrimento da ampliação da acreditação.

2.3 Sistema de correição

No ano de 2014 foi nomeada uma Comissão de Sindicância Investigativa, incumbida de averiguar possível conduta inapropriada de servidor. A Comissão foi nomeada pela Portaria Lanagro-SP no 34/2014 e o relatório foi entregue dentro do prazo estipulado para conclusão dos trabalhos. As recomendações da Comissão bem como encaminhamentos propostos pelo Coordenador do Lanagro-SP encontram-se no Processo 21053.000230/2014-37, disponível para consulta na Coordenação. Ainda não houve publicação do Termo de Julgamento, pois se aguarda o resultado de perícia médica, conforme sugerido no relatório final da Comissão. O processo foi devidamente cadastrado no sistema CGU-PAD.

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.4.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					X
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					X
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e					X

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
valores de responsabilidade da unidade.					
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22.As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23.A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24.As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28.O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29.O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30.O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica e Comentários Relevantes: As ações de controle interno estão previstas em sua maioria nos procedimentos do Sistema de Gestão da Qualidade do Lanagro-SP, (acreditado pelo INMETRO desde dezembro de 2009), incluindo as análises de risco, que são tratadas neste contexto como "Ações Preventivas". O preenchimento deste Quadro foi feito pelo Coordenador do Lanagro-SP após discussão com o responsável pela Unidade de Gestão da Qualidade, Coordenadora Técnica e Chefe da Divisão de Apoio Administrativo. Considerou-se como "Código de Ética" (Item 3) o código de ética do servidor público (Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994). Considerou-se com objetivos e metas (10 item) aqueles definidos no mapa estratégico da CGAL. Quanto ao item 16, as possíveis perdas estariam relacionadas à carência de um melhor planejamento na área de compras. O item 17 foi classificado como "Não Aplicável" pelo fato de não terem sido identificadas fraudes ou desvios. Quanto ao item 22 notamos uma certa carência de controle na área administrativa, especialmente nas áreas de licitações, contratos e execução financeira, uma vez que as ações do Sistema de Gestão da Qualidade do Lanagro-SP estão focadas nos processos finalísticos.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

2.5 Remuneração Paga a Administradores

Não se aplica a esta UJ.

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

3.1 Canais de acesso do cidadão

O Lanagro-SP não dispõe de um canal de acesso específico ao cidadão comum, uma vez que esta tarefa cabe ao "Serviço de Informações ao Cidadão - SIC" e à Ouvidoria, que são centralizados no MAPA. Ambos os acessos se dão por meio do site www.agricultura.gov.br.

O Lanagro-SP nomeou uma interlocutora (Márcia Oliveira Parreira) e substituto (Fernando José Pires de Souza) junto ao SIC através do Ofício 3872/2012 – Lanagro-SP. As demandas da ouvidoria são encaminhadas à Coordenação geralmente através da CGAL.

Também como parte do Sistema de Gestão da Qualidade, o Lanagro-SP possui procedimento definido para tratamento de reclamações (POP UGQ/009).

No ano de 2014 recebemos apenas uma demanda por meio da Ouvidoria do MAPA (Demanda n° 72.642), a qual foi devidamente tratada. Quanto ao SIC, foram encaminhadas sete demandas. Todas foram respondidas, porém três delas foram respondidas fora do prazo. O tempo médio de resposta foi de 41 dias. Os atrasos ocorreram num período de transição de provedor de e-mails, durante o qual todos os servidores do Lanagro-SP ficaram alguns dias sem receber as mensagens eletrônicas

Quanto ao registro de reclamações através do formulário disponibilizado pelo Sistema de Gestão da Qualidade do Lanagro-SP, foram recebidas cinco reclamações em 2014, todas consideradas pertinentes e devidamente tratadas.

Quanto à implantação de procedimentos para atendimento às solicitações/reclamações dos clientes, destaca-se a definição de prazo para encaminhamento de resultados e informação dos mesmos aos serviços usuários. Estima-se que os prazos sejam definidos até o final de 2015.

3.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Não existe uma carta específica do Lanagro-SP, mas sim uma comum para todo o MAPA, disponível através do seguinte endereço eletrônico: http://www.agricultura.gov.br/carta-de-servico-ao-cidadao.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

O Lanagro-SP realiza anualmente uma pesquisa de satisfação com os clientes. Os dados são compilados pela UGQ e encaminhados para apreciação do Coordenador. Segue análise dos resultados da última pesquisa de satisfação com os clientes:

A pesquisa de satisfação de clientes realizada no ano de 2013 apresentou uma tendência de manutenção dos padrões de respostas quando comparada com as pesquisas anteriores. Os destaques positivos continuam sendo os quesitos Competência, Ética e Confiabilidade nos resultados. O destaque negativo persiste o Tempo para Envio dos Resultados, o que já vem sendo apontado nas últimas reuniões de análise crítica. A CGE realizou juntamente com a área de Controle, Avaliação e Estatística da CTEC um estudo baseado na série histórica de cada unidade e já iniciou tratativas com cada uma para definição do tempo máximo previsto para encaminhamento de resultado para cada ensaio. Concomitantemente, estão sendo discutidas ações para minimizar o tempo gasto com a burocracia do envio dos resultados. Uma dessas ações refere-se à não assinatura do ofício de encaminhamento pela Coordenação do Lanagro-SP. Deverá ser avaliada a possibilidade de implementação da assinatura eletrônica (com o sistema atual e futuramente com o LIMS), a fim de agilizar ainda mais o processo. A CGAL já foi consultada sobre o tema e deu aval para dar continuidade à contratação do serviço de assinatura eletrônica. Considerando a utilização

simultânea de inúmeros sistemas via web, se faz necessário uma avaliação quanto à capacidade operacional da rede a fim de prevenir a lentidão nos acessos, incluindo o sistema utilizado para emissão dos relatórios de ensaio.

Também deverá ser considerada a possibilidade de interrupção do envio de resultados pelos correios. Neste último caso, porém, há necessidade de buscar o aval dos clientes que ainda solicitam o envio de cópias impressas. Nas discussões com cada unidade está sendo considerada a possibilidade de aumentar a quantidade de colaboradores administrativos, porém, numa análise preliminar, é possível concluir que em praticamente todos os casos as demais ações são suficientes para mitigar o problema. A situação mais crítica ocorreu na Unidade AVI. Devido a problemas no sistema informatizado para geração dos relatórios de ensaio houve grande acúmulo de resultados para liberar, chegando a mais de um ano de atraso. A situação foi contornada, porém a solução definitiva depende do funcionamento correto do novo sistema já em produção. Com relação ao LIMS, estava prevista sua aquisição em dezembro de 2014 através de processo de licitação (registro de preço) encabeçado pelo Lanagro-RS. No entanto, não houve tempo hábil para finalização do processo em função da interposição de recursos administrativos e não se sabe se haverá recursos financeiros para que a aquisição ocorra em 2015. Neste mesmo processo está incluída a aquisição de sistema para controle de documentos do SGQ.

O quantitativo de respostas obtidas na última pesquisa de satisfação (n = 14) esteve muito aquém do desejável e representa cerca de 10% em relação ao número de clientes contatados. As estratégias discutidas na última reunião de análise crítica para aumentar a participação dos clientes (conscientização dos clientes nas reuniões e entrega do formulário de pesquisa ao final da reunião, disponibilização do formulário no website do MAPA, envio do formulário anexado aos relatórios de ensaio ou ofícios de encaminhamento e melhor identificação dos clientes do Lanagro-SP) não foram implementadas, com exceção da última. Outra ação possível seria o maior envolvimento da REC no encaminhamento da pesquisa e a repetição da solicitação do preenchimento do formulário de pesquisa aos clientes. A UGQ deverá considerar estas estratégias.

3.4 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

O relatório de gestão do exercício 2013 do Lanagro-SP foi publicado no site do MAPA, disponível no seguinte endereço eletrônico: http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias/2013.

3.5 Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada

Não aplicável, uma vez que o Lanagro-SP presta serviços exclusivamente ao MAPA, ou seja, não atende diretamente ao cidadão.

3.6 Medidas relativas à acessibilidade

Para todas as obras que envolvam áreas de atendimento ao público, o Lanagro-SP inclui nos projetos básicos a necessidade de contemplar as normas relativas à acessibilidade, em especial a Lei 10.098/2000, o Decreto 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis. Como exemplo, mencionamos a obra relativa à ampliação da Portaria, Estacionamento e Recepção de Amostras, prevista para ocorrer em 2015.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.1 Planejamento da Unidade

a) Plano estratégico

O Lanagro-SP segue o planejamento estratégico definido pela CGAL, conforme figura A.2. Este planejamento não define um período de abrangência, embora estabeleça o ano de 2023 como data limite para o alcance da visão de futuro.

Para cada objetivo estratégico foram definidos indicadores pela própria CGAL, porém a mensuração dos mesmos ainda não está totalmente implementada. Os indicadores que já estão sendo mensurados são os seguintes (os dois primeiros são previstos no PPA):

PAD – Percentual de Atendimento à Demanda por Ensaios Laboratoriais (Objetivo Estratégico relacionado: "Ser Excelente na Prestação de Serviços Laboratoriais para a Defesa Agropecuária")

PMV – Percentual de Métodos Validados (Objetivo Estratégico relacionado: "Desenvolver, Divulgar e Validar Métodos"). Obs: este indicador inicialmente idealizado como PMV foi substituído pelo PEV (% de ensaios validados). As fórmulas de cálculo do PMV e PEV são relacionadas. Entretanto, não são exatamente iguais, pois diferem no denominador (PMV: nº de ensaio ou métodos validados/nº de ensaios ou métodos demandados, enquanto PEV: nº de ensaios validados/nº total de ensaios). Considerando que a meta para alcance da visão de futuro de "ser reconhecido como referência mundial em serviços laboratoriais agropecuários" consta de ter 100% do escopo acreditado na ISO 17025 é possível entender a correspondência entre os denominadores do PMV e do PEV, pois o total de "métodos demandados" será o mesmo que o "nº total de ensaios".

PPA – Percentual de processos-chave automatizados (Objetivo Estratégico relacionado: "Aprimorar e Automatizar Processos")

PEA – Percentual de escopos acreditados segundo a ABNT NBR ISO/IEC 17.025 (Objetivo Estratégico relacionado: "Ampliar acreditação na NBR ISO/IEC 17.025")

PIA – Percentual de infraestrutura adequada (Objetivo Estratégico relacionado: "Adequar Infraestrutura e Equipamentos")

PADRH – Percentual atendido da demanda por recursos humanos (Objetivo Estratégico relacionado: "Adequar o Quadro de Pessoal à Demanda).

Encontra-se em andamento no âmbito da Comissão de Gestão Estratégica do Lanagro-SP a definição da sistemática de cálculo para os seguintes indicadores (as primeiras mensurações deverão ser inseridas no próximo relatório de gestão):

DT – Desempenho Temporal (Objetivo Estratégico relacionado: "Ser excelente na prestação de serviços laboratoriais para a defesa agropecuária")

PRIC – Percentual de rodadas interlaboratoriais conduzidas (Objetivo Estratégico relacionado: "Prover Ensaios de Proficiência")

NOA – Número de objetivos alcançados por interações com entidades de referência (Objetivo Estratégico relacionado: "Fortalecer a integração com entidades de Referência Nacionais e Internacionais")

PADE – Percentual atendido da demanda por equipamentos (Objetivo Estratégico relacionado: "Adequar Infraestrutura e Equipamentos")

PMCPC – Percentual de metas cumpridas do plano de capacitação (Objetivo Estratégico

relacionado: “Desenvolver Competências com Foco em Prioridades”)

A estratégia de atuação do Lanagro-SP é conduzida pela CGAL, que indica as prioridades em atendimento aos serviços clientes. Atualmente o Lanagro-SP executa, além das atividades de rotina para atendimento às ações de fiscalização e monitoramento da SDA, análises laboratoriais em atendimento a programas governamentais específicos, como, por exemplo, aqueles definidos pelo DIPOA.

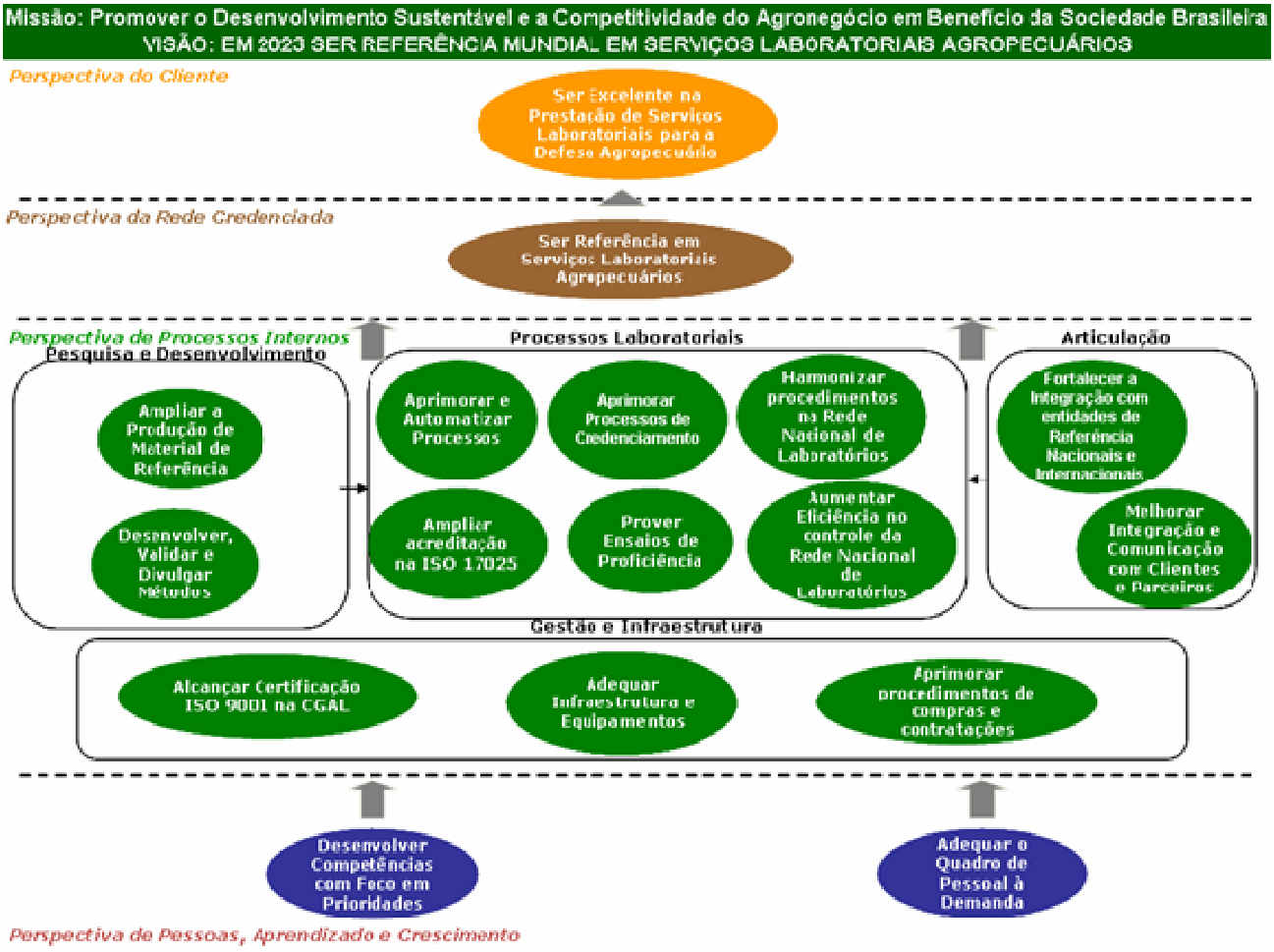


Figura A.2 - Mapa estratégico da CGAL e Lanagros

Os objetivos estratégicos estão estreitamente relacionados às atribuições regimentais dos Lanagros descritas na Portaria 104, de 18 de abril de 2006, publicada no DOU nº. 75 de 19 de abril de 2006, conforme exemplificado a seguir:

Competência regimental:	Objetivos estratégicos relacionados:
Realizar estudos, ensaios, desenvolver e atualizar metodologias, bem como produzir e manter materiais de referência.	Ampliar a produção de materiais de referência/desenvolver; Validar e divulgar métodos.
Realizar análises fiscais, periciais, monitoramento e de diagnóstico.	Aprimorar e automatizar processos; Harmonizar procedimentos na Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários;

Competência regimental:	Objetivos estratégicos relacionados:
	Ser referência em serviços laboratoriais agropecuários; Ser excelentes na prestação de serviços laboratoriais para a defesa agropecuária.
Garantir a implantação e implementação do sistema da garantia da qualidade.	Ampliar acreditação na ISO 17.025; Alcançar certificação ISO 9001 na CGAL.
Garantir a implantação e implementação da gestão integrada de biossegurança em laboratórios.	Adequar infra-estrutura e equipamentos.
Promover ações de divulgação das atividades laboratoriais e de realização de eventos	Melhorar integração e comunicação com clientes e parceiros.
Elaboração de propostas para termos de parceria e de cooperação técnica com entidades públicas e privadas.	Fortalecer a integração com entidades de referência nacionais e internacionais.
Formulação e execução de programações operacionais, orçamentárias e financeiras.	Aprimorar procedimentos de compras e contratações.

O Lanagro-SP encaminha mensalmente à CGAL a programação de recursos financeiros necessários para as despesas de manutenção da Unidade (gastos fixos). Com relação aos custos de investimento, materiais de consumo, equipamentos, aquisição de serviços, entre outros, os créditos são solicitados à CGAL através de formulário próprio, com as devidas justificativas, alinhadas com os objetivos estratégicos.

b) Plano Tático

O Lanagro-SP possui um Comitê de Assessoramento à Alta Direção (CAD), com representantes de todas as Unidades técnicas e de apoio, que tem por finalidade planejar, supervisionar, coordenar, implementar e avaliar ações que visem ao constante aprimoramento da qualidade dos serviços prestados pelo Lanagro-SP e ao bem-estar de seus colaboradores, contribuindo assim para que a Missão, Valores e Visão de Futuro do Lanagro-SP sejam implementados a contento. No ano de 2014 foram realizadas cinco reuniões do CAD (28/02, 09/05, 24/07, 19/09 e 11/12). Este Comitê possui atualmente sete Comissões, cujas principais finalidades estão descritas abaixo:

– Comissão de Gestão Estratégica (CGE): Planejar, propor e assessorar: Ações de Gestão Estratégica no Lanagro-SP em consonância com as diretrizes da Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA; Aplicação dos indicadores de desempenho institucional; Desenvolvimento de pessoas e clima organizacional. Cabe ressaltar que as atividades da CGE estiveram suspensas no período de abril a novembro de 2013 devido à dificuldade de identificar colaborador para assumir a presidência da mesma. A partir da nomeação do FFA Leandro Moretti (oriundo da SFA/SP), foi possível reativar a Comissão, uma vez que o mesmo está se dedicando em caráter de exclusividade aos trabalhos relativos à gestão estratégica.

– Comissão de Avaliação de Solicitação, Aquisição e Recebimento de Material e Serviços (CAMS): Planejar, propor e executar ações para avaliação sistemática e classificação dos fornecedores de materiais e serviços ao Lanagro-SP; Planejar, propor e executar ações para harmonização da descrição de materiais e serviços, a fim de facilitar o processo de aquisição dos mesmos; Participar do processo de avaliação, aquisição e recebimento de materiais e serviços.

– Comissão de Biossegurança (CBS): Fomentar a aplicação dos conceitos de biossegurança nas diferentes Unidades do Lanagro-SP; Orientar, baseado nas legislações vigentes, o correto descarte de produtos, materiais e insumos, levando-se em consideração aspectos de preservação ambiental; Orientar a correta contenção e processamento dos patógenos manipulados na Instituição; Orientar o cumprimento das normas de biossegurança, providenciando as condições para tal e encaminhar os procedimentos recomendados à Coordenação e/ou demais Unidades do Lanagro-SP.

─ Comissão de Comunicação (CCOM): Promover a divulgação do Lanagro-SP de modo a tornar a instituição mais conhecida pela sociedade; Elaborar um informativo mensal para divulgação de atividades do Lanagro-SP, bem como de assuntos de interesse da instituição; Organizar palestras técnicas, de interesse geral, de repasse de capacitações, de saúde e de relacionamento interpessoal; Organizar apresentações periódicas das Unidades que compõem o Lanagro-SP para divulgação das atividades e integração dos colaboradores; Elaborar lista atualizada de aniversariantes da instituição e divulgar os aniversariantes de cada dia; Divulgar agenda de eventos de interesse da instituição.

─ Comissão Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): Planejar, propor e assessorar a execução de ações voltadas para atender os seguintes eixos temáticos: Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; Gestão adequada dos resíduos gerados; Qualidade de vida no ambiente de trabalho; Sensibilização e capacitação dos servidores; Licitações sustentáveis.

─ Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA): Analisar atividades, emitir pareceres e expedir certificados sobre os protocolos de pesquisa, treinamento ou teste laboratorial que envolva o uso de animais, conforme estabelecido pela Lei n. 11.794, de 8.10.2008 e demais legislações pertinentes.

─ Comissão de Brigada de Incêndio (BRI): Estruturar e manter procedimentos para prevenção e combate a incêndios, bem como para primeiros socorros em atendimento à Instrução Técnica nº 03/2011 – (Terminologia de segurança contra incêndio do Corpo de Bombeiros) e outras instruções afetas.

Outra ação no nível tático tomada rotineiramente pelo Lanagro-SP é a realização de reuniões com os clientes a fim de harmonizar capacidade operacional com a demanda e tratar de outros assuntos como, por exemplo, irregularidade de amostras. No ano de 2014 foram realizadas seis reuniões com clientes.

c) Plano Operacional

Ainda como parte do Sistema de Gestão da Qualidade, o Lanagro-SP possui uma estrutura de documentos composta por Manual da Qualidade, Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), Instruções de Trabalho (ITs), Métodos (METs) e Instruções de Uso (IUs), os quais norteiam os procedimentos adotados tanto na área técnica como administrativa.

Seria altamente desejável que o Lanagro-SP ou pelo menos a CGAL contasse com um “Escritório de Gestão de Projetos”, a fim de melhor gerenciar todos os projetos de pesquisa bem como de adequação de infra-estrutura a partir de ferramentas informatizadas específicas. No entanto, o manual de procedimentos para implementação do escritório de gestão de projetos ainda não foi finalizado no âmbito da AGE (Assessoria de Gestão Estratégica), inviabilizando sua criação no âmbito do Lanagro-SP e/ou CGAL até o presente momento.

O Lanagro-SP possui uma equipe destinada à manutenção de suas instalações físicas e de equipamentos. Sempre que necessário são firmados contratos com empresas especializadas para manutenção corretiva e preventiva de equipamentos específicos. Semelhantemente, o Lanagro-SP mantém contrato com empresa especializada para manutenção de equipamentos de informática e dispõe de uma Unidade de Tecnologia da Informação, responsável pelo desenvolvimento e manutenção de sistemas internos.

d) Vinculação ao PPA

Esta unidade está vinculada ao PPA 2012-2015 através do Programa 2028 (Defesa Agropecuária), por meio da execução física das ações de funcionamento do Sistema de Apoio Laboratorial Animal e Vegetal que se dão através dos Processos Finalísticos Internos do Lanagro-

SP que interagem com Ações distribuídas entre os objetivos-iniciativa do PPA 2012-2015 (Figura A.3).

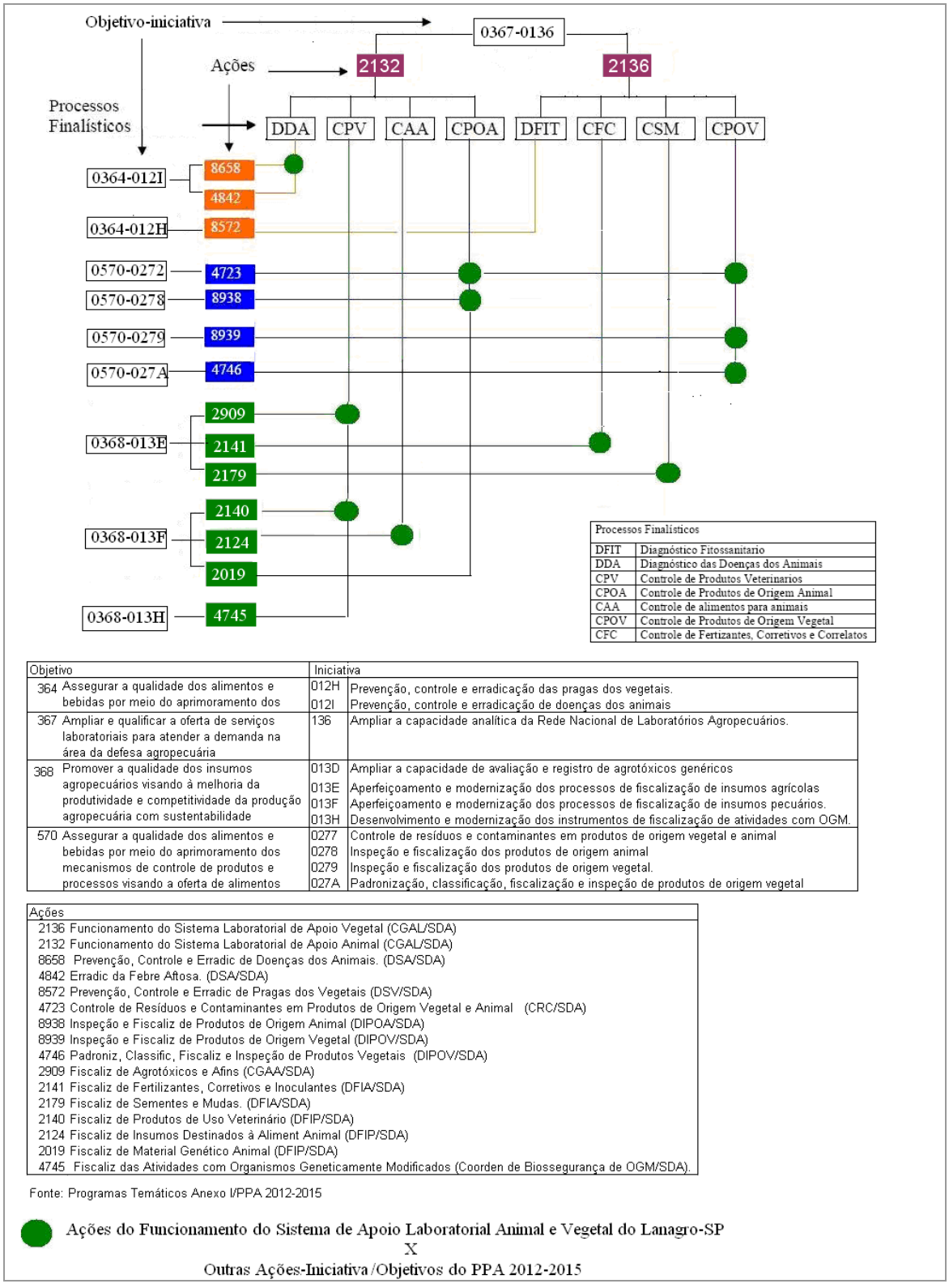


Figura A.3. Interação entre o Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Animal (ação 2132), o Funcionamento do Sistema Laboratorial de Apoio Vegetal (ação 2136) e as outras Ações-Iniciativa/Objetivos do Programa Temático 2028 - Defesa Agropecuária/MAPA. PPA 2012-2015.

e) Realizações

Descrevemos, a seguir, a síntese das principais realizações no exercício de 2014, relacionadas com os objetivos estratégicos do Lanagro-SP:

Recomendação para ampliação da acreditação junto ao INMETRO após recebimento de auditoria em novembro/2014 – Objetivo estratégico: "Ampliar acreditação na NBR ISO/IEC 17.025";
Finalização do contrato de prestação de serviços com a empresa FUNDEPAG (que envolvia o fornecimento de mão-de-obra em atividades finalísticas), a partir da concretização do concurso público para provimento de vagas de Fiscais Federais Agropecuários, Técnicos de Laboratório, Auxiliares de Laboratório e Agentes Administrativos. Até o final do ano foram preenchidas todas as 12 vagas de Auxiliares de Laboratório, 35 das 40 vagas de Técnicos de Laboratório, 6 das 12 vagas de Agentes Administrativos e 9 das 10 vagas de FFAs. Foi promovido um curso de ambientação para os novos servidores – Objetivo estratégico: "Adequar o quadro de pessoal à demanda";
Recebimento de projeto executivo completo para adequação estrutural necessária para implementação do laboratório de inoculantes na base física de Jundiaí – Objetivo estratégico: "Adequar infra-estrutura e equipamentos";
Conclusão da obra de adequação na sala dedicada à encarregada da empresa contratada para prestação de serviços de limpeza – Objetivo estratégico: "Adequar infra-estrutura e equipamentos";
Aquisição de inúmeros equipamentos para atendimento às unidades laboratoriais (montante de cerca de R$ 2.655.000,00). Dentre os equipamentos adquiridos destacam-se: equipamentos de ar condicionado diversos, equipamentos de absorção atômica para as unidades FET e BEB, sistema digestor por micro-ondas para a unidade FET, cromatógrafo para a unidade BEB, HPLC e NIRS para a unidade MVA, equipamentos diversos para implantação da Unidade MAG, equipamentos de refrigeração, equipamentos de medição, entre outros – Objetivo estratégico: "Adequar infra-estrutura e equipamentos";
Liberação dos primeiros relatórios de ensaio relacionados ao controle de medicamentos veterinários – Objetivo estratégico: "Desenvolver, validar e divulgar métodos";
Início da implantação do sistema informatizado denominado "sistema gestor", utilizado em inúmeros processos internos, incluindo sistema para registro de amostras e emissão de resultados – Objetivo estratégico: "Aprimorar e automatizar processos";
Validação/avaliação de desempenho e implantação de novos métodos em diversas áreas – Objetivo estratégico: "Desenvolver, validar e divulgar métodos";
Contratação de empresa especializada para execução da reforma para ampliação do refeitório – Objetivo estratégico: "Adequar infra-estrutura e equipamentos";
Contratação de empresa especializada para execução da obra de ampliação da Portaria, Recepção de Amostras e Estacionamento – Objetivo estratégico: "Adequar infra-estrutura e equipamentos";
Regularização da coleta de resíduos líquidos pelo serviço municipal – Objetivo estratégico: "Adequar infra-estrutura e equipamentos";

Desativação do incinerador a partir da celebração de contrato para descarte de resíduos sólidos – Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”;
Ampliação da mensuração de indicadores estratégicos - Objetivo estratégico: “Aprimorar e automatizar processos”;
Contratação de empresa especializada para execução da reforma para adequação da sala de lavagem de materiais nas unidades ALA e POA – Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”;
Manutenção de cooperação com o CNPq com fornecimento de onze bolsistas – Objetivo estratégico: “Desenvolver, validar e divulgar métodos”;
Contínua evolução do sistema de gestão da qualidade do Lanagro-SP evidenciada através da avaliação histórica da adequação às políticas e procedimentos a partir das últimas reuniões de análise crítica – Objetivo estratégico: “Ampliar acreditação na ISO 17.025”;
Participação em inúmeros ensaios de proficiência e testes intralaboratoriais com resultados altamente satisfatórios – Objetivo estratégico: “Ampliar acreditação na ISO 17.025”;
Oferecimento de inúmeras palestras por parte dos técnicos do Lanagro-SP em congressos, seminários, reuniões técnicas e encontros acadêmicos dentro e fora do Lanagro-SP – Objetivo estratégico: “Fortalecer a integração com entidades de referência nacionais e internacionais”;
Apresentação de diversos trabalhos científicos em congressos por colaboradores do Lanagro-SP – Objetivo estratégico: “Desenvolver, validar e divulgar métodos”;
Realização de avaliação de desempenho de vacina de referência pela Unidade CVR juntamente com quatro laboratórios produtores de vacinas – Objetivo estratégico: “Desenvolver, validar e divulgar métodos”;
Provisão de treinamento prático a técnicos de diversos laboratórios produtores de vacinas antirrábicas – Objetivo estratégico: “Melhorar Integração e Comunicação com Clientes e Parceiros”;
Organização de oficina regional sobre diagnóstico molecular da influenza aviária e doença de Newcastle e mesa redonda sobre rede de laboratórios com participação de diversos países da América do Sul e EUA – Objetivo estratégico: “Fortalecer a integração com entidades de referência nacionais e internacionais”;
Recebimento de visitas de alunos de graduação e pós-graduação de três diferentes instituições de ensino e de técnicos do SANASA (Serviço de Defesa Sanitária do Ministério da Agricultura da Argentina) – Objetivo estratégico: “Melhorar Integração e Comunicação com Clientes e Parceiros”;
Atualização do sistema informatizado do almoxarifado - sistema ASI (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”);
Implantação de sistema informatizado para controle de veículos – SCVA - Objetivo estratégico: “Aprimorar e automatizar processos”.

Destaca-se o quantitativo de ações voltadas para o objetivo estratégico “Adequar infra estrutura e equipamentos” (36,0%), o que reflete a grande preocupação na base de trabalho relacionada às adaptações da estrutura (relativamente antiga, considerando que o Lanagro-SP foi inaugurado em 1979) e aquisição de equipamentos para busca de excelência operacional. Apesar de ter a menor participação em termos de quantitativo de ações para um objetivo estratégico, a ação que representa a adequação do quadro de pessoal à demanda (realização do concurso público), teve um grande impacto para o alcance deste objetivo estratégico a partir do provimento de 74 vagas.

f) Riscos

Quanto às principais dificuldades encontradas no ano de 2014 e que colocaram em risco o cumprimento dos objetivos estratégicos da UJ, podemos destacar:

─ Redução de produtividade por desmotivação e período de convivência insuficiente entre os concursados e os técnicos do contrato com a FUNDEPAG (Objetivo estratégico: “Adequar quadro de pessoal à demanda”): a realização do concurso público para o provimento de cargos de vagas de Fiscais Federais Agropecuários, Técnicos de Laboratório, Auxiliares de Laboratório e Agentes Administrativos para substituição de funcionários terceirizados constituiu um importante avanço para a rede Lanagro. No entanto, o atraso na realização do concurso e nomeação dos aprovados fez com que houvesse um período muito curto de convivência dos novos servidores com os técnicos do contrato de terceirização (cerca de 30 dias apenas). Por esta razão, e considerando que cerca de 70% do pessoal lotado nas áreas finalísticas eram terceirizados, diversas atividades foram interrompidas a partir de novembro em função da falta de capacitação dos servidores. Além disso, devido à iminência do término do contrato, o nível de motivação dos colaboradores terceirizados ao longo do ano foi notoriamente baixo, o que reduziu de forma marcante a produtividade.

─ Crise hídrica (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”): em 2014 o estado de São Paulo e mais especificamente a região de Campinas enfrentaram uma das maiores estiagens da história. Com a redução drástica do nível de água nos reservatórios que abastecem a região, houve interrupção por duas vezes no fornecimento de água potável ao Lanagro-SP, com encerramento das atividades e dispensa de boa parte do pessoal devido à impossibilidade de trabalho. A partir de então foram tomadas diversas medidas junto às unidades no sentido de estimular a redução do consumo. No entanto, considerando a estimativa de que a situação dos reservatórios não será solucionada nos próximos anos, o Lanagro-SP deverá avaliar a possibilidade de obtenção de água a partir de poço artesiano.

─ Substituição de responsáveis por unidades (Objetivo estratégico: “Adequar quadro de pessoal à demanda”): houve necessidade de substituição de responsáveis por duas unidades no decorrer de 2014: ALA, COI e PMH. Nos dois primeiros casos a substituição se deu em função de remoção dos responsáveis. No caso da Unidade PMH o responsável anterior era do contrato MAPA x FUNDEPAG e foi substituído por servidor ingresso no concurso público. Embora tenham sido identificados profissionais com perfil apropriado às funções, há um período de adaptação durante o qual algumas atividades acabam sendo prejudicadas.

─ Problemas de infra-estrutura devido ao aumento das atividades nos últimos anos (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”): embora haja algumas obras em andamento e outras com previsão de início no primeiro trimestre de 2015 (licitações finalizadas em dezembro/14) seria apropriado que as principais demandas para adequação de infra-estrutura estivessem contempladas no PPA, a fim de facilitar a liberação de recursos financeiros para tal e a justificativa da aplicação do mesmo junto aos órgãos de controle da União.

─ Necessidade de aprimorar o sistema informatizado utilizado para registro de amostras e emissão de resultados, a fim de que o mesmo possa emitir relatórios gerenciais confiáveis (Objetivo estratégico: “Aprimorar e Automatizar Processos”).

— Dificuldade em cumprir com as metas de capacitação devido à: falta de recursos financeiros; atraso na tramitação de processos de capacitação no âmbito da SDA; e restrições contratuais para capacitação dos terceirizados (Objetivo estratégico: “Desenvolver competências com foco em prioridades”).

— Necessidade de adequação à legislação ambiental, o que inclui: desativação do tanque de combustível e descontaminação de solo (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”);

— Necessidade de melhorias nas condições de segurança principalmente nas instalações da base física de Campinas (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

— Atraso no andamento da obra para construção do novo laboratório da Unidade de Sanidade Aviária (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”). Houve a necessidade de prorrogação da suspensão do contrato até o final do exercício devido ao atraso na conclusão do estudo de atualização dos valores da planilha orçamentária e da pertinência da realização de nova licitação. O estudo foi entregue e o aditivo já foi aprovado pela consultoria jurídica e já foi realizado o empenho, de tal forma que a obra foi retomada em fevereiro de 2015;

— Necessidade de conferir maior agilidade nos processos de compras (Objetivo estratégico: “Aprimorar e Automatizar Processos”).

— Necessidade de aquisição de novo sistema de PABX (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

— Necessidade de adequação estrutural na portaria, recepção de amostras e estacionamento da base física de Jundiaí (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

— Necessidade de adequação estrutural do Biotério (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”). Após a identificação de problemas no teste de NIH (determinação de potência de vacinas antirrábicas) diagnosticou-se que a origem estava relacionada ao status sanitário dos animais de experimentação. Assim sendo, intensificaram-se as ações relacionadas ao diagnóstico dos problemas estruturais no Biotério. Num primeiro momento, a própria equipe de manutenção do Lanagro-SP executou uma série de melhorias, porém após recebimento de consultoria técnica oferecida por pessoal da FIOCRUZ, detectou-se a necessidade de uma reforma mais abrangente, a fim de melhorar também o fluxo de pessoas e materiais. Para tanto, deverá ser contratado o serviço de reforma/adequação pelo Lanagro-SP. Concomitantemente, deverá ser realizada a limpeza e descontaminação do forro. Por esta razão, a produção de camundongos foi interrompida e será retomada provavelmente em 2016, após a conclusão da reforma. Para a reformulação da colônia deverão ser obtidos animais de outras instituições de referência como FUNED ou UNICAMP.

— Necessidade de adequações na estrutura física do almoxarifado (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

— Necessidade de identificar espaço para arquivo central (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”). Tendo em vista a dificuldade de identificação de espaço para guarda de documentos, a Coordenação baixou Portaria nomeando Comissão para elaboração de um Plano de Destinação de Documentos, conforme orientação do Arquivo Nacional. Este Plano foi elaborado e encaminhado para o Arquivo Nacional e estamos no aguardo da sua aprovação para que se possa iniciar a eliminação de determinados documentos que, no entender da Comissão e dos responsáveis pelas Unidades, não necessitam de guarda permanente. Com isso, espera-se minimizar a problemática da falta de espaço para arquivamento de documentos, porém não se elimina necessidade de criação de um espaço adequado para essa finalidade.

— Necessidade de contratação de serviço de vigilância eletrônica (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

─ Necessidade de ampliação da estrutura física de toda a área administrativa do Lanagro-SP (Objetivo estratégico: “Adequar infraestrutura e equipamentos”). Foi finalizada a elaboração de um anteprojeto, sendo necessária agora a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo completo.

─ Necessidade de adequação estrutural no prédio onde é realizado o tratamento de água para uso laboratorial (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

─ Necessidade de adequação às normas do corpo de bombeiros nas bases físicas de Campinas e Jundiaí (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

─ Ausência de sistema eletrônico para registro de ponto dos servidores do MAPA (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

─ Necessidade de firmar contrato para manutenção preventiva/corretiva de autoclaves e de cabines de segurança biológica/capelas de exaustão (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

─ Necessidade de regularizar situação de registro do imóvel da base física de Campinas no Cartório (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”)

─ Necessidade de elaboração de Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI (Objetivo estratégico: “Aprimorar e Automatizar Processos”).

─ Necessidade de manutenção corretiva no sistema de ar condicionado de diversas unidades, com destaque para o laboratório de biossegurança da Unidade AVI (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

─ Necessidade de manutenção corretiva na cabine de alta tensão (Objetivo estratégico: “Adequar infra-estrutura e equipamentos”).

Para mitigar os riscos identificados acima, a Alta Direção do Lanagro-SP registrou uma série de ações a serem adotadas a partir da Reunião Anual de Análise Crítica, definindo metas e responsabilidades, conforme procedimentos definidos pelo Sistema de Gestão da Qualidade.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.

5.2.1 Programa Temático

Não se Aplica a esta UJ. Só devem elaborar as informações referentes a programa temático, as unidades jurisdicionadas que abranjam secretaria-executiva ou secretaria geral de ministério ou de secretaria com status de ministério no âmbito da Presidência da República, o que não é o caso do Lanagro-SP.

5.2.2 Objetivo

Não se Aplica a esta UJ. As informações relativas ao PPA são de responsabilidade da CGAL/SDA.

5.2.3 Ações

5.2.3.1 Ações OFSS

Não se aplica a esta UJ. O Lanagro-SP não tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados à determinada ação.

5.2.3.2 Ações/Subtítulos - OFSS

Quadro A.5.2.3.2 – Ação/Subtítulos – OFSS (continua)

(Valores em R$ 1,00)

Identificação da Ação							
Código	20ZW Tipo: Atividade						
Descrição	Promoção da Defesa Agropecuária						
Iniciativa	04BQ-Promoção da Defesa Agropecuária						
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais de defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional					Código: 0366	
Programa	Defesa Agropecuária Código: 2028 Tipo: Atividade						
Unidade Orçamentária	130102-Lanagro-SP						
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira (em R$ 1,00)							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	14.725.000,00	20.265.491,15	20.265.491,15	9.883.527,61	9.883.527,61	150.582,80	10.270.807,58

Execução Física da Ação - Metas					
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado*
0001/Nacional	Realização das análises	ensaio	11.946.576	NA	6.103.315

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001/Nacional	12.020.277,52	12.020.277,52	0,00	NA	NA	NA

*O montante previsto é resultado de um valor estimado pela CGAL, para a Rede de Laboratórios, rateado entre os seis Lanagros de acordo com a proporção de realizações nos anos anteriores. As metas previstas para o Lanagro-SP foram 11.840.735 de ensaios para os laboratórios credenciados e 105.841 de ensaios para o Lanagro-SP. Entretanto, houve uma redistribuição de laboratórios credenciados sob responsabilidade de cada Lanagro no ano de 2014 e, por disso, uma redução significativa no número de ensaios realizados pelos laboratórios credenciados sob jurisdição do Lanagro-SP. Foram realizados 6.021.973 de ensaios pelos Laboratórios Credenciados (50,9% do previsto). No caso do Lanagro-SP foram realizados 81.342 ensaios (76,9% do previsto). A diferença entre o previsto e o realizado deveu-se principalmente ao término do contrato MAPA x FUNDEPAG e ao tempo insuficiente para capacitação dos novos servidores, acarretando na paralisação de boa parte da rotina de ensaios nos meses de novembro e dezembro. Cabe ressaltar que o pessoal terceirizado representava mais de 70% da força de trabalho do Lanagro-SP nas áreas finalísticas. Outro aspecto a ser considerado é a redução do envio de amostras por alguns serviços de fiscalização, especialmente aqueles relacionados às Unidades BEB, POA, MVA e FET.

Fonte: SIAFI/SPEO/DAD/Lanagro-SP e CTEC/Lanagro-SP

Quadro A.5.2.3.2 – (continuação) Ação/Subtítulos – OFSS

(Valores em R$ 1,00)

Identificação da Ação							
Código	152L Tipo: Atividade						
Descrição	Promoção da Defesa Agropecuária						
Iniciativa	0136-Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários						
Objetivo	Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária					Código: 0367	
Programa	Defesa Agropecuária					Código: 2028 Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	130102-Lanagro-SP						
Ação Prioritária	( ) Sim (x)Não Caso positivo: ( )PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2014							
Execução Orçamentária e Financeira(em R$ 1,00)							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001/Nacional	10.000.000,00	19.376.996,89	19.355.498,89	4.003.294,89	3.683.360,26	3.909.999,67	15.419.059,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
0001/Nacional	Laboratório mantido		NA	NA	NA	NA	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0001/Nacional	3.864.581,31	3.843.144,67	0,00	NA		NA	NA

Fonte: SIAFI/SPEO/DAD/Lanagro-SP e CTEC/Lanagro-SP

5.2.3.3 Ações não Previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados - OFSS

Não se aplica a esta UJ, uma vez que o Lanagro-SP não executou em 2014 e a título de restos a pagar não processados, ações não mais previstas na LOA 2014.

5.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento – OI

Quadro A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

(Valores em R$ 1,00)

Identificação da Ação							
Código	152L				Tipo: Atividade		
Título	Promoção da Defesa Agropecuária						
Iniciativa	0136-Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários						
Objetivo	Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária						Código: 0367 Tipo: Atividade
Programa	Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	130102 – Laboratório Nacional Agropecuário						
Ação Prioritária	( ) Sim	(x)Não	Caso positivo: ( )PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
10.000.000,00	19.376.996,89	19.355.498,89	NA	NA	NA	NA	NA

Identificação da Ação							
Código	20ZW				Tipo: Atividade		
Título	Promoção da Defesa Agropecuária						
Iniciativa	04BQ-Promoção da Defesa Agropecuária						
Objetivo	Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais de defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional						Código: 0366 Tipo: Atividade
Programa	Defesa Agropecuária			Código: 2028		Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	130102 – Laboratório Nacional Agropecuário						
Ação Prioritária	( ) Sim	(x)Não	Caso positivo: ( )PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Execução Financeira e Física							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Previsto	Reprogramado	Realizado
0,00	2.981.940,59	2.980.082,71	NA	NA	NA	NA	NA

Fonte: SIAFI/SPEO/DAD/Lanagro-SP

5.2.3.5 Análise Situacional

A dotação orçamentária inicial destinada ao Lanagro-SP (R$ 24.725.000,00, sendo R$ 10.000.000,00 para investimentos) era absolutamente insuficiente para a manutenção das atividades de rotina. Embora tenha sido possível programar os custos referentes às despesas fixas, os valores

programados para aquisição de materiais e insumos de laboratório eram insuficientes para que o laboratório atendesse as demandas dos clientes. Felizmente houve identificação de recursos no decorrer do exercício, permitindo que o laboratório tocasse normalmente sua rotina. O não atingimento da meta física esteve relacionado muito mais a questões de pessoal (término do contrato MAPA x FUNDEPAG) do que de recursos financeiros. Com relação aos recursos de investimentos, o valor dotado inicialmente seria suficiente apenas para empenho de parte do aditivo de valor ao contrato referente à execução de obra para construção de um novo laboratório para atendimento à Unidade de Sanidade Aviária do Lanagro-SP. Com os recursos disponibilizados no final do exercício foi possível licitar outras três obras (reforma e ampliação da Portaria, Recepção de Amostras e Estacionamento; reforma e ampliação do refeitório; obra de adequação de infraestrutura para implantação do laboratório de inoculantes agrícolas), além da aquisição de equipamentos de laboratório diversos (cerca de R$ 2.655.000,00). Dentre os equipamentos adquiridos destacam-se: equipamentos de ar condicionado diversos, equipamentos de absorção atômica (FET e BEB), sistema digestor por micro-ondas (FET), cromatógrafo (BEB), HPLC e NIRS (MVA), equipamentos diversos para implantação da Unidade MAG, equipamentos de refrigeração, equipamentos de medição etc. Embora não tenha havido falta de recursos, tanto de custeio como de investimento, a identificação e liberação dos mesmos no final do exercício acabou por gerar sobrecarga de trabalho na Divisão de Apoio Administrativo, especialmente nas últimas semanas do ano. Parte das aquisições só foi possível graças à publicação de atas de registro de preços, possibilitando a aplicação de recursos disponibilizados de última hora.

Com relação aos restos a pagar inscritos anteriormente a 2014, cabe explicar que sua quase totalidade refere-se à obra do novo laboratório de Sanidade Aviária. Conforme já justificado em relatórios anteriores, sua execução está bastante atrasada, sendo que houve paralisação total no período de 09/10/2013 a 01/02/2015. Esta paralisação foi necessária para a conclusão dos trabalhos de atualização dos valores da planilha orçamentária da obra (baseado em planilhas de referência), bem como uma análise objetiva dos custos relacionados a uma nova contratação comparando com os custos da rescisão do contrato. Este serviço foi realizado por empresa especializada, porém houve atraso significativo na entrega dos resultados. Ao final, concluiu-se que seria mais vantajoso para a Administração manter o atual contrato, ainda que os aditivos tenham superado os 25% previstos em Lei (26,39%). De acordo com o novo cronograma físico financeiro apresentado pela Construtora e aprovado pela Comissão de Fiscalização, a obra deverá ser concluída em maio de 2016.

Quanto aos restos a pagar inscritos em 2014, o montante é bastante alto devido exatamente ao grande número de contratações e aquisições realizadas no mês de dezembro, incluindo as três novas obras e o aditivo à obra em andamento. As obras tiveram início no primeiro trimestre de 2015 e os equipamentos adquiridos estão sendo entregues no início de 2015.

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Durante o ano de 2014 foram realizadas 13 auditorias com a participação de nove servidores.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

Quadro A.5.4 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
PAD (Percentual de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais)	81,0% (2013)	80,0%	89,5%	Anual	Amostras Processadas/Amostras Recebidas
PEV (Percentual de ensaios validados)	35,0% (2013)	35,0%	35,4%	Anual	Métodos validados/Métodos em Rotina
PEA (Percentual de escopos acreditados segundo a ABNT NBR ISO/IEC 17.025)	NA(*)	100%	54,5%(**)	Anual	Nº de ensaios acreditados/nº pretendido
PIA (Percentual de infraestrutura adequada)	NA(*)	100%	66,7%	Anual	Número de adequações de infraestrutura realizadas/Número de adequações de infraestrutura necessárias
Eficiência (por amostra)	2.309,84 (2013)	NA	6.124,74	Anual	Recursos empenhados em reais (excluindo-se investimentos) /amostras processadas
Eficiência (por ensaio)	177,24 (2013)	NA	455,86	Anual	Recursos empenhados em reais (excluindo-se investimentos) /ensaios realizados

OBS:
(*) Índices não calculados em exercícios anteriores.
(**)Considerou-se a recomendação de acreditação conforme relatório final de auditoria realizada em Novembro/14. A confirmação dar-se-á após aprovação das evidências de implementação das ações corretivas

Fonte: SIAFI/SPEO/DAD/Lanagro-SP e CTEC/Lanagro-SP

Cabe ressaltar que os dois primeiros indicadores referem-se aos indicadores selecionados pela CGAL para comporem o PPA.

Com relação ao indicador PAD, o quantitativo de amostras rejeitadas tem se mantido em níveis aceitáveis. Os programas oficiais determinam critérios de aceitabilidade de amostras, os quais são verificados pela Unidade de Recepção de Amostras quando do registro das mesmas e também nos laboratórios onde serão processadas. Os motivos de rejeição incluem: violação de lacre, temperatura inadequada, amostra encaminhada fora da programação, embalagem violada, entre outros. Dependendo do tipo de amostra é emitido um "Termo de Rejeição" ou então ofícios para que os clientes responsáveis pela colheita sejam notificados dos motivos da rejeição. Além disso, este assunto sempre é discutido nas reuniões periódicas com os clientes.

É importante frisar que dentre as amostras descartadas, apenas 8,7% o foram por problemas no laboratório (quebra de equipamentos, falta de insumos etc). Todas as demais foram descartadas por problemas no envio.

No tocante ao indicador PEV, a situação permaneceu praticamente inalterada em relação ao exercício anterior, ou seja, as Unidades ALA, POA, MIC e CVR não possuem qualquer método validado/avaliado, embora utilizem métodos normatizados. No entanto, é entendimento da UGQ e CTEC de que se faz necessária uma avaliação de desempenho mesmo para métodos normatizados, o que significa estabelecer quesitos objetivamente mensuráveis da execução da técnica com base nos resultados obtidos por esta, conforme previsto na Norma ISO 17.025. Em contrapartida as Unidades COI, MVA, ORG e RDV possuem 100% dos métodos validados. As demais unidades estão validando/avaliando os métodos paulatinamente, apesar da dificuldade relacionada à ausência de protocolos que definam os parâmetros que devam ser considerados para avaliação de desempenho para ensaios biológicos. Cabe ressaltar a atuação dos bolsistas do CNPq nos processos de validação de métodos, bem como a existência de ITs da CTEC que instruem como deve ser realizada a avaliação de desempenho de métodos de biologia molecular e para aqueles empregados pelas Unidades ALA, POA, BEB e FET.

Quanto ao PEA, não foi possível a realização de auditoria por parte do INMETRO no ano de 2014 nas unidades da base física de Jundiaí, o que afetou significativamente o resultado.

O indicador PIA não apresentou resultado de 100% em função do atraso na entrega de uma reforma nas unidades ALA e POA.

Quanto aos indicadores de eficiência, houve um aumento significativo no custo das análises em relação ao exercício anterior. Dentre as causas, destacam-se: variação cambial (boa parte dos insumos utilizados pelo Lanagro-SP é importada) e a aquisição de muitos insumos no final do exercício para utilização em 2015, a fim de aproveitar sobra de recursos.

5.5 Informações sobre custos de produtos e serviços

O Lanagro-SP não tem experiência a relatar, até mesmo por não ter ainda uma gestão (ou sistema) de custos estabelecida. Um dos motivos é o fato de não fazermos uso do Sistema de Custos do Governo Federal ou de outra ferramenta similar. O acesso ao SIC está restrito a servidores integrantes dos Comitês de Análise e Avaliação das Informações de Custos nos órgãos superiores da administração pública federal, ou indicados por unidades de gestão interna reconhecidas como órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal. Além disso, existem outras particularidades do nosso sistema de trabalho que dificultam o correto registro de alterações, como por exemplo, custos excessivos com aquisição de material permanente (equipamentos específicos de uso laboratorial) e com mão-de-obra terceirizada.

Gestão de Fundos do Contexto de Atuação da Unidade

Este item não se aplica ao Lanagro-SP, segundo o Quadro I da IN 139/2014.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

6.1 Execução das despesas

6.1.1 Programação de Despesas

Não se aplica a esta UJ, uma vez que o Lanagro-SP não é unidade orçamentária (UO) e não possui unidades consolidadas ou agregadas.

6.1.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa (continua)

(Valores em R$ 1,00)

Origem da Movimentação		Movimentação dentro da mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas									
		UG		Classificação da ação					Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora	UO	Função *	Subfunção **	Programa	No. Ação	1 – Pessoal e encargos sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebidos	LANAGROS13	130001	130102	130007	4	609	2028	20ZW	41.218,90	-	13.960.689,10
	LAVEGETAL	130001	130102	130007	4	128	2028	2136	342,88	-	-
	FISFECOI13	130001	130102	130007	20	609	2028	20ZX	1.200,00	-	158.000,00
	INPANIMAL13	130001	130102	130007	20	125	2028	20ZX	-	-	1.008.051,40
	CAPACITA13	130001	130102	130002	4	128	2105	2000	7634,26	-	-
	RESIDUOS	130001	130102	130007	20	609	2028	20ZX	-	-	200.000,00
	FISCALSEM13	130001	130102	130007	20	609	2028	20ZX	959,92	-	2.766.722,09
	PCEANIMAL13	130001	130102	130007	20	609	2028	20ZW	1800,00	-	1.598.457,49
	INSUASA13	130001	130102	130007	20	609	2028	20QY	-	-	1.390.524,13
	REFORLAB13	130001	130102	130007	20	609	2028	20ZW	-	-	-
	MODERLAB13	130001	130102	130007	20	609	2028	20ZW	-	-	-
	FISCORGEN13	130001	130102	130007	4	125	2028	20ZW	-	-	-

Quadro A.6.1.2.1 – (continuação)Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

(Valores em R$ 1,00)

rigem da Movimentação		UG		Classificação da ação					Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora	UO	Função *	Subfunção **	Programa	No. Ação	4 - Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recebidos	LANAGROS13	130001	130102	130007	4	609	2028	20ZW	-	-	-
	LAVEGETAL	130001	130102	130007	4	128	2028	2136	-	-	-
	FISFECOI13	130001	130102	130007	20	609	2028	20ZX	-	-	-
	INPANIMAL13	130001	130102	130007	4	609	2028	20ZX	-	-	-
	CAPACITA13	130001	130102	130002	4	128	2105	2000	-	-	-
	RESIDUOS	130001	130102	130007	20	609	2028	20ZX	-	-	-
	FISCALSEM13	130001	130102	130007	20	609	2028	20ZX	-	-	-
	PCEANIMAL13	130001	130102	130007	20	609	2028	20ZW	-	-	-
	INSUASA13	130001	130102	130007	20	609	2028	20QY	-	-	-
	REFORLAB13	130001	130102	130007	20	609	2028	152L	15.579.209,22	-	-
	MODERLAB13	130001	130102	130007	20	609	2028	152L	2.980.082,71	-	-
	FISCORGEN13	130001	130102	130007	4	125	2028	20ZW	16.518,00	-	-

(*) 20-Agricultura; 04-Administração; (**) 125- Normatização e Fiscalização e 128-Formação de Recursos Humanos; 609 - Defesa Agropecuária
Fonte: SIAFI e SPEO/DAD/Lanagro-SP

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Não se aplica a esta UJ. Item aplicável somente as UJ que tenham recebido créditos originários, por serem UO, ou terem UO entre as unidades consolidadas, o que não é o caso do Lanagro-SP.

6.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Não se aplica a esta UJ. Item aplicável somente as UJ que tenham recebido créditos originários, por serem UO, ou terem UO entre as unidades consolidadas, o que não é o caso do Lanagro-SP.

6.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Não se aplica a esta UJ. Item aplicável somente as UJ que tenham recebido créditos originários, por serem UO, ou terem UO entre as unidades consolidadas, o que não é o caso do Lanagro-SP.

6.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

Não se aplica a esta UJ. Item aplicável somente as UJ que tenham recebido créditos originários, por serem UO, ou terem UO entre as unidades consolidadas, o que não é o caso do Lanagro-SP.

6.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Quadro A.6.1.3.5 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

Valores em R$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	9.073.609,81	6.565.854,21	9.073.609,81	5.886.899,55
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	60.477,89	53.687,63	60.477,89	53.687,63
c) Concorrência	0,00	1.197.414,09	0,00	901.752,39
d) Pregão	9.013.131,92	5.314.752,49	9.013.131,92	4.931.459,53
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	2.620.619,05	3.496.269,34	2.620.619,05	3.405.113,91
h) Dispensa	1.776.143,05	2.284.042,93	1.776.143,05	2.240.187,59
i) Inexigibilidade	844.476,00	1.212.226,41	844.476,00	1.164.926,32
3. Regime de Execução Especial	21.475,58	30.392,35	21.475,58	30.392,35
j) Suprimento de Fundos	21.475,58	30.392,35	21.475,58	30.392,35
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	21.017,90	69.518,23	21.017,90	68.062,68
k) Pagamento em Folha	0,00	0,00	0,00	0,00
l) Diárias	21.017,90	69.518,23	21.017,90	68.062,68
5. Outros	25.841,92	86.494,21	25.841,92	73.526,25
6. Total (1+2+3+4+5)	11.762.564,26	10.245.072,49	11.762.564,26	9.465.450,29

Fonte: SIAFI e SPEO/Lanagro-SP

Quadro A.6.1.3.6 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação

Valores em R$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1 – Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
339014	21.073,70	77.155,57	21.017,90	77.155,57	55,80	0,00	21.017,90	77.155,57
339033	19.556,34	73.903,96	19.271,47	73.903,96	284,87	0,00	19.271,47	73.903,96
339036	10.397,50	0,00	10.397,50	0,00	0,00	0,00	10.397,50	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes								
339037	8.731.959,94	6.243.471,66	7.217.426,27	6.144.365,16	1.514.533,67	99.106,50	7.217.426,27	6.144.365,16
339039 e 3390139 e 3390147	8.096.305,72	2.714.140,16	5.297.704,81	2.529.398,65	2.798.600,91	184.741,51	5.297.704,81	2.529.398,65
339030	4.246.021,18	2.716.563,38	842.765,09	2.525.050,64	3.403.256,09	191.512,74	842.765,09	2.525.050,64
Demais elementos do grupo	8.157,37	211.636,14	8.116,83	211.636,14	40,54	0,00	8.116,83	211.636,14
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
449051	15.920.177,43	1.551.469,83	93.295,22	1.315.201,21	15.826.882,21	236.268,62	93.295,22	1.315.201,21
449052	2.655.632,50	4.479.363,38	265.402,00	4.439.537,39	2.390.230,50	39.825,99	265.402,00	4.439.537,39
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	39.709.281,68	18.067.704,08	13.775.397,09	20.316.248,02	25.933.884,59	751.455,36	13.775.397,09	17.316.248,72

Fonte: SIAFI e SPEO/DAD/Lanagro-SP

6.1.3.7 Análise Crítica da realização da despesa

Analisando o montante total de recursos empenhados em 2014 (39.709.281,68), nota-se um aumento altamente significativo em relação ao ano anterior (R$ 18.067.704,08). A diferença se deu tanto por um aumento expressivo na utilização de recursos de investimento como de custeio. No caso de investimentos, é importante destacar que houve uma inversão no percentual de utilização de recursos para obras e equipamentos. Enquanto em 2013 se investiu mais em equipamentos, em 2014 o investimento foi mais concentrado em obras. Isto se explica pelo fato de que quando houve a liberação de R$ 40.400.000,00 para modernização dos laboratórios oficiais do MAPA (Decreto de 24 de setembro de 2013), houve a necessidade de um tempo maior para planejamento das obras, uma vez que seria necessário contratar inicialmente o projeto executivo para depois licitar a execução da obra. Sendo assim, boa parte do recurso destinado ao Lanagro-SP foi utilizado em 2014 para licitação das obras (conforme retratado no item 5.2.3.5), enquanto que em 2013 só houve tempo hábil para aquisição de equipamentos (processos licitatórios menos complexos e, consequentemente, mais rápidos).

Quanto aos recursos de custeio, houve uma liberação expressiva no mês de dezembro, possibilitando a aquisição de materiais de laboratório e insumos diversos, graças à publicação prévia de atas de registro de preço. Como exemplo, podemos mencionar que foram gastos R$ 2.203.690,78 em aquisição de material de laboratório, o que representa um acréscimo de 3.173,2% em relação a 2013. Espera-se que com isso seja possível dar andamento a boa parte das rotinas laboratoriais previstas para 2015, embora algumas aquisições de grande montante não puderam ser finalizadas devido a interposição de recursos administrativos e consequente atraso na finalização dos processos licitatórios. O impacto maior ocorreu nas unidades AVI e MIC, cujas aquisições para atendimento a programas especiais ultrapassam o valor de R$ 1.000.000,00 (recursos deverão ser disponibilizados em 2015).

Com relação à distribuição dos gastos por modalidade de aquisição, cabe destacar a redução altamente significativa no percentual de contratações diretas em 2014 (22,3%) em relação a 2013 (34,1%). Os valores obtidos em 2014 estão dentro de uma margem satisfatória.

Da mesma forma, a utilização de recursos na modalidade “suprimentos de fundos” apresentou queda expressiva (1,8% em 2014 e 3,0% em 2013). Os valores estão dentro do esperado.

A redução na utilização de recursos com diárias pode ser visto como um aspecto negativo devido à restrição de recursos para realização de auditorias externas e para capacitação de pessoal.

Com relação às despesas com serviços de terceiros, há um custo relativamente alto tanto com contratos para prestação de serviços de mão-de-obra (339037), como para contratação de serviços de manutenção de equipamentos (339039). No tocante aos contratos que envolvem mão-de-obra houve um incremento importante no contrato de prestação de serviços de manutenção predial. Em dezembro de 2013 foi assinado um novo contrato, cujo teor foi bastante modificado em relação ao anterior. Dentre as mudanças destacam-se: previsão de aquisição de peças e serviços adicionais e inclusão de novos postos, incluindo um segundo engenheiro. Os benefícios do novo modelo são claramente perceptíveis na rotina do laboratório, especialmente no tocante à agilidade na prestação dos serviços. Obviamente que as mudanças acarretaram em aumento de custo, da ordem de 82,1% em relação ao ano anterior. Também em dezembro de 2013 foi assinado um novo contrato para prestação de serviços de Tecnologia da Informação, que representou um aumento de despesas da ordem de 48,6% em relação ao ano anterior. Tal aumento está relacionado principalmente à valorização das carreiras da área de TI, com consequente aumento expressivo da média salarial dos profissionais que atuam na área.

Em dezembro de 2014 foi realizada uma licitação para contratação de empresa especializada para dar suporte à fiscalização da obra em andamento para atendimento à Unidade de Sanidade Aviária. Tal serviço foi considerado primordial no sentido de garantir o bom andamento

da obra, tendo em vista seu elevado nível de complexidade. O valor empenhado para a contratação deste serviço foi de R$ 964.142,53, impactando também no aumento considerável das despesas no exercício.

Também contribuiu para o aumento das despesas a contratação do serviço de ligação da rede de esgoto à rede pública municipal, em atendimento à exigências da CETESB (órgão de controle ambiental no Estado de São Paulo). O serviço custou aproximadamente R$ 150.000,00, diluído em doze vezes na conta de água. Com isso, houve um aumento de 74,3% na conta de água em relação a 2013.

No final de 2013 o Lanagro-SP contratou dois laboratórios credenciados pelo MAPA para realizar análises oficiais em fertilizantes e corretivos agrícolas. Tal contratação foi demandada pela CGAL e gerou um custo de R$ 157.767,00 em 2014.

Em 2012 e 2013 o Lanagro-SP ficou sem contrato de manutenção de veículos devido a dificuldades administrativas para finalização do processo licitatório. Finalmente em 2014 foi concluída esta contratação, de tal forma que o custo com este item foi relativamente alto (R$ 22.606,93), uma vez que havia muitos veículos com necessidade de manutenção corretiva e preventiva. Tais manutenções vem sendo realizadas paulatinamente.

Tendo em vista a emissão de muitos resíduos potencialmente contaminados pelos laboratórios, o Lanagro-SP necessita de um contrato para descarte dos mesmos. Este contrato vem sendo melhorado ano após ano, com a inclusão de novos itens para atendimento às exigências da legislação ambiental. Em 2014 o custo com este serviço foi da ordem de R$ 312.302,03, o que representa um aumento de 319,3% em relação a 2012 e 346,3% em relação a 2013.

Finalmente, não se pode ignorar o impacto da inflação e, principalmente, da variação cambial no aumento das despesas em geral.

6.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados (R$)	Valores pagos (R$)
Institucional	-	-	-
Legal	2028/20ZW	160.554,83	61.727,40
	2028/20ZX	23.051,40	0,00
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

Valor referente ao Contrato Lanagro-SP nº 29/2014 (Vigência de 19/08/2014 a 18/08/2015) firmado com a EBC (Empresa Brasileira de Comunicação SA) para publicação de editais, atas e decisões em atendimento à legislação que rege a matéria.

Fonte: SPEO/DAD/Lanagro-SP

6.3 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica a esta UJ.

6.4 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores

(Valores em R$ 1,00)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2014**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2014**
2013	782.335,36	0,00	0,00	782.335,36
2012	593.536,60	0,00	0,00	593.536,60
2011	99.720,78	0,00	0,00	99.720,78
2010	10.544.684,78	0,00	0,00	10.544.684,78
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante 01/01/2014**	**Pagamento**	**Cancelamento**	**Saldo a pagar 31/12/2014**
2013	3.866,40	0,00	0,00	3.866,40

Fonte: SPEO/Lanagro-SP

6.4.1 Análise crítica

Os saldos de restos a pagar não processados inscritos em 2010, 2011 e 2012 referem-se a empenhos (contrato inicial e aditivos) da obra em andamento para atendimento da Unidade de Sanidade Aviária do Lanagro-SP. Embora o prazo inicial para a conclusão da obra tenha sido estimado em oito meses houve necessidade de aditivar o prazo por uma série de razões conforme histórico detalhado no item 5.2.3.5.

Quanto ao saldo inscrito em 2013 são diversos os motivos para não processamento, dentre os quais destacamos: não apresentação de nota fiscal por fornecedores, atraso na entrega de produtos e serviços, repactuações de contratos de mão-de-obra, cujas notas não foram apresentadas pelas Contratadas. O não cancelamento em 2014 se justifica pela necessidade da continuidade na prestação dos serviços, sob risco de causar prejuízo ao andamento das atividades analíticas.

6.5 Transferência de Recursos

Não se aplica a esta UJ, uma vez que não houve transferência de recursos no período, seja mediante convênios, contratos de repasse, termo de cooperação, termo de compromisso, bem como transferências a título de subvenções, auxílios ou contribuições.

6.6 Suprimento de Fundos

6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

(Valores em R$ 1,00)

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	130102	Lanagro-SP			4	21.475,58	12.150,00
2013	130102	Lanagro-SP			7	30.392,35	12.500,00
2012	130102	Lanagro-SP			7	42.320,76	12.500,00

Fonte: SPEO/DAD/Lanagro-SP

6.6.2 Utilização do suprimento de fundos

Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B*		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	130102	Lanagro-SP			48	4.354,76	17.385,82	21.475,58
2013	130102	Lanagro-SP			58	21.590,78	8.801,57	30.392,35

*Não se aplica a esta UJ
Fonte: SPEO/DAD/Lanagro-SP

6.6.3 Classificação dos Gastos de Suprimento de Fundos

Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total(R$1,00)
130102	Lanagro-SP	339030-Consumo	1-Combustíveis e lubrificantes automotivos	42,00
			7-Gêneros de Alimentação	9,00
			11-Material Químico	913,80
			15-Material para festividades e homenagens	150,00
			16-Material de Expediente	362,20
			17-Material de processamento de dados	608,90
			19-Material de acondicionamento e embalagem	42,50
			21-Material de copa e cozinha	192,23
			22-Material de Limpeza e Produtos de Higienização	1.009,78
			24-Material para Manutenção e Bens Imóveis	149,30
			25-Material para Manutenção e Bens Móveis	59,50
			26-Material Elétrico e Eletrônico	67,50
			28-Material de Proteção e Segurança	20,00
			29-Material para áudio, vídeo e foto	45,00
			35-Material Laboratorial	54,00
		339039-Serviço	16- Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	185,50
			17-Manutenção e Conserv. de Máquinas e Equipamentos	1.773,80
			19- Manutenção e Conserv. de Veículos	2.151,00
			20- Manutenção e Conservação de Bens Móveis de outras naturezas	1.086,00
			25-Taxa de Administração	125,00
			47-Serviços de comunicação em geral	70,00
			63-Serviços Gráficos	660,00

(continua)

Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

(continuação)

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total(R$1,00)
130102	Lanagro-SP	339039-Serviço	66-Serviços Judiciários	9,00
			83-Serviços de cópias e reprodução de documentos	177,56
		339033-Transporte	8-Pedágio	1.116,80

Fonte: SPEO/DAD/Lanagro-SP

6.6.4 Análise Crítica

Os quantitativos apresentados permitem concluir que os valores de suprimento de fundos utilizados pelo Lanagro/SP em 2014 apresentaram uma redução significativa em relação aos anos anteriores. Esta redução é ainda mais significativa quando se considera o percentual de utilização com relação ao total gasto pelo órgão no período. A utilização desta ferramenta é imprescindível para a manutenção das atividades laboratoriais e têm sido utilizados principalmente para a aquisição emergencial de produtos químicos e produtos de limpeza e higienização.

Em 2014 houve um atraso significativo no processo licitatório para aquisição de cartuchos de impressora, justificando o gasto de R$ 608,90 com material de processamento de dados, utilizado para aquisição emergencial de cartuchos, sob risco de paralisação de diversas atividades, incluindo a emissão de laudos.

Conforme previsto no relatório de gestão do exercício de 2013, houve uma importante redução na aquisição de peças para manutenção de bens imóveis em função do novo contrato de manutenção predial (desde novembro de 2013), com a inclusão de peças e serviços eventuais. Para o próximo exercício espera-se uma redução na utilização de recursos de suprimento para pagamento de pedágios, uma vez que recentemente o Lanagro-SP obteve isenção no pagamento de pedágios em rodovias estaduais.

Quanto aos serviços, os gastos mais significativos foram com manutenção emergencial de equipamentos e veículos. Quanto aos veículos, conforme mencionado no item 6.1.3.7, o Lanagro-SP ficou sem contrato de manutenção durante todo o ano de 2014, gerando a necessidade de algumas contratações em caráter emergencial.

No tocante às prestações de contas, cabe informar que todas as 17 prestações apresentadas no exercício foram devidamente aprovadas.

6.7 Renúncias sob a Gestão da UJ

Não se aplica a esta UJ, uma vez que o Lanagro-SP não possui receita própria.

6.8 Gestão de Precatórios

Não se aplica a esta UJ.

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

7.1 Estrutura de pessoal da unidade

7.1.1 Demonstração e distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	113	105	67	5
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	113	105	67	5
1.2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão	113	103	67	5
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	2	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	113	105	67	5

OBS: A diferença entre a lotação autorizada e efetiva se deve ao fato de que nem todos os convocados a partir do concurso público realizado em 2014 (Edital SE/MAPA nº 01, de 20/01/2014) se apresentaram. Espera-se que todas as vagas autorizadas sejam preenchidas a partir da publicação de novas portarias de convocação. Em 31/12/2014 restavam preencher quatro vagas para técnicos de laboratório e quatro para agentes administrativos. Dos 67 servidores ingressos no período, 66 foram provenientes do concurso público e um de remoção a pedido. Dos cinco egressos, um foi devido à nomeação com cargo de confiança na Secretaria de Relações Internacionais (SRI/MAPA), um foi aprovado em concurso interno de remoção, um foi removido por remoção a pedido independentemente do interesse da Administração (familiar enfermo), um foi devolvido ao órgão de origem (estava cedido ao Lanagro-SP por tempo determinado) e um solicitou exoneração.

Fonte: DAD/Lanagro-SP.

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	15	90
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	15	90
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	15	88
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	15	90

OBS: Considerou-se como área meio as atividades desenvolvidas no âmbito da Divisão de Apoio Administrativo. As atividades relacionadas a apoio técnico, tais como Biotério, Recepção de Amostras, Produção de Meios de Cultura e Lavagem e Esterilização de Materiais foram consideradas como área fim.

Fonte: DAD/Lanagro-SP

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	8	8	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	8	8	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	8	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	10	10	1	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	8	8	1	1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	2	2	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	18	18	1	1

OBS: A substituição da concessão de FG-1 foi motivada por remoção de ofício de servidor ocupante da função. Detalhamento dos cargos e funções: DAS 101.3(#2); DAS 101.2(#2); DAS 101.1(#4); FG-1(#8); FCT-6 (#2).
Fonte: DAD/Lanagro-SP.

Análise Crítica

Mesmo com a realização em 2014 do concurso público para provimento de vagas para os cargos de Fiscal Federal Agropecuário, Técnico de Laboratório, Auxiliar de Laboratório e Agente Administrativo, o quantitativo de servidores continua aquém do necessário. Isto porque o concurso teve por objetivo tão somente a substituição dos funcionários terceirizados que atuavam nas áreas finalísticas, de forma que na prática não houve incremento de pessoal.

A carência de pessoal é notável tanto nas áreas técnicas como nas áreas de apoio. No primeiro caso as consequências recaem principalmente no não atendimento pleno às demandas dos clientes, principalmente no tocante ao volume de amostras e incremento de novos métodos. No segundo caso, a insuficiência de servidores acarreta em morosidade nos processos administrativos, principalmente aqueles relacionados à área de compras.

A carência de pessoal tende a se agravar nos próximos anos caso não haja incremento por concurso público, tendo em vista a iminente aposentadoria de pelo menos 16 servidores, sendo metade da área administrativa.

De uma forma geral, pode-se afirmar que o Lanagro-SP não tem tido prejuízos significativos oriundos de afastamentos de servidores. Os casos mais impactantes referem-se à concessão de afastamento parcial para realização de doutorado por um servidor (20h/semana) e licença prêmio de outro servidor (30 dias de afastamento). Quanto às licenças para tratamento de saúde, houve três casos mais graves, com período total de afastamento para cada servidor de 312, 213 e 31 dias. Em todos os casos as ausências foram devidamente supridas pelos demais membros das equipes. Excetuando-se os três casos supracitados, o total de dias de afastamento para tratamento de saúde de

todos os demais servidores foi de apenas 58 dias. Não houve afastamento por licença maternidade no período.

Com relação ao quantitativo de cargos comissionados, há carência especialmente de funções gratificadas a serem distribuídas nas áreas finalísticas. Das 16 áreas-fim que possuem responsáveis técnicos nomeados por Portaria, apenas nove (56,3%) são contempladas com funções gratificadas.

7.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

No tocante à qualificação, é possível afirmar que o Lanagro-SP conta com uma equipe altamente qualificada. Os ingressos no concurso de 2014 apresentaram, em geral, um nível de qualificação superior ao exigido pelos cargos.

O indicador que mensura a capacitação dos colaboradores apresentou uma queda bastante significativa ao considerar as três últimas avaliações (51,5%, 39,4% e 23,8% para o primeiro semestre de 2013, segundo semestre de 2013 e primeiro semestre de 2014, respectivamente). Três fatores têm contribuído fortemente para o baixo resultado deste indicador. Um deles está relacionado ao fato de que praticamente 70% do quadro de pessoal na área técnica era composto por terceirizados até a apresentação dos novos servidores a partir de outubro de 2014, sendo que o contrato não permitia capacitação externa dos colaboradores. Outro fator refere-se à necessidade de maior conscientização por parte dos responsáveis quando do preenchimento do FORM UGQ/042 – Metas de Capacitação, o que já foi feito quando do treinamento da última versão do POP UGQ/011 – Pessoal. Assim, espera-se que o quantitativo de treinamentos programados esteja mais próximo da realidade na próxima avaliação. O último fator está relacionado à dificuldade de obtenção de recursos financeiros para capacitação dos servidores. O tema permanece muito crítico, sendo recorrente a insatisfação por parte dos responsáveis pelas unidades quanto à falta de oportunidades para capacitação dos colaboradores. Com a recente substituição dos terceirizados por servidores concursados a necessidade de capacitação se tornou ainda maior. As principais demandas continuam sendo registradas no PAEC - Plano de Educação Continuada, porém até mesmo para aquelas aprovadas pela CGAL, tem havido indeferimento por falta de recursos. Quanto ao PAEC, o prazo para encaminhamento do Plano à CGAL tem sido muito exíguo, dificultando a realização de um planejamento mais criterioso. Além disso, a própria CGAL efetua cortes significativos, excluindo treinamentos considerados prioritários pelo Lanagro-SP, a fim de adequar o Plano ao Orçamento. A fim de mitigar o problema a CTEC e DAD (responsáveis pela elaboração do PAEC no nível do Lanagro-SP) deverão estabelecer uma data para iniciar sua elaboração, se antevendo à manifestação da CGAL. Considerando, no entanto, que mesmo com o PAEC sendo elaborado de forma mais criteriosa poderá haver cortes por falta de recursos, a CTEC deverá organizar um novo ciclo de treinamentos internos, aproveitando as competências dos próprios colaboradores do Lanagro-SP, bem como as oportunidades oferecidas por fornecedores e outros parceiros. O Coordenador também deverá fazer gestões na tentativa de aumentar o orçamento destinado a capacitações. Considerando as restrições orçamentárias do governo federal, também deverão ser buscadas alternativas de financiamento para viabilização de treinamentos, através de projetos e interações com outros órgãos nacionais e internacionais. Uma possibilidade a ser considerada é o envio de colaboradores para treinamento em outros Lanagros ou o oferecimento *in loco* de treinamentos por técnicos de outros Lanagros, especialmente no período de ambientação dos novos servidores. A CTEC e DAD deverão contribuir na identificação das necessidades de capacitação a partir da realização de reuniões do tipo “brainstorm” quando do preenchimento do FORM UGQ/042.

Principais treinamentos oferecidos em 2014:

- Provisão de treinamento prático a técnicos de diversos laboratórios produtores de vacinas antirrábicas;

- Participação da colaboradora Estela Bonilha (MVA) em curso prático em métodos físico-químicos de análises de agrotóxicos no Instituto Biológico (São Paulo);

- Participação das colaboradoras Estela Bonilha, Milene Berbel e Claudia Schröder (MVA) no Workshop “U. S. Pharmacopeia Brasil – Impurezas e Estudos de Degradação Forçada”;

- Conclusão do curso online “Gestão estratégica de pessoas e planos de carreira” pela colaboradora Milene Berbel (MVA);

- Participação da colaboradora Milene Berbel (MVA) no “Encontro de Usuários de NIRS”, promovido pela EMBRAPA São Carlos-SP;

- Participação das colaboradoras Dilmara Reischak e Fernanda dos S. Almeida (AVI) e do Coordenador do Lanagro-SP no III Workshop sobre Influenza Aviária, organizado pela ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal) e realizado em Campinas-SP;

- Participação do Coordenador do Lanagro-SP no “Seminário de formação sobre o processo de ferramenta de laboratório PVS”, organizado pela OIE, em Paris, França;

- Organização de oficina regional sobre diagnóstico molecular da influenza aviária e doença de Newcastle - mesa redonda sobre rede de laboratórios – com a participação de diversos países da América do Sul e EUA;

- Participação da colaboradora Dilmara Reischak no evento “Sanidade Avícola: Fortaleza Nacional”, realizado em Brasília/DF e promovido pelo Departamento de Sanidade Animal do MAPA;

- Recebimento de consultoria técnica oferecida por pessoal da FIOCRUZ para tratar de temas afetos ao Biotério e à Unidade CVR do Lanagro-SP;

- Participação do Coordenador do Lanagro-SP em treinamento sobre rede internacional de laboratórios de diagnóstico, oferecido pelo Ministério da Agricultura dos EUA e realizado em Ames, Iowa, EUA;

- Participação da Coordenadora Técnica no curso “Estatística em Laboratórios Analíticos”, na Fundação de Apoio à Física e à Química – FAFQ, em São Carlos-SP;

- Participação das colaboradoras Elisete P. da Silva, Estela Bonilha e Juliana C. Pereira (MVA) no Simpósio Agilent de Ciência e Tecnologia, em São Paulo-SP;

- Participação dos colaboradores Eliezer A. B. Oliveira e Flavia Consolini (FET) no “16th World Fertilizer Congress of Ciec”, no Rio de Janeiro-RJ;

- Participação dos colaboradores Eliezer A. B. Oliveira e Flavia Consolini (FET) no 2º Workshop do Projeto Repensa - Fortalecimento de Rede de Laboratórios e Produção de Materiais de Referência, promovido pela Embrapa/Pecuária Sudeste, em São Carlos-SP.

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Os dados serão informados no Relatório de Gestão da SFA/SP, uma vez que o processamento das folhas de pagamento é realizado pelo Serviço de Gestão de Pessoas daquela Superintendência (SGP/DAD/SFA-SP) até que o Lanagro-SP tenha servidores administrativos devidamente capacitados para absorver esta atividade.

Segundo informações prestadas pela chefe do SGP/SFA/SP, os dados informados no Relatório de Gestão da SFA/SP são emitidos pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MAPA e já vêm consolidados de todas as UORGs, incluindo o Lanagro-SP, não sendo possível prestar a informação de forma separada.

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

7.1.4.1 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A Coordenação encaminhou o Memorandos no 004/2014 – COOR aos servidores ocupantes de cargos em comissão ou funções gratificadas a fim de que comunicassem a existência de familiares em contratos de terceirização no âmbito do Lanagro-SP, cuja situação se enquadrasse como nepotismo conforme Artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010. Todos responderam negando irregularidades.

Semelhantemente a Coordenação encaminhou o Memorando no 074/2014 – COOR endereçado a todos os servidores, solicitando o preenchimento de questionário relativo a acúmulo de cargos, funções e empregos. Todos preencheram, negando irregularidades.

O Lanagro-SP não recebeu no período em análise qualquer tipo de denúncia relacionada ao tema.

Considerando o acima exposto, o Lanagro-SP não possui, salvo melhor juízo, nenhum servidor em situação irregular.

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

Quadro A.7.1.4.2 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2014	2013	2012		
Técnico de Laboratório	0	47	48	0	47
Auxiliar de Laboratório	0	8	8	0	8
Fiscal Federal Agropecuário	0	8	8	0	8
Total	0	63	64	0	63
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
Conforme já amplamente mencionado no presente relatório a situação referente à terceirização de atividades finalísticas foi regularizada a partir da realização do concurso público (Edital SE/MAPA no 01, de 20/01/2014) para provimento de vagas para os cargos de Técnico de Laboratório (40 vagas), Auxiliar de Laboratório (12 vagas) e Fiscal Federal Agropecuário (10 vagas), totalizando 62 vagas.					

Fonte: DAD / Lanagro-SP

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Os principais riscos identificados na gestão de pessoas são os seguintes:

─Recursos insuficientes para capacitação;

─Fase de transição em função da substituição do pessoal terceirizado, que representava mais de 70% da força de trabalho na área-fim;

─Funções gratificadas em quantidade insuficiente;

─Perda de agentes administrativos em função dos baixos salários (alta possibilidade de ingressarem em outros concursos);

─Perda de técnicos e, principalmente, auxiliares de laboratório em função do alto nível de qualificação dos concursados (alta possibilidade de ingressarem em outros concursos).

7.1.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Atualmente o Lanagro-SP mensura apenas um indicador denominado: “Percentual atendido da demanda por recursos humanos”, cuja fórmula de cálculo é a seguinte:

PADRH = (NRHA/NRHD)*100

Onde:

NRHA = Número de recursos humanos alocados

NRHD = Número de recursos humanos demandados, sendo que o total demandado refere-se a soma de pessoal alocados + necessidade de acréscimo

Este indicador está previsto no planejamento estratégico da CGAL, estando associado ao Objetivo Estratégico: “Adequar quadro de pessoal à demanda”. O resultado obtido para 2014 foi de 91,8% (244 colaboradores alocados dentre os 266 necessários). Cabe ressaltar que este indicador contabiliza os servidores e toda mão-de-obra terceirizada.

7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários

7.2.1 Contratação de serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.7.2.1 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: LANAGRO/SP														
UG/Gestão: 130102					CNPJ: 00.396.895/0047-08									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	24/2013 - Guima Conseco Construção, Serviços e Comércio Ltda	59.519.603/0001-47	01/07/2013	30/06/2015	23	23	1	1	0	0	P
2012	V	O	05/2012 - Treze Listas Segurança e Vigilância Ltda.	62.874.094/0001-85	12/09/2012	12/09/2015	10	10	1	1	0	0	P

Observações: Os contratos abrangem as bases físicas de Campinas e Jundiaí.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Fonte: DAD / Lanagro-SP

7.2.2 Locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.

Unidade Contratante													
Nome: LANAGRO/SP													
UG/Gestão: 130102			CNPJ: 00.396.895/0047-08										
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natu-reza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
2014	12*	E	17/2013- Fundepag Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa do Agronegócio	50.276.237/0001-78	01/12/2014	31/01/2015			6	6			E
2013	4	O	24/2013- Guima Conseco Construção, Serviços e Comércio Ltda	59.519.603/0001-47	01/07/2013	30/06/2015	1	1					P
2013	2**	O	24/2013- Guima Conseco Construção, Serviços e Comércio Ltda	59.519.603/0001-47	01/07/2013	30/06/2015	2	2					P
2013	12***	O	24/2013- Guima Conseco Construção, Serviços e Comércio Ltda	59.519.603/0001-47	01/07/2013	30/06/2015	4	4					P
2013	2	O	19/2013- Steintemp Gestão de Pessoas Ltda.	05.400.513/0001-03	27/05/2013	27/05/2015	3	3	1	1			P
2012	7	O	02/2012- Facti Fundação de Apoio a Capacitação em Tecnologia	02.939.127/0001-04	02/05/2012	25/02/2015			2	2			E
2012	12****	O	02/2012- Facti Fundação de Apoio a Capacitação em Tecnologia	02.939.127/0001-04	02/05/2012	25/02/2015	18	18	28	28	11	11	E
2013	9	O	78/2013- M Service Ltda	02.948.998/0001-86	25/11/2013	25/11/2015			11	11	2	2	P
2013	3	O	75/2013- Beltis Comércio e Prestação de Serviços em Informática	09.116.592/0001-86	01/11/2013	01/11/2015					3	3	P

Observações: *Técnicos de Biotério; **Tratoristas; *** Jardinagem; **** Apoio operacional, incluindo analistas da qualidade, apoio logístico e apoio administrativo
LEGENDA: **Área**: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4.Copeiragem; 5.Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; 12**.** Outros; **Natureza**: (O) Ordinária; (E) Emergencial. **Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. **Situação do Contrato**: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. **Quantidade de trabalhadores**: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
Fonte: DAD / Lanagro-SP

7.2.3 Análise Crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Quanto ao item 7.2.1 há que considerar que o contrato de vigilância não contempla atualmente vigilância eletrônica. Deverá ser celebrado um contrato especificamente para isso em 2015.

Quanto ao item 7.2.2, cabe destacar a necessidade de celebração de contrato em caráter emergencial para prestação de serviço de técnicos de biotério. Isto porque esta atividade era desenvolvida por funcionários oriundos do contrato MAPA x FUNDEPAG, extinto em novembro de 2014. Não houve tempo hábil para assinatura de novo contrato em função da interposição de recursos administrativos durante o processo licitatório. O contrato emergencial foi celebrado para que não houvesse solução de continuidade dos serviços prestados até a finalização do processo licitatório, o que acarretaria na necessidade de sacrifício de todos os animais de experimentação do Biotério por falta de pessoal.

O contrato Lanagro-SP no 02/2012, firmado com a empresa Facti Fundação de Apoio a Capacitação em Tecnologia, deverá ser interrompido devido à detecção de irregularidade no estatuto social da empresa. No entanto, não houve tempo hábil para finalização do novo processo licitatório para contratação dos serviços afetos a este contrato, o que deverá ocorrer no próximo exercício.

O contrato Lanagro-SP no 75/2013, firmado com a empresa Beltis Comércio e Prestação de Serviços em Informática, também deverá ser interrompido assim que o Lanagro-SP providenciar a elaboração do seu PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação), previsto para 2015. Somente após a elaboração do PDTI será possível contratar serviços de TI ao invés de mão-de-obra, como ocorre atualmente.

Quanto à fiscalização dos contratos, está sendo criada uma área específica dentro da Divisão de Apoio Administrativo para tratar do tema. Isto só está sendo possível graças ao incremento de agentes administrativos e à contratação de pessoal terceirizado para dar suporte à fiscalização.

7.2.4 Contração de Estagiários

Em 31/12/2014 o Lanagro-SP contava com duas vagas de estagiários CIEE (ambas de nível superior). A gestão do cadastro dos estagiários é realizada pelo Serviço de Gestão de Pessoas da Superintendência Federal de Agricultura em São Paulo (SGP/DAD/SFA-SP) até que o Lanagro-SP tenha servidores administrativos em quantidade suficiente para absorver esta atividade. Segundo informações prestadas pela chefe do SGP/SFA/SP, os dados informados no Relatório de Gestão da SFA/SP são emitidos pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos do MAPA e já vêm consolidados de todas as UORGs, incluindo o Lanagro-SP, não sendo possível prestar a informação de forma separada.

A contratação de estagiários é extremamente útil para o Lanagro-SP, além de ser uma prestação de serviços à comunidade acadêmica e de contribuir para a divulgação institucional. Do ponto de vista da contribuição ao Lanagro-SP, as áreas de apoio técnico como Produção de Meios de Cultura e Biotério são muito beneficiadas. No entanto, o número de vagas disponibilizados ao Lanagro-SP é muito baixo. Além disso, o CIEE tem tido dificuldade na identificação de interessados, fazendo com que vagas fiquem em aberto por longos períodos.

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

8.1.1 Legislação

O Lanagro-SP possui somente frota própria. A Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 03, de 15 de maio de 2008 regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos.

8.1.2 Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

Os veículos do Lanagro-SP são utilizados para conduzir colaboradores, principalmente para a cidade de São Paulo e municípios do interior do estado, para participarem de reuniões, seminários, congressos, entre outros eventos, principalmente em órgãos públicos (SFA/SP, CJU/SP, AGU/SP) e instituições de ensino e pesquisa (USP, Instituto Pasteur, Instituto Butantan, Instituto Agronômico de Campinas, UNESP, entre outras). Os técnicos também realizam auditorias em laboratórios credenciados, muitos deles localizados no estado de São Paulo, em municípios cujo deslocamento rodoviário é mais vantajoso para a União do que aéreo.

Também são utilizados para a retirada e desembaraço de amostras e encomendas no aeroporto e todo apoio às atividades internas do Laboratório, como transporte de alimentos para animais, de animais de Laboratório, de materiais utilizados pelo serviço de manutenção predial e de amostras para análise e distribuição entre os laboratórios. Cabe ressaltar que a base física de Campinas possui 10.500 m² de área construída, distribuída em uma área de 13 alqueires = 31,72 ha, portanto, grandes distâncias que justificam o uso dos veículos oficiais para as atividades descritas anteriormente.

É muito freqüente a necessidade de transporte de colaboradores entre as bases físicas de Campinas e Jundiaí, especialmente para participação em reuniões e execução de alguns tipos de serviços especializados, como de manutenção e tecnologia da informação, por exemplo.

Os veículos também são utilizados para realização de serviços bancários, de correio, aquisição de materiais em caráter emergencial, entre outros inerentes à rotina do laboratório.

8.1.3 Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos

Grupo 1: Veículos de pequeno porte para transporte de passageiros

No.	VEÍCULO	ANO	Placa
1	DOBLO*	2008	DMN-7288
2	DOBLO	2008	DMN-7289
3	GOL 1.0	2005	CMW-1727
4	GOL1.6 POWER	2005	JFQ-5985
5	GOL 1.6 POWER	2005	CMW-1753
6	PARATI	2008	DMN-7285
7	PARATI	2008	DMN-7286
8	PARATI	2008	DMN-7287
9	CLIO*	2008	DMN-7282
10	CLIO	2008	DMN-7283

* Veículos disponibilizados à base física de Jundiaí

Grupo 2: Veículos de médio e grande portes para transporte de passageiros

No.	VEÍCULO	ANO	Placa
1	ONIBUS MB	1993	BFY-4861
2	VAN MB 1800	1995	BPY-6678
3	DUCATO MINIBUS	2010	DMN-5315

Grupo 3: Veículos utilizados para transporte de amostras, materiais e equipamentos

No.	VEÍCULO	ANO	Placa
1	CAMINHÃO BAU	1995	BPY-6648
2	COURIER ***	2008	DMN-7284
3	NISSAN ***	2005	CMW-9071
4	FIAT STRADA ***	2010	HLF-2954
5	TOYOTA ***	1995	BPY-6652

Grupo 4: Tratores utilizados nos serviços de campo

No.	VEÍCULO	ANO	Placa
1	TRATOR MASSEY 275	2006	SÃO PAULO
2	TRATOR VALMET 65	Sem informação	SÃO PAULO
3	TRATOR MASSEY 85	1995	SÃO PAULO

8.1.4 Média anual de quilômetros rodados

Grupo 1: 30.000 km

Grupo 2: 7.500 km

Grupo 3: 7.500 km

Grupo 4: 5.000 km

8.1.5 Idade Média da frota

Grupo 1: 7 anos

Grupo 2: 15 anos

Grupo 3: 11 anos

Grupo 4: 11 anos (excluindo do cálculo o veículo sem informação)

8.1.6 Custos associados à manutenção da frota

Mecânica: R$ 22.609,93

Combustível: R$ 32.162,75

DPVAT: R$ 2.345,12

8.1.7 Plano de substituição da frota

Foi encaminhado à CGAL o Ofício 4149/2014 – Lanagro-SP, informando sobre a necessidade de aquisição de veículos. De acordo com este documento foi prevista a substituição de dois veículos: GOL1.6 POWER (item 4 do grupo 1 listado acima) e Ônibus MB (item 1 do grupo 2 listado acima). Foi solicitada ainda a aquisição de um veículo de passeio adicional e de um trator equipado com carreta, roçadeira e pá carregadora.

8.1.8 Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

A frequência de utilização dos veículos justifica financeiramente a aquisição em detrimento da locação.

8.1.9 Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

O Lanagro-SP implantou em 2014 o SCVA (Sistema de Controle de Veículos Automotores). O sistema contribuiu significativamente para monitoramento do serviço. No entanto, por ter sido implantado recentemente, ainda não se utilizam todas as ferramentas possíveis. Foi firmado também em 2014 um novo contrato para manutenção preventiva e corretiva dos veículos, que tem funcionado de forma apropriada. Outras evolução importante foi a regularização documental dos veículos.

Como parte do contrato de prestação de serviços de motoristas, o Lanagro-SP conta com a figura de um encarregado, responsável pelo controle e monitoramento da frota.

Como oportunidades de melhoria podemos mencionar: necessidade de elaboração de procedimentos internos em atendimento ao Sistema de Gestão da Qualidade do Lanagro-SP; contratação de seguro para os veículos que circulam em área externa; estudo da viabilidade de instalação de sistema de refrigeração em veículo destinado a transporte interno de amostras; identificação de veículos específicos para transporte interno de animais e para coleta interna de resíduos sólidos.

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF – SP	2	2
	Campinas	1	1
	Jundiaí	1	1
Subtotal Brasil		2	2
EXTERIOR	-	0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: DAD/ Lanagro-SP

8.2.2 Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

Quadro A.8.2.2.1 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regi-me	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no exercício		
				Valor Histórico (R$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R$)	Reformas	Manutenção	Total
130102	6619.00009-500-3	5	3	1.256.847,78	28-03-2013	1.319.690,17	398.079,01*	4.881,89	402.960,90
130102	6291.00082.500-9	5	3	3.971.686,95	28-03-2013	5.385.309,38	3.310.261,96**	110.741,91	3.421.003,87
Total							3.708.340,97	115.623,80***	3.823.964,77

Legenda:
5-Regime de Cessão: Prefeitura e Estados
3-Estado de Conservação Bom
OBS: *Trata-se de adequação estrutural para implantação da unidade de Microbiologia Agrícola (MAG) **Dentre as despesas com reformas, incluíram-se os valores referentes à ampliação da Portaria, Estacionamento e Recepção de Amostras ***As despesas de manutenção referem-se a principalmente a reformas em telhados e rede de distribuição de energia elétrica, além de pequenos reparos. Além das despesas mencionadas no Quadro A.8.2.2.1, cabe mencionar que o Lanagro-SP possui um contrato de manutenção predial com locação de mão-de-obra, conforme citado no Quadro A.7.2.2 (Contrato 78/2013). Este contrato prevê aquisição de peças e serviços adicionais.
Fonte: SPEO/DAD/ Lanagro-SP

Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	6291.00082.500-9
	Endereço	Rua Raul Ferrari, s/n. Jardim Santa Marcelina. Campinas-SP
Identificação do Cessionário	CNPJ	51.885.242/0001-40
	Nome ou Razão Social	Prefeitura Municipal de Campinas
	Atividade ou Ramo de Atuação	Órgão Público Municipal
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Não Aplicável
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Construção de Avenida para interligação entre a Av. Manoel Afonso Ferreira e a Av. Lageado. Campinas-SP.
	Prazo da Cessão	Tempo indeterminado
	Caracterização do espaço cedido	Os terrenos totalizam uma superfície de 50.844,60m², sendo constituídos pela área de viário e pelas áreas remanescentes "2" e "3", cuja localização encontra-se descrita e caracterizada nos termos do processo 04977.008675/2012-62.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Não aplicável
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Não aplicável
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não aplicável
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não aplicável

OBS: Trata-se de autorização para realização de obra, conforme Portaria SPU/SP Nº 45, DE 8 DE OUTUBRO DE 2012. Por um lapso esta informação não foi prestada nos relatórios anteriores.

8.2.3 Imóveis Funcionais da União Sob a Responsabilidade da UJ

Não se aplica a esta UJ.

8.3 Bens Imóveis Locados de Terceiros

Não se aplica a esta UJ.

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

9.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo (R$)	Valores Desembolsados 2014 (R$)
			CNPJ	Denominação		
75/2013	Prestação de serviços de tecnologia da informação	01/11/2013 a 01/11/2015	09.116.592/0001-86	Beltis Comércio e Prestação de Serviços em Informática	407.796,84	407.796,84
07/2011	Contratação de empresa especializada ara serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em equipamentos de informática, com substituição de peças e componentes quando necessária	03/01/2011 a 03/01/2015	11.804.550/0001-80	TI – Sigma Serviços de Manutenção em Computadores Ltda Me	80.735,04	74.007,12

O Lanagro-SP conta atualmente com três técnicos dedicados exclusivamente à área de Tecnologia da Informação, cujo serviço é 100% terceirizado. A partir da nomeação dos agentes administrativos ingressos por concurso público, foi identificado um servidor para dar início à elaboração de Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) conforme orientações da consultoria jurídica da União e legislação específica. A partir de então, o contrato de prestação de serviços de TI deverá ser adequado para que não contemple mais postos de trabalho, mas tão somente a execução de serviços. De uma forma geral, o atual contrato é suficiente para a manutenção da funcionalidade dos sistemas computacionais, segurança da informação, conservação dos registros (back-ups) e suporte aos usuários no órgão, embora haja uma grande carência pelo desenvolvimento ou aquisição de sistemas mais robustos e com mais funcionalidades, tanto para o registro de amostras e emissão de resultados, como para a gestão do sistema de qualidade e monitoramento dos processos de compras.

Contribui para a gestão da TI a mensuração do indicador PPA (“Percentual de Processos-chave Automatizados”). Sua forma de cálculo é a seguinte: número total de processos automatizados/número de processos a serem automatizados. O cálculo é realizado anualmente. Para o exercício de 2014, da meta de três processos alcançou-se a automatização de 2,75 o que significa cumprimento de 91,7% da meta (2,75/3). Os processos totalmente automatizados constam de “Controle de chamados para serviços de manutenção” e “Pessoal”, enquanto o processo com 75% de implantação consta do “Registro de amostras e emissão de resultados”.

Segue abaixo listagem dos sistemas em uso no Lanagro-SP:

a) Sistemas desenvolvidos no Lanagro-SP: Sistema Gestor (sistema que abrange inúmeras funcionalidades, dentre as quais destacam-se: registro de amostras e emissão de resultados, registro e relatórios gerenciais de reuniões e treinamentos, cadastro de pessoal, registro e trânsito de memorandos internos, registro e controle de chamados para as áreas de TI e UGQ e outras em desenvolvimento) e Sistema Gerenciador de Trabalhos Não-Conformes e Oportunidades de Melhoria (registro de ações inerentes ao Sistema de Gestão da Qualidade conforme preconizado pela Norma ISO 17.025);

b) Sistemas desenvolvidos por terceiros: WHOPROG (utilizado pela Unidade CVR para cálculo de potência de vacinas antirrábicas); PERA (utilizado para registro de amostras e emissão de resultados para a Unidade POA); BEBWIN (utilizado para registro de amostras e emissão de resultados para a Unidade BEB); ASI (utilizado para almoxarifado e patrimônio);

c) Sistemas adquiridos: Pacote Office 2003 e 2013; Windows 7 e Windows XP; Windows Server 2003; Microsfot SQL server 2000 e 2008; Embarcadero Delphi XE5 (software de linguagem de programação); Microsoft visual studio 2012 (também utilizado em programação); VMware (virtualização).

Quanto à necessidade de desenvolvimento de novos sistemas, destacamos:

a) Finalização da implantação do módulo no sistema gestor para registro de amostras e emissão de resultados, incluindo as amostras destinadas a diagnóstico de doenças aviárias, vacinas aviárias e vacinas antirrábicas;

b) Desenvolvimento de módulo no sistema gestor para acompanhamento das requisições de compras;

c) Desenvolvimento de módulo no sistema gestor para monitoramento dos prazos relativos às análises periciais;

d) Desenvolvimento de módulo no sistema gestor para controle de estoque de insumos armazenados nas unidades finalísticas;

e) Desenvolvimento de módulo no sistema gestor para solicitações de meios de cultura e animais de experimentação;

f) Implantação de sistema para emissão de relatórios de ensaio com certificados eletrônicos.

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

10.1 Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental

Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X*
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X**
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	NA**	NA**
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9° da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	NA**	NA**
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	NA**	NA**
	Caso positivo, indicar o endereço na *Internet* no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?	NA**	NA**
	Caso positivo, indicar o endereço na *Internet* no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais: *Embora o Lanagro-SP não participe formalmente da A3P, já possui uma Comissão para tratar dos assuntos ligados à agenda ambiental, conforme descrito no item 5.1.b do presente relatório. Dentre as ações desenvolvidas por esta Comissão, destacam-se: campanhas de reciclagem de lixo e economia no uso de água e energia elétrica; campanha para substituição do uso de copos descartáveis; campanha para redução do uso de papel (impressão de documentos frente/verso); levantamento de necessidades para adequação às normas ambientais, incluindo processo de investigação de contaminação do solo, desativação de poço de combustível, projeto para reuso de água utilizada na produção de água deionizada. Como avanço significativo em 2014, podemos mencionar a desativação do incinerador e a interligação na rede de esgoto municipal. **O PLS deverá ser elaborado, salvo melhor juízo, a nível de CGSG (Coordenação-Geral de Serviços Gerais/SPOA/SE/MAPA)			

Fonte:DAD/Lanagro-SP

11. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

11.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício (continua)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP					000014
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	019.545/2014-2	6761/2014 1ª Câmara	1.7.1	DE	Ofício nº 141/2014/AECI-GM
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP					000014
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Lanagro-SP, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que no prazo de 90 dias encaminhe a esta Corte um Plano de Ação de médio e longo prazo que contemple: 1.7.1.1. criação de Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação; 1.7.1.2. instituição de Política de Segurança da Informação; 1.7.1.3. criação de Política de Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI; 1.7.1.4. revisão do indicadores de metas quantitativas e qualitativas do órgão; informar a data prevista para implantação do novo sistema para registro de amostras e emissão de resultados, desenvolvido pela área de TI do Lanagro-SP, que permitirá a emissão de relatórios gerenciais, melhorando a confiabilidade e acessibilidade dos dados para mensuração dos indicadores de eficiência e eficácia da área finalística da Unidade; 1.7.1.5. implementação de melhorias nos sistemas de controles internos, sobretudo em relação à área de contratação; para minimizar a ocorrência de contratações diretas, planejar, antes do término de cada exercício, as necessidades de bens e serviços para o ano seguinte, com base em controle de estoques, e na demanda dos exercícios passados, considerando também as demandas informadas pelas divisões e a média histórica de uso da Unidade.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação					Não aplicável
Síntese da Providência Adotada					
Plano de ação elaborado e encaminhado ao TCU por meio do Ofício 468/2015 – Lanagro-SP, de 30 de janeiro de 2015.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
O Plano de Ação prevê um prazo até dezembro de 2015 para atendimento aos subitens 1.7.1.1, 1.7.1.3 e 1.7.1.5. Quanto aos subitens 1.7.1.2 e 1.7.1.4, consideramos como já atendidos pela UJ. As evidências foram encaminhadas juntamente com o Plano de Ação.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O atendimento aos subitens 1.7.1.1 e 1.7.1.3 dependem da elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) no âmbito do Lanagro-SP. A realização de concurso público em 2014 para alocação de 12 vagas de agentes administrativos no Lanagro-SP foi fundamental para o planejamento da elaboração do PDTI, uma vez que foi atribuído a um dos novos agentes administrativos a tarefa da elaboração deste documento. Por outro lado, há necessidade de um tempo razoável para que o mesmo conheça profundamente a estrutura de TI do Lanagro-SP e suas demandas atuais e futuras, por isso o prazo até o final de 2015 para a finalização do documento. Quanto ao item 1.7.1.5, seu atendimento depende do desenvolvimento de um sistema informatizado para registro e acompanhamento dos pedidos de aquisições de materiais e serviços. Como ponto favorável destaca-se o fato do sistema poder ser desenvolvido pela própria empresa que presta serviços de TI ao Lanagro-SP. Como fator que dificulta a adoção da medida destaca-se a necessidade de finalização do mapeamento dos processos na área de compras.					

Quadro A.11.1.1 – (continuação) Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP					000014
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	019.545/2014-2	6761/2014 1ª Câmara	1.7.2	DE	Ofício nº 141/2014/AECI-GM
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP					000014
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Lanagro-SP que informe no relatório de gestão para o exercício de 2014 o quantitativo de empregados terceirizados utilizados, bem como as atribuições desenvolvidas por eles.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Coordenação					Não aplicável
Síntese da Providência Adotada					
Informação prestada no presente relatório de gestão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Conforme consta no item 7.1.4 do presente relatório, a partir do término do contrato MAPA x FUNDEPAG em novembro de 2014 (possível após a realização de concurso público para provimento de vagas para os cargos de Fiscal Federal Agropecuário, Técnico de Laboratório e Auxiliar de Laboratório), não há mais qualquer contrato irregular no âmbito do Lanagro-SP que envolva prestação de serviços com mão-de-obra.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não houve dificuldade no atendimento a este item.					

11.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento do Exercício

Todas as deliberações foram atendidas e constam no Quadro A.11.1.1.

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de controle Interno (OCI)

11.2.1 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

Quadro A.11.2.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (continua)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP			000014
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201407138	3.1.1.1	Ofício nº 20356/2014/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP			000014
Descrição da Deliberação			
Promover o registro das informações referentes ao processo administrativo 21053.00075/2013-78 no sistema CGU-PAD.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Unidade Administrativa Local – ADMj			Não aplicável
Síntese da Providência Adotada			
Realização do registro.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Registro realizado com sucesso do sistema CGU-PAD.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Houve atraso na finalização do registro devido ao desconhecimento da necessidade de publicação do Termo de Julgamento no sistema CGU-PAD.			

Quadro A.11.2.1 – (continuação) Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP			000014
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201407138	4.1.1.1	Ofício nº 20356/2014/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP			000014
Descrição da Deliberação			
Efetuar gestão junto ao MAPA para que a nomeação de novos servidores aprovados em concurso público seja realizada na maior brevidade, visando substituir os terceirizados irregulares.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Lanagro-SP			Não aplicável
Síntese da Providência Adotada			
Agendamento de reunião com o Coordenador-Geral da CGAL para tratar do tema.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Nomeação dos concursados realizada através das Portarias MAPA nº 973/2014 (02/10/2014) e 1.117/2014 (26/11/2014).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Houve atraso significativo na publicação das nomeações acarretando em curto período de convivência entre os novos servidores e o pessoal terceirizado, prejudicando sensivelmente a capacitação dos servidores e, consequentemente, a realização das análises laboratoriais de rotina pelo Lanagro-SP.			

Quadro A.11.2.1 – (continuação) Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP			000014
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201407138	5.1.1.1 – Recomendação 1	Ofício nº 20356/2014/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP			000014
Descrição da Deliberação			
Avaliar junto ao MAPA a necessidade de credenciar novos laboratórios para realização de análise de fertilizantes e corretivos, com vistas a uma maior oferta dessas análises.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Lanagro-SP			Não aplicável
Síntese da Providência Adotada			
Agendamento de reunião com o Coordenador-Geral da CGAL para tratar do tema.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Durante a reunião o Coordenador-Geral da CGAL informou que com a realização do concurso público para provimento de vagas para os cargos de Fiscal Federal Agropecuário, técnicos e auxiliares de laboratório, é possível que a própria rede Lanagro possa ampliar sua capacidade operacional, especialmente se ocorrer a chamada dos 50% a mais do número de vagas oferecido, conforme solicitado pelo MAPA ao MPOG. Ressaltou ainda que conforme IN nº 57/2013, o credenciamento de laboratórios é absolutamente voluntário e que não há nada que o MAPA possa fazer para estimular este credenciamento. Comentou ainda que se for necessária uma nova contratação de laboratórios credenciados para realizar análises de fertilizantes, deve ser dada preferência para realização de pregão eletrônico, mesmo com a participação de poucos laboratórios no processo.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada digno de nota.			

Quadro A.11.2.1 – (continuação) Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP			000014
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	201407138	5.1.1.1 – Recomendação 2	Ofício nº 20356/2014/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP			000014
Descrição da Deliberação			
Aprimorar o planejamento das contratações e os controles internos sobre demandas por manutenção, avaliando a forma mais adequada de contratação de serviços de manutenção de equipamentos, buscando evitar situações em que haja pagamentos sem a efetiva contraprestação de serviços.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Lanagro-SP			Não aplicável
Síntese da Providência Adotada			
Não prorrogação do atual contrato com a empresa MADASA DO BRASIL para manutenção do equipamento Riboprinter, utilizado pela Unidade de Microbiologia de Alimentos e Água do Lanagro-SP e evitar celebração de novos contratos de prestação de serviços de manutenção de equipamentos em que haja pagamentos sem a efetiva contraprestação de serviços.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não foram celebrados novos contratos de prestação de serviços de manutenção de equipamentos em que haja pagamentos sem a efetiva contraprestação de serviços.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Nada digno de nota.			

11.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento do Exercício

Quadro A.11.2.2 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício (continua)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP			000014
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	201407138	1.1.1.2	Ofício nº 20356/2014/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP			000014
Descrição da Recomendação			
Apresentar a proposta de aperfeiçoamento do sistema que registra o controle das amostras e emissão de resultados à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, para que avalie o alinhamento com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MAPA e quais os eventuais impactos dessa iniciativa local sobre a consolidação de indicadores por parte do Ministério.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Apoio Administrativo – DAD – Lanagro-SP.			Não aplicável
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Os documentos solicitados foram encaminhados para apreciação pela CGTI (Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – MAPA) através do Ofício 4034/2014 – Lanagro-SP, em 09/12/2014, porém até o momento não houve resposta.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O novo sistema foi desenvolvido a contento, porém há necessidade de aprovação pela CGTI/MAPA, ou seja, a finalização da ação não depende do Lanagro-SP.			

Quadro A.11.2.2 – (continuação) Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP			000014
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	201407138	2.1.1.1	Ofício nº 20356/2014/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP			000014
Descrição da Recomendação			
Regularizar o registro da área onde está situada a Unidade principal do LANAGRO/SP, assim como da área cedida para construção de avenida no perímetro do Laboratório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Lanagro-SP.			Não aplicável
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Foi realizada reunião com o oficial do Cartório, porém há necessidade de obtenção de documentos junto à Prefeitura de Campinas para dar continuidade ao pleito junto ao Cartório.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O caso é de difícil resolução, haja vista que a pendência perdura há décadas. No entanto, em reunião realizada no dia 12/02/2015, houve significativo avanço junto ao Cartório de Imóveis. Como fator positivo destaca-se a contratação de empresa especializada para dar suporte na obtenção de alvará de funcionamento junto à Prefeitura (Nota de Empenho 2014NE800906), o que tem facilitado a obtenção dos documentos necessários junto ao Cartório.			

Quadro A.11.2.2 – (continuação) Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP			000014
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	201407138	5.1.1.2	Ofício nº 20356/2014/CGU-Regional/SP/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Laboratório Nacional Agropecuário em Campinas – Lanagro-SP			000014
Descrição da Recomendação			
Aprimorar os procedimentos de controle e planejamento de aquisições do LANAGRO-SP e submeter à apreciação prévia do órgão jurídico consultivo os processos de contratações e aquisições por emergência.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Divisão de Apoio Administrativo – DAD – Lanagro-SP.			Não aplicável
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Solicitado prazo até dezembro/2015 para implementação de sistema informatizado para requisição/monitoramento de aquisições.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O atendimento depende do desenvolvimento de um sistema informatizado para registro e acompanhamento dos pedidos de aquisições de materiais e serviços. Como ponto favorável destaca-se o fato do sistema poder ser desenvolvido pela própria empresa que presta serviços de TI ao Lanagro-SP. Como fator que dificulta a adoção da medida destaca-se a necessidade de finalização do mapeamento dos processos na área de compras. Os procedimentos internos relativos aos processos de compras já foram elaborados/revisados conforme Sistema de Gestão da Qualidade do Lanagro-SP.			

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei n° 8.730/93

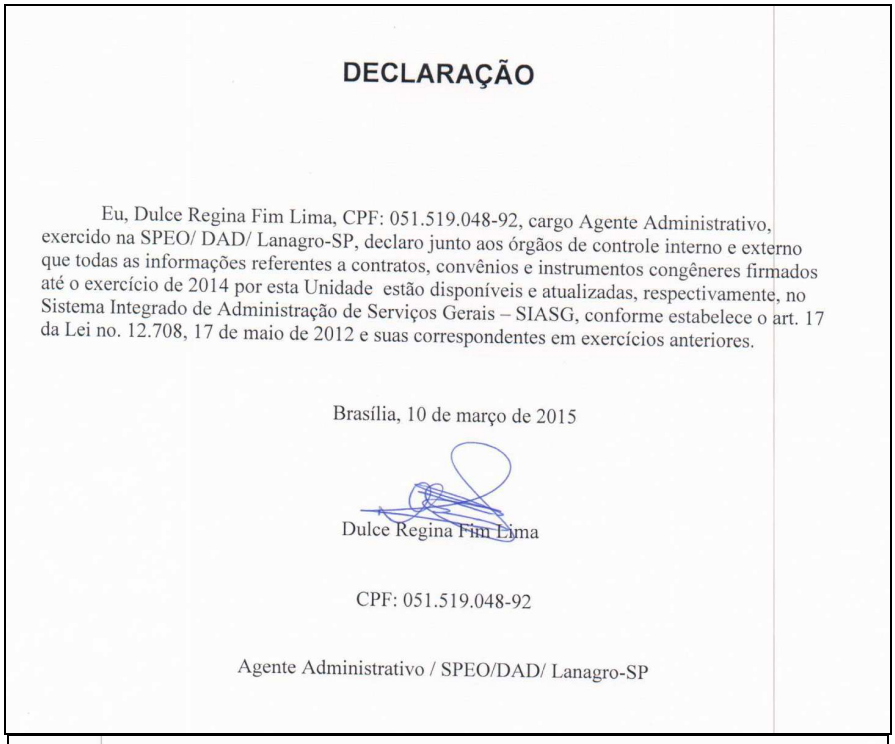
Esta tarefa é de responsabilidade do Serviço de Gestão de Pessoas da SFA/SP, que gerencia as ações de Recursos Humanos do Lanagro-SP, até que o Lanagro-SP disponha de servidores em quantidade suficiente para absorver esta atividade. Segundo informações prestadas pela chefe do SGP/SFA/SP, todos os servidores lotados no Lanagro-SP, independentemente de ocuparem ou não cargos comissionados, apresentaram a Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei no 8.730/93.

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

No exercício de 2014 não houve qualquer caso de danos, objeto de medidas internas administrativas adotadas pelo Lanagro-SP.

11.5 Alimentação SIASG E SICONV

Seguem as declarações dos responsáveis pela alimentação do SIASG. O SICONV não é aplicado nesta UJ.



DECLARAÇÃO

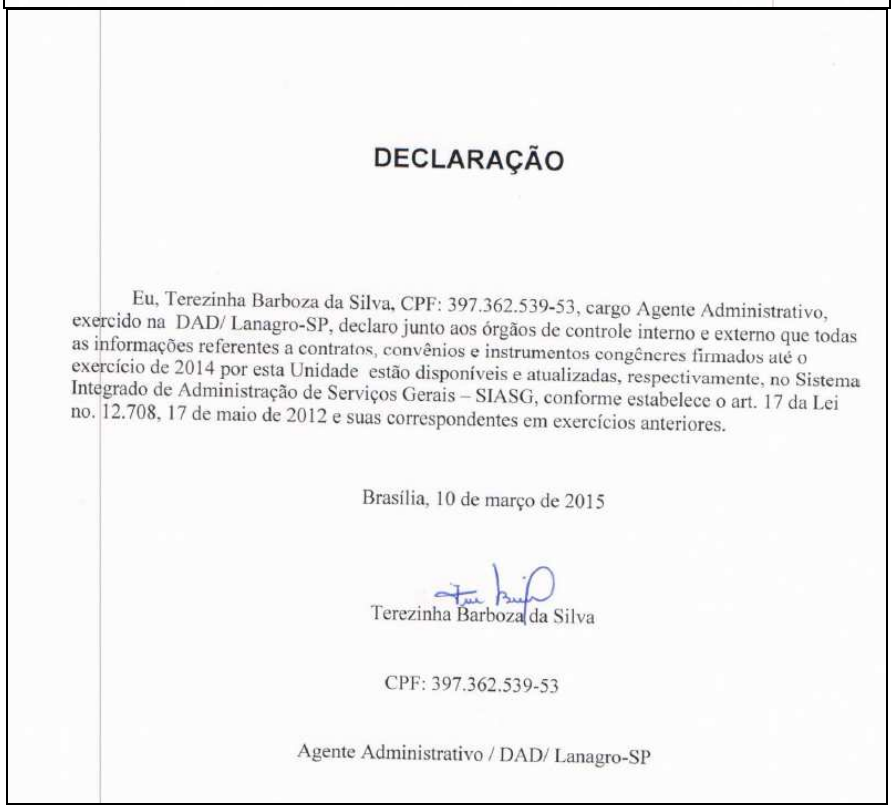
Eu, Dulce Regina Fim Lima, CPF: 051.519.048-92, cargo Agente Administrativo, exercido na SPEO/ DAD/ Lanagro-SP, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei no. 12.708, 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 10 de março de 2015

Dulce Regina Fim Lima

CPF: 051.519.048-92

Agente Administrativo / SPEO/DAD/ Lanagro-SP



DECLARAÇÃO

Eu, Terezinha Barboza da Silva, CPF: 397.362.539-53, cargo Agente Administrativo, exercido na DAD/ Lanagro-SP, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei no. 12.708, 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 10 de março de 2015

Terezinha Barboza da Silva

CPF: 397.362.539-53

Agente Administrativo / DAD/ Lanagro-SP

DECLARAÇÃO

Eu, Márcia Oliveira Parreira, CPF: 882.803.498-04, cargo Estatística, exercido na Divisão de Apoio Administrativo/DAD/ Lanagro-SP, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei no. 12.708, 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 10 de março de 2015

Márcia Oliveira Parreira

CPF: 882.803.498-04

Estatística / DAD/ Lanagro-SP

12 PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU 134/2013.

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

O Lanagro-SP aplica os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 segundo as orientações da CGC-Coordenadoria Geral de Contabilidade pelo Sistema SIAFI WEB no mnemônico – CONDESAUD.

Com relação à depreciação, conforme orientação do CCONT em 31/12/2014, o lançamento é efetuado pelo sistema SPIUNET automaticamente.

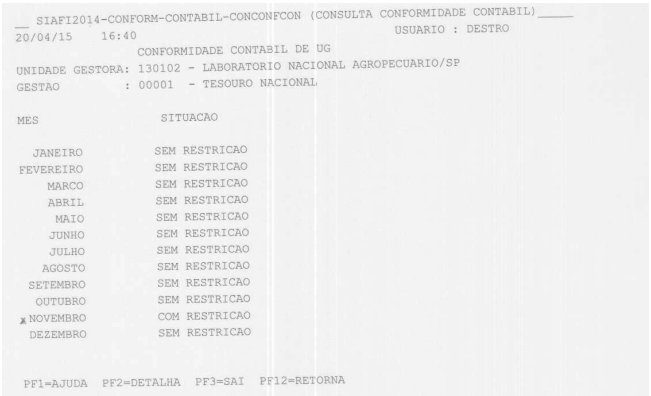
12.2 Apuração dos custos dos programa e das unidades administrativas

O Lanagro-SP não tem experiência a relatar, até mesmo por não ter ainda uma gestão (ou sistema) de custos estabelecida. Um dos motivos é o fato de não fazermos uso do Sistema de Custos do Governo Federal ou de outra ferramenta similar. O acesso ao SIC está restrito a servidores integrantes dos Comitês de Análise e Avaliação das Informações de Custos nos órgãos superiores da administração pública federal, ou indicados por unidades de gestão interna reconhecidas como órgãos setoriais do Sistema de Custos do Governo Federal. Além disso, existem outras particularidades do nosso sistema de trabalho que dificultam o correto registro de alterações, como por exemplo, custos excessivos com aquisição de material permanente (equipamentos específicos de uso laboratorial) e com mão-de-obra terceirizada.

12.3 Conformidade Contábil

As restrições são emitidas pela CGC-Coordenadoria Geral de Contabilidade em Brasília-DF, de onde recebemos mensagem através do sistema SIAFI em relação ao período em que é efetuada a conformidade contábil. Assim, acessamos o sistema SIAFI – CONCONFCOM (consulta conformidade contábil) e verificamos se há ou não restrição. Caso afirmativo, verificamos a não conformidade para posterior acerto, sendo que a restrição não é retirada do sistema.

Segue a consulta da conformidade contábil com restrição no mês de novembro (doc1) e sua descrição(doc2). No doc3 há a mensagem de conciliação da responsável do setor de patrimônio do Lanagro-SP à Coordenação Geral de Contabilidade.



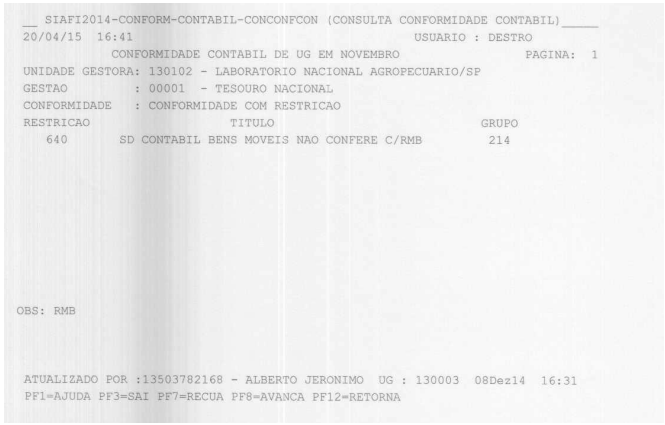
```
__ SIAFI2014-CONFORM-CONTABIL-CONCONFCON (CONSULTA CONFORMIDADE CONTABIL)_____
20/04/15    16:40                                        USUARIO : DESTRO
                  CONFORMIDADE CONTABIL DE UG
UNIDADE GESTORA: 130102 - LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP
GESTAO         : 00001  - TESOURO NACIONAL

MES                  SITUACAO

   JANEIRO           SEM RESTRICAO
 FEVEREIRO           SEM RESTRICAO
     MARCO           SEM RESTRICAO
     ABRIL           SEM RESTRICAO
      MAIO           SEM RESTRICAO
     JUNHO           SEM RESTRICAO
     JULHO           SEM RESTRICAO
    AGOSTO           SEM RESTRICAO
  SETEMBRO           SEM RESTRICAO
   OUTUBRO           SEM RESTRICAO
x NOVEMBRO           COM RESTRICAO
  DEZEMBRO           SEM RESTRICAO


 PF1=AJUDA  PF2=DETALHA  PF3=SAI  PF12=RETORNA
```

Doc1

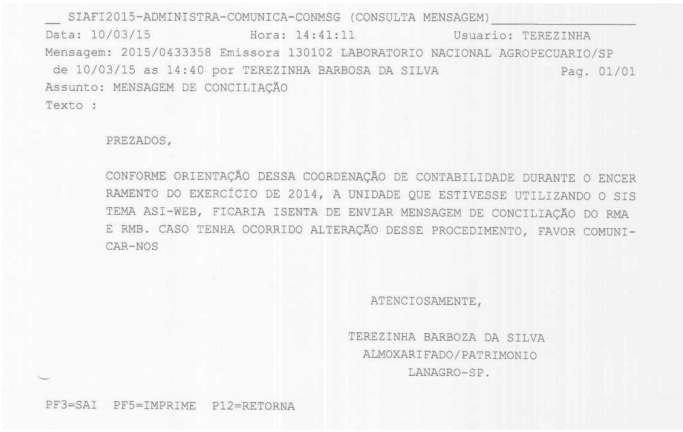


__ SIAFI2014-CONFORM-CONTABIL-CONCONFCON (CONSULTA CONFORMIDADE CONTABIL)_____
20/04/15 16:41 USUARIO : DESTRO
CONFORMIDADE CONTABIL DE UG EM NOVEMBRO PAGINA: 1
UNIDADE GESTORA: 130102 - LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP
GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL
CONFORMIDADE : CONFORMIDADE COM RESTRICAO
RESTRICAO TITULO GRUPO
640 SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB 214

OBS: RMB

ATUALIZADO POR :13503782168 - ALBERTO JERONIMO UG : 130003 08Dez14 16:31
PF1=AJUDA PF3=SAI PF7=RECUA PF8=AVANCA PF12=RETORNA

Doc2



__ SIAFI2015-ADMINISTRA-COMUNICA-CONMSG (CONSULTA MENSAGEM)_____
Data: 10/03/15 Hora: 14:41:11 Usuario: TEREZINHA
Mensagem: 2015/0433358 Emissora 130102 LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO/SP
de 10/03/15 as 14:40 por TEREZINHA BARBOSA DA SILVA Pag. 01/01
Assunto: MENSAGEM DE CONCILIAÇÃO
Texto :

PREZADOS,

CONFORME ORIENTAÇÃO DESSA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE DURANTE O ENCER
RAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014, A UNIDADE QUE ESTIVESSE UTILIZANDO O SIS
TEMA ASI-WEB, FICARIA ISENTA DE ENVIAR MENSAGEM DE CONCILIAÇÃO DO RMA
E RMB. CASO TENHA OCORRIDO ALTERAÇÃO DESSE PROCEDIMENTO, FAVOR COMUNI-
CAR-NOS

ATENCIOSAMENTE,

TEREZINHA BARBOZA DA SILVA
ALMOXARIFADO/PATRIMONIO
LANAGRO-SP.

PF3=SAI PF5=IMPRIME P12=RETORNA

Doc3

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

12.4.1 Declaração Plena

Quadro A.11.2.1 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício refletem corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			**Código da UG**
LABORATORIO NACIONAL AGROPECUARIO – LANAGRO/SP			130102
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	**BRASILIA**	**Data**	**31/12/2014**
Contador Responsável	**ALBERTO JERONIMO PEREIRA**	**CRC nº**	**006624/T-8**

13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13. 1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Figura A.4. Metas físicas recebidas, rejeitadas e realizadas, por Processo finalístico. Lanagro-SP.

Processo Finalístico/Campinas-SP		*u*	Recebido	Rejeitado	Eficácia (Realizado)
			x_1	x_3	x_2
Diagnóstico de Doenças Aviárias		amostra	1.814	168	1.350
		ensaio			55.762
Controle de Produtos de Origem Animal	Análises Físico-químicas	amostra	1.304	521	623
		ensaio			5.465
	Análises Microbiológicas	amostra	1.888	289	1.595
		ensaio			4.774
	Contaminantes inorgânicos	amostra	262	18	227
		ensaio			500
	Contaminantes orgânicos	amostra	106	9	97
		ensaio			1.913
	Resíduos de Drogas Veterinárias	amostra	158	18	115
		ensaio			677
Controle de Alimentos para Animais	Análises Físico-químicas	Amostra	402	29	325
		ensaio			1.538
	Análises Microbiológicas	amostra	183	4	175
		ensaio			256
Controle de Produtos Veterinários	Medicamentos Veterinários	amostra	19	2	14
		ensaio			14
	Vacinas Anti-rábicas	amostra	224	8	198
		ensaio			215
	Vacinas contra Doenças Aviárias	amostra	403	0	285
		ensaio			576
Total Animal - Campinas-SP		amostra	6.763	1.064	5.004
		ensaio			71.691
Controle de Produtos de Origem Vegetal	Análises Microbiológicas	amostra	38	0	38
		ensaio			110
Total Vegetal-Campinas/SP		amostra	38	0	38
		ensaio			110
Processo Finalístico/Jundiaí-SP		*u*	x_1	x_3	x_2
Controle Insumos Agropecuários	Análises Físico-químicas	amostra	342	0	261
		ensaio			1.233
Controle de produtos de Origem vegetal	Análises Físico-químicas e Microbiológicas	amostra	752	0	752
		ensaio			8.308
Total Vegetal-Jundiaí/SP		amostra	1.094	0	1.013
		ensaio			9.541
Apoio Animal		amostra	6.763	1.064	5.004
		ensaio	-		71.691
Apoio Vegetal		amostra	1.132	0	1.051
		ensaio	-		9.651
Lanagro-SP		amostra	7.895	1.064	6.055
		ensaio	-		81.342

u= unidades de análise laboratorial = amostra ou ensaio;
N_u *AL*= x_2 =indicador de eficácia = no. de unidades de análise laboratorial realizadas;
Fonte: SPEO/DAD/Lanagro-SP e CTEC/Lanagro-SP

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma forma geral é possível afirmar que o alcance dos objetivos traçados para o ano de 2014 foi prejudicado especialmente pelo término do contrato MAPA x FUNDEPAG com a consequente substituição dos funcionários terceirizados por servidores públicos. A nomeação dos servidores não se deu em momento oportuno, de forma a permitir um tempo oportuno de convivência com o pessoal da FUNDEPAG, prejudicando o processo de capacitação. Por isso, houve a necessidade de interrupção de diversas atividades, acarretando na não realização do número previsto de análises.

Espera-se que as capacitações dos novos servidores sejam concluídas até junho/15 e que a partir do segundo semestre de 2015 o Lanagro-SP retome a capacidade operacional que tinha antes do término do contrato com a FUNDEPAG.

A implementação da gestão estratégica no âmbito do Lanagro-SP continua caminhando favoravelmente, com ampliação na mensuração de indicadores.

Também como aspecto positivo destacamos o início das análises em medicamentos veterinários e os resultados altamente favoráveis da auditoria realizada pelo INMETRO em novembro/14, com recomendação para ampliação do escopo de acreditação.

Outra perspectiva positiva refere-se às melhorias de infraestrutura. No final de 2014, foram licitadas três obras e aprovados aditivos que permitiram a retomada de uma outra obra que estava paralisada há cerca de um ano. Além disso foram adquiridos novos equipamentos de laboratório contribuindo para a modernização tecnológica do Lanagro-SP (montante de cerca de R$ 2.655.000,00). No entanto, ainda há necessidade de estabelecer um planejamento a médio e longo prazos para adequação de infraestrutura em toda a rede Lanagro, incluindo o Lanagro-SP.

Em 2014 o Lanagro-SP recebeu auditoria da CGU (Tomada de Contas para Julgamento do TCU), com resultado satisfatório na medida em que as contas foram aprovadas, apesar das ressalvas apontadas (todas elas estão sendo devidamente tratadas).

Com relação à estratégia para mitigar dificuldades e enfrentar riscos, a Alta Direção do Lanagro-SP registrou uma série de ações a serem adotadas a partir da Reunião Anual de Análise Crítica, definindo metas e responsabilidades, conforme procedimentos definidos internamente pelo Sistema de Gestão da Qualidade. Tais ações envolvem as áreas técnicas, mas principalmente, as áreas ligadas ao apoio administrativo.

Campinas, 27 de abril de 2015

André de Oliveira Mendonça
Coordenador

ANEXOS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor José Calazans dos Santos CPF nº 150.533.771-20 apresentou autorização de cesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme Prevê a Instrução Normativa do TCU nº 65/2011 de 28 de abril de 2011.

Brasília, 5 de março de 2015

Carlos Antônio Portuguez Assunção
Chefe de Divisão/CORES/CGAP

SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

DECLARAÇÃO

Declaro, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor e Alberto Jeronimo Pereira nº 135.037.821-68, apresentou autorização de cesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme Prevê a Instrução Normativa do TCU nº 65/2011 de 28 de abril de 2011.

Brasília, 5 de março de 2015

Carlos Antônio Portuguez Assunção
Chefe de Divisão/COPES/CGAP